

CLAUDEMIR DE ARRUDA PRADO

**A REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DO PERÍODO HISTÓRICO DITATORIAL NO
ROMANCE *NÃO VERÁS PAÍS NENHUM* DE IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO**

CURITIBA

2021

CLAUDEMIR DE ARRUDA PRADO

**A REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DO PERÍODO HISTÓRICO DITATORIAL NO
ROMANCE *NÃO VERÁS PAÍS NENHUM* DE IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Curso de Mestrado em Teoria Literária do
Centro Universitário Campos de Andrade –
UNIANDRADE, como requisito à obtenção
do título de mestre em Teoria Literária.
Linha de Pesquisa: Poéticas do
Contemporâneo
Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique da Cruz
Sandrini.

CURITIBA

2021

TERMO DE APROVAÇÃO

CLAUDEMIR DE ARRUDA PRADO

A REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DO PERÍODO HISTÓRICO DITATORIAL NO ROMANCE *NÃO VERÁS PAÍS NENHUM* DE IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária do Centro Universitário Campos de Andrade – UNIANDRADE, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Paulo Henrique da Cruz Sandrini (Orientador –
UNIANDRADE)

Prof. Dr. Ewerton de Sá Kaviski (PUCPR)

Prof. Dr. Marcelo Barbosa Alcaraz (UNIANDRADE)

Curitiba, 10 de março de 2021

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha esposa Emilia pela sua ajuda em manter nosso lar operacional enquanto eu investia tempo neste trabalho de pesquisa. Sem ela por perto, os resultados não seriam os mesmos. Grato pela sua compreensão e presença.

Agradeço à minha filha Letícia Eduarda por sua colaboração, incentivo e presença.

A minha mãe Herminia (*in memoriam*), ao meu pai Silvio, minha sogra Geni,

Agradeço a todos os professores, em especial ao meu orientador, Prof. Dr. Paulo Henrique da Cruz Sandrini, por toda dedicação, paciência e profissionalismo na orientação desta dissertação, conduzindo-me a maiores reflexões e desta forma enriquecendo-a. Minha especial admiração e gratidão.

A todos os meus amigos e colegas do curso, que me apoiaram e me incentivaram nessa caminhada.

Aos meus queridos amigos, que mesmo fora do meu setor acadêmico, deram-me apoio e forças para continuar.

A Deus, por ter me iluminado em mais uma jornada e, por fim, a todos aqueles que contribuíram, direta ou indiretamente, com muito carinho e apoio, e que não mediram esforços para que eu realizasse esta dissertação e chegasse até esta etapa da minha vida, o meu mais sincero muito obrigado.

SUMÁRIO

RESUMO	vi
ABSTRACT	vii
INTRODUÇÃO	1
1 VIDA E OBRA DE IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO	5
1.1 BIOGRAFIA E OBRAS DE IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO	5
1.2 CONTEXTO LITERÁRIO E CULTURAL EM QUE A OBRA <i>NÃO VERÁS PAÍS NENHUM</i> SURGE	7
1.2.1 Coleção Elio Gaspari.....	8
1.2.2 <i>Infância Roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil (2015)</i> de Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”	11
1.3 RECEPÇÃO CRÍTICA DA OBRA <i>NÃO VERÁS PAÍS NENHUM</i>	12
1.4 RELAÇÃO DE <i>NÃO VERÁS PAÍS NENHUM</i> COM O CONTO <i>O HOMEM DO FURO NA MÃO</i>	17
1.5 A RELAÇÃO DE <i>NÃO VERÁS PAÍS NENHUM</i> COM AS OBRAS <i>ZERO</i> E <i>BEBEL QUE A CIDADE COMEU</i>	25
2 DITADURA, MEMÓRIA E AS REPRESENTAÇÕES DO PERÍODO NA OBRA.....	33
2.1 A DITADURA: CONTEXTO E CONOTAÇÃO HISTÓRICA NA OBRA EM ANÁLISE	33
2.2 CONSEQUÊNCIAS HISTÓRICAS DA DITADURA MILITAR	52
2.3 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO.....	59
2.4 AS REPRESENTAÇÕES DA MEMÓRIA E DO PERÍODO DITATORIAL NA OBRA <i>NÃO VERÁS PAÍS NENHUM</i>	64
3 A DETERIOÇÃO DA VIDA E DA NATUREZA (ECOCRÍTICA) E A DISTOPIA NA OBRA (A ATUALIDADE DA OBRA COMO DISTOPIA).....	81
3.1 A ECOCRÍTICA	81
3.2 UTOPIA E DISTOPIA: DUAS FACES DE UMA MESMA NARRATIVA	90
3.2.1 Utopia.....	90
3.2.2 Distopia.....	91
3.3 A DISTOPIA PRESENTE EM <i>NÃO VERÁS PAÍS NENHUM</i>	93
3.4 A ATUALIDADE DA OBRA COMO UMA DISTOPIA	104
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	108
REFERÊNCIAS	111

RESUMO

Este estudo visa analisar como o autor contemporâneo Ignácio de Loyola Brandão representa, através da literatura, o período histórico ditatorial no romance *Não verás país nenhum* (1981). Por intermédio desse livro, será traçado um paralelo entre a realidade histórica brasileira e a sua representação distópica nas temáticas: repressão, cerceamento de liberdade, escassez de recursos naturais e o conflito entre ecologia e existência. Além disso, será avaliada a recepção crítica da obra, bem como sua relação com outros escritos do autor. Busca-se, ainda, compreender o contexto histórico e as consequências da ditadura, bem como a elaboração de registros de memória, esquecimento da história e a retratação literária dos sentimentos de violência e pessimismo durante esse período. Como embasamento teórico serão utilizadas obras de Foucault, Garrard, Gaspari, Guattari e Hobsbawm. Como referências para este estudo serão utilizados: a obra *Não verás país nenhum*; artigos publicados *on-line* a partir de 1960; entrevistas; e literatura impressa como artigos publicados em revistas e jornais; obras publicadas por outros autores e fontes históricas (artigos e livros de história relacionados à ditadura militar brasileira).

Palavras chave: Literatura. Ditadura. Repressão. Ecologia. Distopia. Memória.

ABSTRACT

This study aims to analyze how the contemporary author Ignácio de Loyola Brandão represents the dictatorial historical period in the novel *Não verás país nenhum* (1981). Through this book, a parallel will be drawn between the Brazilian historical reality and its dystopian representation in the themes: repression, restraint of freedom, scarcity of natural resources and the conflict between ecology and existence. In addition, the critical reception of the work will also be evaluated, as well as its relationship with other writings by the same author. This work also seeks to understand the historical context and the consequences of the dictatorship, as well as the elaboration of memory records, forgetfulness of History, and the literary display of feelings of violence and pessimism during this period. As a theoretical basis, works by Foucault, Garrard, Gaspari, Guattari and Hobsbawm will be used. The novel *Não verás país nenhum*; articles published online since 1960; interviews; and printed literature such as articles published in magazines and newspapers; works published by other authors and historical sources (articles and history books related to the Brazilian military dictatorship) will be used as references for this study.

Keywords: Literature. Dictatorship. Repression. Ecology. Dystopia. Memory.

INTRODUÇÃO

O problema central desta pesquisa é analisar de que maneira a escrita de Ignácio de Loyola Brandão mostra uma perspectiva histórica na obra *Não verás país nenhum* (1981) e a influência do estado sobre a vida das pessoas na época da escrita do romance. Autores falam de modo atemporal ao citar conflitos do ser humano em relação ao mundo ao seu redor e a sua própria existência atemporal, a exemplo de *Não verás país nenhum*, serão analisados quais são os traços em paralelo entre o romance e a realidade cultural e social do período ditatorial.

Em *Não verás país nenhum* pode-se ver os conflitos sociais e políticos presentes neste romance bem como a repressão dos personagens, descreve o que poderá tornar-se nosso país em decorrência daquilo que o próprio ser humano ao longo do tempo provocou: o conflito entre ecologia e existência, a influência da população por parte do governo, a proibição de livre circulação da população, o autoritarismo, a omissão e falsificação da história, a opressão e suas consequências visualizadas através do personagem narrador Souza, o qual foi compulsoriamente aposentado pelo regime denominado “Esquema”, comparando-se a Ditadura Militar Brasileira. Descreve também o exercício da violência seja de forma direta ou indireta.

São Paulo é a cidade onde a história se passa. Logo após a morte dos animais, rios e plantas e é cercada por poluição. É um local onde as pessoas tentam desesperadamente sobreviver.

Além da cidade de São Paulo, todo o país é controlado pelo denominado Esquema, uma forma de força ditatorial bastante parecida com aquela dos anos 1964.

Para a sobrevivência da população, utilizam-se fichas para a obtenção de água (ainda que com acesso restrito a elas); e, para o trânsito das pessoas também usam-se fichas devido a limitação de circulação, uma vez que não é permitido locomover-se livremente por onde se quer; itinerários de ônibus são pré determinados; não se usam mais carros; todos os alimentos, chamados de factícios, são produzidos em laboratório; para que se lembrassem de como eram os rios e as águas, há um museu. Conforme a conveniência e orientado pelo Esquema, toda a história constante nos livros é reescrita.

Em consequência de acidentes nucleares e inúmeras experiências em laboratórios, as pessoas paulatinamente ficaram doentes; crianças são vistas em menor número pois as mulheres são estéreis.

Pessoas muito estranhas fogem do forte sol que extermina toda forma de vida. Muitas têm uma aparência medonha: são vistas pessoas sem unhas, carecas descascando, alguns com os ossos amolecidos, há os cegos ou os que têm olhos saltados e despencados; há os desdentados, sem nariz e com furos nas mãos.

A classe média da população vive aterrorizada pelas invasões e mortes provocadas pela parte miserável das pessoas, as quais vivem em condições sub humanas e são levadas para habitar nos Acampamentos Paupérrimos.

O que se vê na obra distópica de Ignácio de Loyola Brandão é a sua atualidade seja, por exemplo, as secas, a escassez de água, as queimadas e desmatamento. Em Não verás país nenhum, a falta de preservação do meio ambiente gerou tanto a inexistência de alimentos, os quais passaram a ser produzidos em laboratórios quanto a ausência de chuvas e calor insuportável.

Ainda na obra, o que não foi desmatado, foi vendido para outros países, como é o caso da Amazônia.

Outro fato em destaque é o autoritarismo militar em que há situações de violência policial, predominando a opressão e uma carga de autoritarismo, sejam em protestos ou nas favelas.

O personagem narrador também faz questionamentos acerca do futuro, fazendo com que o leitor reflita sobre essa temática e o que poderia acontecer caso não se cuide do meio ambiente e também das escolhas políticas, onde poderiam ser eleitos governantes autoritários e sem ou com pouco interesse em relação a preservação dos recursos naturais e dos direitos humanos.

Este estudo tem como motivação a experiência histórica de um regime ditatorial, a representação literária através da ficção científica e a sensibilidade demonstrada ao retratar o sentimento de desesperança que marcou a época.

Quando se pensa no estudo de um texto literário, imagina-se que o pesquisador o lerá e irá propor uma interpretação a ele, ou seja, investigará e analisará um ou vários sentidos desse texto.

No primeiro capítulo, em que será iniciado este estudo, será apresentada a vida e obra de Ignácio de Loyola Brandão, através do contexto literário e cultural em que a obra surge. Serão apresentadas outras obras cujo tema principal também é a ditadura e que serão consultadas para construção da análise e elaboração desse estudo; será visto como se deu a recepção crítica da obra; a sua relação com o conto *O homem do furo na mão* (1976), bem como a relação da obra em análise com outras obras do autor, tais como *Zero* (1974) e *Bebel que a cidade comeu* (1986).

No segundo capítulo será realizado um levantamento histórico do período brasileiro representado pela ditadura, a memória envolvida nesse contexto e a

análise das representações do período ditatorial apresentadas na obra, objeto deste trabalho.

Através da produção literária, artigos, recortes de jornais, entrevistas, será analisado o contexto ditadura, vinculado às marcas decorrentes das experiências ditatoriais, sua conotação e as consequências históricas, representadas por intermédio da censura, violência e da literatura distópica e pessimista envolvida no livro em análise.

Encerrando este estudo, no terceiro capítulo será observada a ecocrítica realizada pelo autor, caracterizando o período da ditadura como aquele em que se deteriora a vida, as liberdades, e o meio ambiente, bem como que metáfora o meio ambiente devastado busca revelar. Por fim, será analisada a distopia presente na obra, verificando-se a sua atualidade.

1 VIDA E OBRA DE IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO

1.1 BIOGRAFIA E OBRAS DE IGNÁCIO DE LOYOLA BRANDÃO

Ignácio de Loyola Lopes Brandão, escritor e jornalista, nasceu em Araraquara-SP, em 31 de julho de 1936. Filho de ferroviário e de uma dona de casa realizou seus estudos iniciais em sua cidade natal. Aos dezesseis anos iniciou sua carreira jornalística no semanário Folha Ferroviária atuando como crítico de cinema.

Na sequência atuou no jornal O Imparcial por cinco anos, tendo ali aprendido a realizar entrevistas, reportagens, fotografia. Mudou-se para a cidade de São Paulo em 1957 e foi trabalhar no jornal Última Hora. Atuou como correspondente deste jornal na Itália em 1963.

Sua longa carreira literária teve início com a publicação de *Depois do sol* (1965), um livro de contos que é uma coletânea de histórias ocorridas na noite paulistana nos anos 1960 com a descrição da boemia, a presença de jornalistas, prostitutas e diversos tipos humanos.

Com a publicação de *Bebel que a cidade comeu* (1968) descreve com ironia a repressão política ocorrida nos anos 1960. Publicou também durante o regime militar os romances *Zero* (1975), *Dentes ao sol* (1976) e *Não verás país nenhum* (1981) e livros de contos: *Pega ele*, *Silêncio* (1976), *Cadeiras Proibidas* (1976) e *Cabeças de segunda-feira* (1983).

Em 1968, com a coleção de contos *Pega ele, silêncio* (1968) recebeu o Prêmio Especial do 1º Concurso Nacional de Contos do Paraná. No ano de 1974 começa a escrever o romance *Zero* (1974) que foi recusado por diversas editoras brasileiras e teve sua publicação inicial na Itália. Foi publicado em 1975 no Brasil e logo em seguida foi censurado pela ditadura militar, somente liberado três anos após.

Viajou a Cuba em 1977 onde atuou como júri do Prêmio *Casa de Las Americas*. Publicou o livro *Cuba de Fidel: viagem à ilha proibida* (1978).

Publicou em 1981 *Não verás país nenhum* (1981), uma distopia em que descreve situações de caos que poderão acontecer no Brasil num futuro aterrorizante. Esta obra é objeto de análise deste estudo.

Também em 1981, a convite da fundação cultural *Deutscher Akademischer Austauschdienst*, viajou para Berlim lá permanecendo por 16 meses. Com base em sua experiência com o muro de Berlim e seus moradores publicou em seu retorno ao Brasil *O verde violentou o muro* (1984).

Possui mais de quarenta livros publicados, entre eles romances, contos, livros destinados ao público infantil, crônicas, relatos de viagens, em diversos idiomas.

Em 2008 com o livro *O menino que vendia palavras* (2007), ganhou o Prêmio Jabuti¹ de Melhor Livro de Ficção do ano.

Pelo conjunto de sua obra recebeu, em 2016, da Academia Brasileira de Letras (ABL)², o Prêmio Machado de Assis. Em março de 2019, foi eleito de forma unânime para ocupar a cadeira n.º 11 da Academia Brasileira de Letras e em outubro de 2019 tomou posse desta tornando-se um novo imortal. (BRASIL, 2019).

A Academia Brasileira de Letras noticia uma premiação recebida pelo escritor pela obra *Não verás país nenhum*:

O Acadêmico e romancista Ignácio de Loyola Brandão vence o tradicional prêmio Juca Pato da União Brasileira de Escritores (UBE), com o livro *Não Verás País Nenhum*. O Acadêmico disputou com outros grandes escritores. A cerimônia de entrega do prêmio foi realizada no dia 2 de dezembro, às 19h00, na Biblioteca Mário de Andrade (Rua da Consolação, 94 – São Paulo).

1 Prêmio JABUTI de melhor livro de ficção do ano (2008).

2 Academia Brasileira de Letras (2016).

Em 1983, *Não verás país nenhum* recebeu, na Itália, o prêmio IILA do Instituto Ítalo Latino-americano como melhor livro latino-americano.

1.2 CONTEXTO LITERÁRIO E CULTURAL EM QUE A OBRA *NÃO VERÁS PAÍS NENHUM* SURGE

A literatura de Ignácio de Loyola Brandão está num contexto de um período agitado da história brasileira, amplamente marcado pelo regime militar, com grande repressão.

Diversas obras que abordam o tema ditadura foram publicadas concomitantemente à obra de Ignácio de Loyola Brandão.

A pesquisadora Sandra Reimão cita romances publicados no período entre 1964 e 1968 e que tratam de críticas ao sistema vigente:

No que tange às obras de ficção, três romances publicados entre 1964 e 1968 se destacam por serem analíticos e críticos ao sistema vigente: *Quarup*, de Antonio Callado, *Senhor Embaixador*, de Érico Veríssimo e Pessach, *a travessia*, de Carlos Heitor Cony, o primeiro e o último foram publicados pela Editora Civilização Brasileira e o livro de Érico Veríssimo pela Editora Globo de Porto Alegre. Podemos alinhar a estes títulos muitos outros de perfil semelhante do ponto de vista do caráter de crítica ao momento histórico, entre os quais: *Depois do sol*, de Ignácio de Loyola Brandão, *Veranico de janeiro*, de Bernardo Ellis, *Noite contra a noite*, de José Conde e *A noite sem homem*, de Orígenes Lessa, todos lançados depois do Golpe Militar e antes da edição do AI-5. (REIMÃO, 2010).

AI-5 refere-se ao Ato Institucional nº 5, baixado em 13 de dezembro de 1968, durante o governo do general Costa e Silva. Foi o ato institucional de maior repercussão da ditadura militar brasileira (1964-1985).

Vigorou até dezembro de 1978 e produziu um elenco de ações arbitrárias de efeitos duradouros. Conforme Maria Celina D'Araujo, o AI-5 definiu o momento mais duro do regime, dando poder de exceção aos governantes para punir arbitrariamente os que fossem inimigos do regime ou como tal considerados (D'ARAUJO, 2020).

No que se refere a produção e circulação das produções culturais entre 1964 e 1969, o estratagema usado pelo governo militar era o de preservar a produção cultural, mas sempre tomando providências para que estas não tivessem contato com a massa operária e camponesa.

De fato, durante o período de 1964 a 1968, compreendido pelo Golpe Militar de 1964 e a decretação do AI-5 no Brasil, a censura a livros foi demarcada por uma falta de estratégias e atuação repressiva, sem critérios definidos, com a ocorrência de batidas policiais, apreensão e confisco de obras literárias ditas subversivas e constrangimento físico.

As ações confiscatórias ocorriam de forma primária, improvisada, efetuadas por pessoas mal treinadas para este tipo de operação, eram justificadas através da necessidade de garantir a segurança nacional, a ordem e a moral.

Segundo Alexandre Ayub Stephanou (citado em REIMÃO, 2010, p. 2), “Objetivava confiscar todo material considerado subversivo, contra o regime, ou pornográfico, contra a família e os costumes”.

A seguir são citadas algumas obras importantes que abordam o período ditatorial no Brasil e que serão consultadas para construção da análise e elaboração desse estudo:

1.2.1 Coleção Elio Gaspari

A coleção do jornalista e escritor Elio Gaspari composta por cinco livros relata com minúcias os chamados “anos de chumbo”, compreendidos pelo período da ditadura militar no Brasil, de 1964 a 1985.

Gaspari teve acesso direto aos arquivos pessoais do grande guia intelectual do golpe de Estado de 1964: Golbery do Couto e Silva. Contudo, deve-se ter uma análise crítica dos documentos pois eles podem apresentar apenas uma face da

história, a de quem está no poder. Por exemplo, cartas, telegramas e memorandos do Ministério de Relações Exteriores, demonstrarão a visão do governo sempre.

- *A Ditadura Envergonhada* (2002)

A primeira obra, a *Ditadura Envergonhada* (2002), começa com o conturbado processo de deposição do presidente João Goulart. A narrativa tem seu início em 1964 e segue até 1968, quando da edição do Ato Institucional nº 5.

Gilberto Grassi Calil faz uma explanação sobre as relações entre a ditadura e a deposição de João Goulart do cargo de presidente na visão de Elio Gaspari:

Gaspari responsabiliza João Goulart pela própria deposição, ao afirmar, sem qualquer fundamento, que havia um “golpe de esquerda em curso”: “Havia dois golpes em marcha. O de Jango viria amparado no ‘dispositivo militar’ e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso”. A tese dos “dois golpes” é explícita: “Se o golpe de Jango se destinava a mantê-lo no poder, o outro destinava-se a pô-lo para fora. A árvore do regime estava caindo, tratava-se de empurrá-la para a direita ou para a esquerda” (GASPARI, citado em CALIL, 2010, p. 51, 52).

Tramóias eram feitas nos porões da ditadura.

- *A Ditadura Escancarada* (2002)

Já o segundo volume, *A Ditadura Escancarada* (2002), compreende os anos mais violentos do regime, entre 1969 logo após a publicação do Ato Institucional nº 5 e 1974, ano que ocorre o fim da guerrilha do Partido Comunista do Brasil, nas matas do Araguaia.

Há a narração detalhada das violências e torturas promovidas pela ditadura, em contraposição ao período anterior, a ditadura envergonhada, presumidamente menos repressivo.

A repressão seria fruto da anarquia dos quartéis, suprimindo seu caráter sistemático e institucional. “A ditadura envergonhada foi substituída por um regime a

um só tempo anárquico nos quartéis e violento nas prisões. Foram os Anos de Chumbo” (GASPARI, 2002b, p.13).

Os Destacamentos de Operações Especiais (DOI), agentes primordiais do aparato repressivo, são apresentados como representantes dessa anarquia: “Por mais de dez anos essas três letras foram símbolo da truculência, criminalidade e anarquia do regime militar” (ibid., p.175).

O autor usa os termos porção para denominar os centros repressivos e tigrada para designar os agentes da repressão, estabelecendo uma dissociação entre o aparato repressivo e os governos ditatoriais por eles responsáveis e que deveriam responder por seus atos.

Marcos Napolitano discorre sobre as considerações feitas por Gaspari nesse livro:

Outras questões centrais para uma análise mais acurada do regime simplesmente desaparecem da agenda: a tradição de liberalismo doutrinário e autoritarismo instrumental, marca das elites brasileiras; o amplo controle do processo político e da violência autorizada, por parte da hierarquia militar brasileira, apesar das tensões e lutas políticas inerentes ao exercício do poder (o que poderia colocar em xeque a tese da "anarquia militar" que não parece tão determinante no caso brasileiro); a vacilação dos liberais tendo que optar entre a crítica à censura e a necessidade de uso da força contra a guerrilha e a opção por um autoritarismo institucional por parte dos castelistas, complementado pela violência política instrumental e localizada (que poderia ir além da tradicional dicotomia entre "linha dura" e "moderados") (NAPOLITANO, 2004).

Antonio Torres Montenegro faz uma análise da obra citada:

O livro narra um curto período da história política do Brasil: da crise da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, até o golpe civil militar de 1964. No entanto, as dimensões sociais, econômicas e culturais se entrelaçam à narrativa quer no detalhamento das lutas sindicais e de setores da sociedade civil, quer nas tensas

negociações das estratégias econômicas, quer nas campanhas da UNE e de defensores de uma reforma educacional ampla, entre outros aspectos abordados. A narrativa das histórias, eventos e acontecimentos associados à reprodução das notícias de jornais, discursos, declarações, entrevistas se constitui em uma das marcas indelévels do livro. Os autores, ao recuperarem e atualizarem essa arte de contar, por meio de um estilo que atende a modulações próprias dos múltiplos embates sociais, políticos e econômicos, trilhados ao longo do texto, não se furtam ao desafio metodológico próprio do fazer historiográfico (MONTENEGRO, 2015).

Este foi um período da história extremamente conturbado.

1.2.2 *Infância Roubada: crianças atingidas pela ditadura militar no Brasil (2015) de Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”*

Com produção da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo³, com foco nas crianças filhas de militantes perseguidos ou mortos, esta obra literária mostra histórias privadas e álbuns das famílias afetadas pela ditadura militar.

A partir de depoimentos das vítimas, a produção tenta evocar de que maneira se deu o tratamento por parte do Estado em relação aos filhos de seus inimigos. Consta nele narrativas inéditas, relatos e fotografias das vítimas deste regime ditatorial. “O absurdo da ditadura produziu, ainda, o absurdo de prender e banir crianças, fichando-as como subversivas, considerando-as perigosas à segurança nacional”.

Na obra analisada há a possível existência de um filho de Souza e Adelaide. O regime ditatorial presente na obra de Ignácio de Loyola Brandão também maltratou os filhos do período:

Mas nós? Onde está nosso filho? Nem sei se tivemos. Pode parecer um absurdo, mas é verdade. Podem acreditar. Pela minha honra. Tudo se confunde na minha cabeça, o que foi e o que devia ser. O que era realmente e aquilo que eu gostaria que fosse. [...] Na porta do quarto, olhei para o baú, em cima do guarda-roupa. Olhei

³ Comissão da Verdade do Estado de São Paulo (2014)

para lá, nem sei dizer porquê. Foi automático. O baú de vime já escuro. A última vez que foi aberto, Adelaide estava grávida. Ao menos, pensávamos que estivesse. A barriga crescia, as regras foram interrompidas, ela enjoava. [...] Ela estava à banquetta, sem barriga alguma. Não consegui entender. Algo se rompeu em minha cabeça. De um dia para o outro, no espaço de uma noite, a barriga desapareceu. Não havia realmente gravidez. Durante anos pensei naquilo, me impressionava muito. Meu filho não passou de uma bolha de ar. [...] Não queria admitir. Por nada. Nem podia pensar que o navio das nossas crianças pudesse ter afundado. Estou seguro que chegou a um porto, as crianças desembarcaram. Hoje devem ser adultos, vivem suas vidas. Só uma coisa ainda me aflige. Teriam se esquecido, ou não souberam? Será que contaram aos meninos o porquê daquele êxodo? A condição imposta era essa: que um dia soubessem e tomassem a própria decisão. Que não entendessem a separação como rejeição. Ao contrário, foi um profundo ato de amor, única solução. Era essa a carta que Adelaide esperava, todas as tardes, escondida no corredor de entrada. A carta em que nosso filho diria tudo bem queridos pais. Estou crescendo, entrando para a faculdade, começo a trabalhar, vou me casar, o neto vem chegando, estou apertado de dinheiro, alegre. (BRANDÃO, 2008, p. 7, 26, 27, 233).

A existência ou não do filho de Adelaide e Souza é um ponto obscuro na obra.

1.3 RECEPÇÃO CRÍTICA DA OBRA *NÃO VERÁS PAÍS NENHUM*

Alcmeno Bastos em *Duas ficções antecipatórias: o insólito Brasil de Bolero e Não verás país nenhum*, analisa o enredo do livro de Ignácio de Loyola Brandão como um perfeito exemplar de ficção antecipatória de tom pessimista.

Ainda conforme o pesquisador, devido à indefinição temporal do livro não lhe tira o caráter político, pois esse aspecto é compensado pela nomenclatura de intuito semântico, com pouca dificuldade de conversão decodificadora (BASTOS, 2000).

Também é feita uma interpretação a respeito das questões ambientais que norteiam o livro. Ele afirma que os protestos ecológicos foram inúteis, pois as

personagens no momento em que a história é contada já estão em um país desertificado.

O processo de desertificação do Brasil é hiperbolizado em *Não verás país nenhum*, para maior eficácia da denúncia. Não se trata mais, no nível do enunciado de protestos feitos pelos defensores da natureza nos distantes anos 1970/1980, mas da prova incontestável de que tais protestos foram inúteis (ibid., p. 58).

Cecília Almeida Salles fala sobre a crítica genética e o processo de criação:

A crítica genética incorpora aos estudos da arte um objeto para além dos limites da obra assim como é entregue ao público: seu processo de criação. Desse modo, acompanha esse percurso para desmontá-lo e, em seguida, pô-lo em ação novamente, pois seu objeto de estudo é o caminho percorrido pelo artista para chegar (ou quase sempre chegar) às obras. Essa crítica refaz, assim, os diferentes momentos do percurso construtivo da obra, com a intenção de reconstituí-lo e compreendê-lo. É, portanto, uma pesquisa baseada em documentos em processo, em oposição às pesquisas que se valem de produtos ditos acabados (SALLES, 2008, p.18).

Cecília Almeida Salles fez uma pesquisa genética do romance em sua tese *Uma criação em processo: Ignácio de Loyola Brandão e Não verás país nenhum*.

Teve como objetivo analisar “o processo através do qual Brandão passou para chegar à produção de seu livro *Não verás país nenhum*” (SALLES, 1990).

Sua análise se deu pelo livre acesso a todas as marcas deixadas pelo escritor ao longo do processo: diários, anotações, rascunhos, fotos, mapas, reflexões sobre a escrita do romance, artigos de jornais e revistas.

Ignácio de Loyola Brandão também deixou à pesquisadora anotações que fez logo após a publicação do livro, nas quais podem-se ver textos que mostram a reação do escritor em face das críticas feitas à obra *Não verás país nenhum*.

A recepção da obra pela crítica: Veja, deu hoje a segunda crítica sobre o livro [Não verás país nenhum]. De um tal José Onório [sic]. Quem é? O problema é que qualquer pessoa pode ser crítico de livros neste país. Falou muito mal. Porque não entendeu nada. Ou não quis entender (BRANDÃO, citado em SALLES, 1990)

A primeira crítica divulgada na imprensa, no período de lançamento de *Não verás país nenhum*, aparentemente foi feita em 1981 pelo crítico literário José Onofre, da revista *Veja*, onde ele dizia ser o livro uma obra fraca, preconceituosa, árida e imitativa, com uma população detestável e um país devastado que o autor parecia querer enterrar.

O crítico da Folha de São Paulo, Moacir Amâncio (citado em MEDINA, 1985), julgou a obra como sendo fácil e rápida, mas fez uma observação na qual afirma que o livro possuía falhas não explicadas e que Ignácio de Loyola Brandão aparentemente parecia duvidar da capacidade do leitor e de sua obra.

Na pesquisa de Salles observam-se as reações de Ignácio de Loyola Brandão em referência a essas duas críticas: a crítica de Onofre, de 1981, deixou o escritor revoltado a ponto dele colocar em dúvida a credibilidade do crítico e sugerir que se tratava de preconceito contra a literatura brasileira, enquanto que a crítica de Amâncio foi recebida com otimismo, apesar de não ser totalmente positiva.

O crítico Geraldo Galvão Ferraz (citado em MEDINA, 1985) fez considerações em que afirmava que o livro se parecia mais com a realidade do que se desejaria que parecesse, ou seja, para o crítico a obra não tinha nada de absurdo, era somente fruto da análise da sociedade feita por seu autor. Posicionou-se contra a classificação do romance como ficção científica, visto que a ação era colocada há algumas décadas, portanto seu autor não tinha feito ficção científica.

“A boa ficção científica age do mesmo modo que a boa literatura e a boa arte *mainstream*: expandindo nossa consciência, nossa inteligência”, afirma o escritor e crítico literário Nelson de Oliveira.

Ela faz isso ao abordar temas que estão fora do cardápio da literatura realista-naturalista. A boa ficção científica extrapola o aqui-agora radicalmente, de uma maneira que nenhum outro gênero literário consegue fazer. (OLIVEIRA, citado em FERNANDES, 2018).

Conforme Elizabeth Ginway (2005), o romance, em 1985, foi traduzido para o inglês e Kenneth Krabbnhoft fez uma resenha no *New York Times Book Review*, em que elogiou o livro e afirmou como sendo o único romance brasileiro de ficção científica.

O ensaísta Robert E. DiAntonio escreveu em 1989 dois ensaios em que incluiu Ignácio de Loyola Brandão e com destaque para *Não verás país nenhum: “Brazilian fiction: aspects and evolution of the contemporary narrative”* e *“The evolution of Ignácio de Loyola Brandão’s Dystopian Fiction”*⁴. Em ambos de se redimir das críticas negativas feitas anteriormente à obra de Ignácio de Loyola Brandão. Apesar disso encerrou seu texto afirmando que o autor estaria em um período de decadência.

Percebe-se que o ensaio de DiAntonio aparentemente provocou uma melhor reflexão por parte de Martins (1998) a respeito da obra de Ignácio de Loyola Brandão.

Em 1998, em entrevista a José Castelo do Jornal O Estado de S. Paulo, Martins afirmou acreditar que Loyola é um bom escritor e que ele o considera

⁴ "Ficção brasileira: aspectos e evolução da narrativa contemporânea" e "A evolução da Ficção Distópica de Ignácio de Loyola Brandão".

injustiçado porque seu reconhecimento ainda é ínfimo, diante da importância e da grandiosidade de sua obra.

Martins, em 2006, período em que se lançava a edição comemorativa de vinte e cinco anos de *Não verás país nenhum*, demonstrou admiração pelo romance. Redigiu o texto que o divulgaria, apresentando-o como um livro que impressiona, assusta e conscientiza - bem como faz um convite para a leitura do livro.

Não verás país nenhum em 2019 estava em sua 28ª edição, continuando a ser uma obra sucesso de venda. Ignácio de Loyola Brandão declara que este é o seu livro mais vendido, mais traduzido e que recebeu as melhores críticas, mesmo tendo discordado de algumas.

O sucesso que as reedições do romance têm alcançado, mesmo vindo a ser publicado ao longo de mais de quatro décadas, é devido em sua maioria à atualidade de temas apresentados nele.

Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy faz uma crítica em relação à obra e nela afirma que a mesma é atual, e presente:

O livro é originado de um conto, no qual Souza, o personagem central, descobriu que tinha um furo na mão. Sua vida então mudou. *Não verás país nenhum* é uma obra imperdível da literatura brasileira contemporânea. É um livro absolutamente atual. Comprova que nossa literatura também conta com uma obra de distopia muito bem elaborada, igual ou superior a *1984*, de Orwell, a *Admirável mundo novo*, de Huxley, ou mesmo a alguns filmes, como *Blade Runner*, de Ridley Scott. Na distopia de Loyola, o vilão é o próprio ser humano. O livro é de tirar o fôlego. Pode parecer, no entanto, e muitas vezes, que se lê um jornal em tempo próximo, ou amargamente presente. Confiram. (GODOY, 2019).

Reflexões pertinentes sobre aspectos ecológicos, políticos e sociais possibilitaram que Ignácio de Loyola Brandão enfrentasse as censuras social,

peçoal e institucionalizada, ao mesmo tempo em que as ludibriava para se proteger e defender seu romance.

1.4 RELAÇÃO DE *NÃO VERÁS PAÍS NENHUM* COM O CONTO *O HOMEM DO FURO NA MÃO*.

O conto *O homem do furo na mão* (1976), foi publicado na coletânea *Cadeiras Proibidas* (1976). É uma compilação de textos inicialmente publicados sob a forma de crônicas no jornal carioca *Última Hora*, para o qual ao longo da primeira metade da década de 1970 Ignácio de Loyola Brandão escreveu semanalmente.

O personagem do conto e as agruras por ele vividas reaparecem no romance *Não Verás País Nenhum* demonstrando uma relação entre eles.

Ignácio de Loyola Brandão fala sobre a relação entre as duas obras:

Um dia, acho que em 1977, apanhei o conto [*O homem do furo na mão*], reli e compulsivamente comecei a reescrevê-lo. Passei a incluir o sol inclemente, um grande calor e a ausência de vegetação. Parei, estudei e pesquisei durante um ano: ecologia, devastação, energia, climas, hidrografia, alimentação etc., e voltei a trabalhar no conto. Terminei com um romance na mão, *Não verás país nenhum*. Meu livro mais lido, vendido, discutido e traduzido (BRANDÃO, 2002, p. 74).

Mikhail Bakhtin fala sobre o dialogismo que pode haver entre obras, como no caso das obras em análise neste tópico:

A relação dialógica é uma relação (de sentido) que se estabelece entre enunciados na comunicação verbal. Dois enunciados quaisquer, se justapostos no plano do sentido (não como objeto ou exemplo linguístico), entabularão uma relação dialógica. Porém, esta é uma forma particular de dialogicidade não intencional (por exemplo, a reunião de diversos enunciados emanantes de diferentes cientistas e pensadores ao se pronunciarem, em várias épocas, sobre um dado problema) (BAKHTIN, 2003, p. 345-346).

O conto *O homem do furo na mão* retrata uma particularidade física do protagonista e como isso tem uma representatividade em sua vida. Apesar de lhe parecer natural representa as fragilidades e as deficiências de seu mundo.

Em *Não verás país nenhum*, inicialmente a vida do protagonista Souza, está baseada na falta de surpresas representadas em seu cotidiano e também há o conforto de uma estabilidade vivencial.

No início do texto há o predomínio de verbos no pretérito imperfeito, exacerbando o caráter de continuidade e permanência das ações do protagonista:

Há doze anos tomavam café juntos e ela o acompanhava até a porta. “Você está com um fio de cabelo branco. Tinge ou tira.” Ele sorriu, apanhou a maleta e partiu para tomar o ônibus. Faltavam doze para as oito, em três minutos estaria no ponto. O barbeiro estava abrindo, a vizinha lavava a calçada, o médico tirava o carro da garagem, o caminhão descarregava cervejas e refrigerantes no bar. Estava no horário, podia caminhar tranquilo. Coçou a mão, descobriu uma leve mancha avermelhada de dois centímetros de diâmetro (BRANDÃO, 2002, p. 19).

Nota-se que as sentenças destacadas deixam de lado o imperfeito e demarcam alterações na rotina. Em primeiro lugar tem-se o fio de cabelo branco e sua presença é notada pela esposa.

O cabelo branco delata a passagem do tempo, o envelhecimento do corpo. É algo a ser escondido com o objetivo de perpetuar uma rotina e a ausência de movimento.

Antes de chegar ao seu local de trabalho, um escritório marcadamente impessoal, o protagonista nota que a mancha avermelhada havia se transformado em um furo perfeitamente simétrico, de maneira indolor e imperceptível: “Um orifício perfeito. Como se tivesse sempre estado ali. Nascido” (BRANDÃO, 2002, p. 20).

No escritório, se empenha para esconder o furo, que traz sensações incompatíveis como vergonha e orgulho: Ao logo do dia tentou disfarçar a mão ocultando-a entre os papéis. Não queria que os colegas o vissem. Eles não tinham furo na mão. “[...] Na hora de bater ponto de saída, enfiou a alavanca no buraco e empurrou. Contente, sentia-se mais que os outros” (BRANDÃO, 2002, p. 20).

O caráter impessoal do ambiente de trabalho, em que a padronização de comportamento é marcada, deixa o protagonista num impasse. Não se enquadrar nos parâmetros ocultamente exigidos dá uma sensação de culpa que parece não ter justificativa e resiste a uma compreensão imediata.

Entretanto, a ânsia de ser e parecer igual aos que o rodeiam passa a ser trocada por um misto de orgulho ao apresentar suas diferenças e características próprias. Esse processo é desencadeado pelo furo na mão.

Samuel Ponsoni fala sobre o furo na mão e as relações de poder decorrentes:

O narrador descreve a perfeição e a inerência do furo (discurso?) no sujeito. Ele estava dentro desse sujeito, em sua memória. Quando a ideologia desse discurso, que agora faz parte de seu pensamento, o interpela, passa também a fazer parte de suas práticas. Ao longo da narrativa ele brigará para manter esse furo. Visto de outra forma, luta para manter o lugar diferente, o lugar da singularidade. Pode-se pensar como a incorporação de um saber – na época, bem como em outros momentos da história de construção do conhecimento das sociedades, saber pode também significar rompimento, não concordância; a insurreição contra o poder, trazendo obviamente consequências físico-psíquicas para os sujeitos – uma chaga messiânica, algo que o torne diferente e que o faça se inscrever em um discurso dissonante do discurso dominante. Após os primeiros estranhamentos, ele passa a querer ser diferente, ou seja, há a ruptura com o discurso opressor, que equipara os indivíduos, tornando a sociedade homogeneizada. Dessa forma, começa também sua saga de resistência e insubmissão ao poder. A partir desse momento, na narrativa, é que se dão as principais relações de poder, em que os sujeitos exercem

uns sobre os outros as ações de domínio, isto é, os modos pelos quais uns oprimem os outros. Logo as coerções são apresentadas ao protagonista. O poder pulverizado e deslizante acompanha o “homem” do furo na mão, já bastante clivado diante da situação, pois havia durante anos absorvido, subjetivamente, os controles sociais inseridos pelas regras do poder. (PONSONI, 2010, p. 11).

Tais rotinas tem um destaque em: “[...] Pela segunda vez em doze anos saía sozinho sem ninguém para acompanhá-lo até a porta, sem a sensação de estar vigiado, de ter de ir e voltar ao mesmo lugar, ter de justificar as coisas, o dia, os movimentos [...]”. (BRANDÃO, 2008, p. 43).

A esposa apresenta um discurso de não aceitação da diferença, não admite a presença do furo. Opondo-se a ela, ele parece fortalecer sua posição com maior clareza, defendendo claramente sua diferença: “Só eu tenho esse furo” (BRANDÃO, 2002, p. 21).

Em face de sua resistência, a esposa acaba por abandoná-lo, o que contribui para que o personagem se sinta livre:

Acordou com o silêncio da casa, os cômodos na penumbra, tudo desarrumado. Gostou da desarrumação. Fez café, jogou pó no chão, molhou tudo que pôde, derrubou lixo. Tomou banho, jogou as toalhas, molhou o chão, largou o sabonete dentro da privada. Saiu. Pela segunda vez em doze anos saía sozinho sem ninguém para acompanhá-lo até a porta, sem a sensação de estar vigiado, de ter de ir e voltar ao mesmo lugar, ter de justificar as coisas, o dia, os movimentos (BRANDÃO, 2002, p. 22).

Ao contrário da perda da esposa, tudo o mais de que o protagonista é privado lhe faz falta.

Um fato do enredo que já fora explorado por Ignácio de Loyola Brandão sob outra ótica histórica, no conto *O homem do furo na mão*, serve de exemplo da narrativa em *Não verás país nenhum*. No início do romance, Souza, o protagonista,

narra o aparecimento de uma coceira na palma de sua mão, uma coceira que se torna um furo, incômodo às autoridades, aos vizinhos e a sua esposa Adelaide, que termina por abandoná-lo.

O homem do furo na mão, por seu caráter contundente, demonstra-se como uma obra inquietante, inquiridora, assim como a própria literatura “considerada como uma intimidação e um fator de ‘fratura social’. A literatura não é a língua da alusão? Para entendê-la é preciso ‘estar dentro’ [...]. Alusão é, portanto, exclusão.” Compagnon (citado em SOUZA, 2014, p. 8).

Bakhtin fala sobre o dialogismo que é constituído por relações entre índices sociais de valores que constituem o enunciado, compreendido como unidade da interação social:

A compreensão estreita do dialogismo concebido como discussão, polêmica, paródia. Estas são formas externas, visíveis, embora rudimentares, do dialogismo. O crédito concedido à palavra do outro, a acolhida fervorosa dada à palavra sacra (de autoridade), a iniciação, a busca do sentido profundo, a concordância, com suas infinitas graduações e matizes (sem restrições de ordem lógica ou reticências de ordem puramente factual), a estratificação de um sentido que se sobrepõe a outro sentido, de uma voz que se sobrepõe a outra voz, o fortalecimento pela fusão (mas não a identificação), a compreensão que completa, que ultrapassa os limites da coisa compreendida, etc. Estas relações específicas não podem ser resumidas a uma relação puramente lógica, ou a uma relação puramente factual. É aqui que se encontram, em toda a sua integridade, posições, pessoas (a pessoa prescinde de revelação extensiva: pode manifestar-se por um único som, revelar-se por uma única palavra), justamente vozes. (BAKHTIN, 2003, p. 351).

Entretanto causa-lhe um estranho orgulho a ocorrência desse atípico e perfeito furo que não sangra e é suficiente para preocupar as forças opressoras, porque é uma marca da diferença que lhes escapa do controle. O trecho que segue é marcante:

Os anos que o Esquema me deve. Quanto rondei sem emprego, amaldiçoado pelo carimbo: APOSENTADO COMPULSÓRIO POR LEI DE SEGURANÇA. Agora, nem estou registrado. Meu sobrinho me conseguiu o lugar. Estou acuado. Dever, não poder brigar, ter de agradecer. Não gosto dele, me sinto mal. Mal comigo. Preciso sobreviver, tenho Adelaide, sustento meus pais. Junto a mim carrego um carro de justificativas para permanecer como sou. Por isso amo o furo. Ele me mostra de repente que existe o não. A possibilidade de tudo mudar. De um dia para o outro. (BRANDÃO, 2008, p. 35).

As obras *o Homem do furo na mão* e *Não verás país nenhum*, tem pontos em comum, tal como serem ficções distópicas. Ramiro Girollo analisa as duas obras e a confluência entre elas:

Pode-se propor que “O homem do furo na mão”, a despeito de não apresentar justificativas ficcionalmente cognitivas para os eventos insólitos narrados, possui uma inclinação para a ficção científica, apresenta a tendência genérica que é própria do gênero. Afinal, por meio de um quadro imaginário distanciado, o conto tenta promover um questionamento cognitivo de circunstâncias em curso na realidade sensível. A percepção de que o texto guarda relações com o gênero se reforça diante de outra obra de Loyola, *Não Verás País Nenhum*, significativo e paradigmático exemplo de ficção científica distópica que tem como fio condutor da narrativa eventos similares aos narrados em “O homem do furo na mão”. No romance, o enredo do conto é reaproveitado de forma a promover de forma plena, o distanciamento cognitivo. No conto, o endosso que é dado à estrutura patriarcal representa uma tomada de posição conservadora, opção contraditória frente à intenção subversiva da narrativa: não se trata de um texto cognitivamente coerente (GIROLLO, 2012).

Em entrevista a Marie Declercq, do portal TAB UOL, Ignácio de Loyola Brandão fala sobre a origem da obra *O homem do furo na mão* e suas consequências e repercussões em *Não verás país nenhum*:

TAB: "Não verás..." fala de negação da ciência, de um governo desorganizado e autoritário. Algum tipo de circunstância desencadeou o conto *O homem com um furo na mão*, e depois o romance?

ILB: (risos) É muito engraçado, vou contar. Eu estava na editora Abril e fui transferido para a Realidade, uma publicação fantástica que foi esmagada pela censura. Mas não tinha trabalho nenhum, porque a revista não estava saindo, não podia publicar nada. Em uma manhã, entediado, peguei uma caneta esferográfica azul e fiquei girando a ponta na palma de minha mão. Nesse momento passou pela minha mesa o dramaturgo Jorge Andrade, encarregado dos grandes perfis na Realidade. "O que é isso, Ignácio? Um furo na sua mão? Como isso aconteceu?". Olhei e disse: "Não sei, Jorge, eu vinha no táxi e minha mão começou a coçar. Quando cheguei no elevador, fui coçar e saíram os pedacinhos. Ficou esse furo na mão." Ele me disse: "Ficou ótimo, nem o Pitanguy faria tão bem feito. Toma cuidado." Perguntei o porquê. Ele respondeu: "Por que estão demitindo da Abril quem tem um furo na mão". Era o começo dos anos 1970, eu tinha acabado de me casar. Fui pra casa, esqueci de lavar a mão, e minha esposa na época, psicóloga, olhou e disse "Ih, Ignácio, o que é isso?". Conte a história toda e ela disse: "Toma cuidado, que aqui no prédio estão despejando quem tem furo na mão." De novo, perguntei o porquê. "Porque quem tem furo na mão é uma pessoa diferente", ela respondeu, "e as pessoas diferentes incomodam". Aí eu escrevi o conto. No dia seguinte, como não tinha o que fazer no trabalho, escrevi esse conto sobre o cara que sai de casa e tem um furo na mão. Era um conto de dez páginas, publicado em uma revista chamada Homem Vogue. Cada vez que escrevo uma coisa e publico, nunca mais penso nela. Mas, depois de publicado, continuei a pensar no conto por anos, até que em 1976, 1977, sentei e escrevi *Não verás país nenhum* (BRANDÃO, citado em DECLERCQ, 2020).

O que era inicialmente apenas um desenho feito na palma da mão utilizando-se de uma caneta esferográfica passa a ser a origem da obra em análise.

Girollo fala que a relação com o momento histórico em que o conto foi produzido deve ser destacada. É apropriado lê-lo como uma crítica à ditadura militar contemporânea à escrita. "A tentativa dos militares de uniformizar o comportamento da população, assim, é posta em cena pela exclusão sofrida pelo protagonista". (GIROLLO, 2012, p. 3).

Em *Não verás país nenhum*, o furo na mão desempenha a função de gatilho, configurando-se como o meio de partida para perceber, até imprimir uma

individualidade que possibilite o confronto tanto de traumas recalçados, relacionados tanto a situação de frustração profissional quanto a pessoal.

O protagonista tem uma ruptura definitiva com a sua rotina anterior ao regressar ao seu lar, após o dia de trabalho, demarcando o rompimento definitivo com a rotina pregressa. O conto tenta mostrar um amplo contexto opressivo.

O trauma profissional refere-se à desilusão aos rumos político-sociais do Brasil.

Adiantava falar com as pessoas, pobres coitadas, preocupadas, e como, com o trabalho, a comida, o dia a dia? Elas me perguntavam: Está bem, o que a gente faz? Para de trabalhar? Reclama com o patrão e é despedido? Organiza um movimento, assina um manifesto?" Tinham razão, quantos movimentos foram planejados e boicotados? E os milhares de manifestos que estão arquivados, se é que estão, no túmulo da memória nacional? O problema era não provocar demissão. A perda do emprego significava morte para a família inteira. Estar na fábrica representava uma cota de água, mínima, um salário vergonhoso, a garantia da maloca em que se morava. A insegurança era imensa, quem estava desempregado fazia tudo para arranjar um posto (BRANDÃO, 2008, p. 127).

O trauma pessoal alude à vaga recordação da morte de um filho que Souza, o protagonista, não sabe realmente se teve, mesmo com vestígios de sua existência guardados em sua casa:

"Da treva nasce a vida. Do escuro que era o caos primitivo surgiu o mundo. A semente vai voltar desse ponto desconhecido." Adelaide coçou o olho e me encarou naquela sua maneira irritada com que costumava me pôr no lugar: "Não é hora de fazer discurso, nosso filho acaba de desaparecer." — Aceito a água. — Oi, cara, aceito a água. Desde aquele dia, o sonho foi constante. Nos primeiros tempos, Adelaide acordava gritando, suando, exausta. Contemplava o navio se afundando, depois o mar calmo. Nunca viu, é verdade, os meninos morrendo. Eu a consolava: foram salvos, estavam nos botes, algum navio passou e apanhou (BRANDÃO, 2008, p. 235-236).

Não verás país nenhum e *O homem do furo na mão* colocaram alguns discursos que estavam mudos, pertencentes ao não dizível e, naquele período da ditadura, dizer-se subversivo a essa ordem, ser diferente e lutar por liberdade era ser tachado como louco, como sendo um indivíduo que não compactua com os pensamentos vigentes. A esses sujeitos tachados como loucos sobraria apenas a exclusão, a reclusão em um outro espaço contido, sem liberdade de exposição de ideias e submetido a discursos ideológicos dominantes, homogêneos, normais. Apresentava-se apenas como diferença o furo. Para subverter de certa maneira o poder, havia a necessidade de se ter algo diferente no indivíduo: um furo.

1.5 A RELAÇÃO DE *NÃO VERÁS PAÍS NENHUM* COM AS OBRAS *ZERO* E *BEBEL QUE A CIDADE COMEU*

Os livros *Zero* (1974) e *Não verás país nenhum* são escritos e lançados durante o período ditatorial e servem como base por parte de Ignácio de Loyola Brandão da construção de narrativas sobre este período.

Ignácio de Loyola Brandão é um escritor que apresenta um grande cuidado com a linguagem e zelo na confecção de seus livros. O escritor construiu diários e debateu com várias fontes e utilizou de diversos meios como suportes para produzir suas narrativas.

Usando sua experiência de jornalista ao longo de um período de repressão e censura, seu gosto marcante pela leitura, pelo cinema, as lembranças das ruas das cidades onde viveu, as memórias da família, pelas angústias diárias de um país contraditório e marcado pela violência, Ignácio de Loyola Brandão escreveu sobre personagens decadentes, sobre a noite e a cidade, como em *Bebel que a cidade comeu* em que conta a história de uma bailarina suicida.

Para debater sobre a experiência do pessimismo e mal estar presentes na literatura brasileira ao longo do regime ditatorial, torna-se necessário entender como se dá a ligação entre os livros *Zero* e *Não verás país nenhum*.

Vera Lúcia Silva Vieira aborda esse tema:

O *Zero* é a instalação de um sistema e o *Não verás* é a consequência desse sistema. Pouca gente analisou *Não verás* sob esse ponto de vista. É gozado isso. Não pegaram! Já ficam imaginando 1984, do Orwell, Admirável mundo novo, do Huxley. (VIEIRA, 2017, p. 214).

Zero foi publicado inicialmente na Itália em 1974. Anteriormente havia sido recusado por diversas editoras brasileiras. A primeira edição nacional foi publicada somente um ano depois. Em 1976, foi proibido pelo Ministério da Justiça em todo o país. Foi considerado atentatório à moral e aos bons costumes.

O livro tem como objeto os temas repressão e a restrição da liberdade, os quais foram novamente debatidos em *Não Verás País Nenhum*. Ambos têm como pano de fundo histórico a Ditadura Militar Brasileira, período em que os livros foram escritos. Ambos se completam e se encontram um no outro, marcando uma trajetória em que o Brasil e as pessoas que o compõem dividiram uma experiência de violência, angústia e desinformação.

Zero e *Não verás país nenhum* são obras marcadas por uma diagramação especial: em *Zero*, os parágrafos são organizados como manchetes de jornal, com o uso de notícias recortadas, figuras, diagramas, com uma sobreposição de temas e ideias.

Em *Não verás país nenhum* o texto é todo elaborado com uma estrutura de parágrafos de cinco linhas, entremeado por chamadas que endereçam a manchetes ou a propagandas.

Nos dois livros as narrativas são compostas por alegorias. Em *Zero*, os personagens habitam um bairro denominado Boqueirão. Pobres, deficientes e estrangeiros buscam abrigo nesse bairro, por serem diferentes ou para se esconder de um violento conflito entre guerrilheiros e o governo.

Em *Não verás país nenhum*, o enredo ocorre em um futuro sem água e árvores, com uma sociedade confinada em favelas, acampamentos de refugiados, sem que se conheçam os governantes do regime vigente e no qual os sistemas de repressão são absurdamente violentos.

Bebel que a cidade comeu é o primeiro romance de Ignácio de Loyola Brandão e foi publicado em 1968. Tem como preocupação maior o questionamento da vida, indagando simultaneamente a arte e a própria condição do artista em um contexto problemático e complexo, tal como o ocorrido nas grandes metrópoles.

Os problemas e incertezas da personagem representam uma parte daquelas que Ignácio de Loyola Brandão tem a respeito da feitura do romance, da sua aceitação, sua validade e adequação a um mundo-realidade em crise.

De maneira audaciosa, nesse romance, o autor inicia suas primeiras experiências literárias com o gênero romanesco ao fugir das características tradicionais do gênero.

O grande mérito de *Bebel que a cidade comeu* é o fato de ter sido o embrião e a fonte de características pertencentes a obras de Ignácio de Loyola Brandão.

Bebel que a cidade comeu é um dos primeiros romances brasileiros a agregar informação jornalística à prática literária, com o objetivo de referenciar sua literatura diretamente à realidade. Estas características viriam a ser utilizadas definitivamente com a publicação de *Zero* e com a intensa polêmica decorrentes, autor e obra passaram a ter mais visibilidade.

Todavia o grande mérito do autor é o fato de já no romance de estreia ter promovido a ruptura com um gênero tradicional como o do romance, ao incluir na sua estrutura elementos da realidade, sob a forma de textos publicitários e jornalísticos.

Renato Franco fala a respeito da obra *Bebel que a cidade comeu* e sua relação entre literatura e jornalismo:

Bebel que a cidade comeu, também de modo sintomático, incorpora em sua matéria manchetes e notícias de jornais ou da televisão – manifestando o estreitamento das relações entre literatura e jornalismo, que tanto marcaria os anos seguintes –, frases da publicidade, panfletos políticos, propaganda estatal, referências cinematográficas, constituindo de modo engenhoso uma linguagem apta a promover uma espécie de renovação do romance, visto que a atualiza por meio da utilização de procedimentos técnicos oriundos dos meios técnicos contemporâneos. A essa linguagem podemos chamar de “linguagem de prontidão”. Como se pode concluir, esse romance foi obrigado, para elaborar narrativa ágil, a recorrer ao uso da montagem: esse procedimento, não por acaso, se tornaria o princípio constitutivo da maior parte dos romances da década seguinte (FRANCO, 1998).

Em *Bebel que a cidade comeu* Ignácio de Loyola Brandão inicia uma nova forma de problematização da realidade. Em *Zero*, faz um trabalho de decomposição mais audacioso do romance, vindo a ser um dos romances mais originais da década de 1970.

Vieira discorre sobre a relação entre as obras *Bebel que a cidade comeu* e *Não verás país nenhum*:

A obra literária traz em seu bojo a dimensão política da arte, seu poder de construir práticas sociais, enaltecer ou recusar projetos políticos, sua capacidade de expressar desejos e sensibilidades. Compreendendo a arte de escrever como um ato político, através de *Bebel que a cidade comeu* e *Não verás país nenhum*, ambas de Ignácio de Loyola Brandão, podemos refletir sobre algumas

representações literárias produzidas em diálogo com o regime militar de 1964. Num momento de censura e cerceamento da liberdade, a televisão teve importante papel para divulgar ideias e símbolos que buscavam construir a legitimidade do governo, além de adentrar o cotidiano das pessoas transformando hábitos e comportamentos, a partir de uma imagem sedutora e ilusória (VIEIRA, 2010).

Em *Bebel que a cidade comeu* percebe-se a fragmentação do homem, vítima da violência e do caos do espaço urbano representados pela cidade de São Paulo. Nota-se neste romance o fascínio pela televisão, a busca pela efêmera fama e sucesso obtidos com ela. Ao proporcionar encantamento junto à sociedade e por apresentar uma eficácia propagandista, ela serviu imensamente aos interesses do regime ditatorial ao veicular programas e mensagens alinhados ao seu projeto nacional.

As ideias disseminadas obtinham fácil aceitação perante os telespectadores, movidos na sua maior parte pelo imaginário social construído em relação à expansão do comunismo no país e suas consequências ditas desastrosas, conforme pregava o regime ditatorial.

Em relação a expansão do comunismo no Brasil, Clodoaldo Bueno e Amado Cervo comentam sobre a atuação do Itamaraty⁵ em vista da “ameaça comunista” e de sua expansão, principalmente a partir dos anos que sucederam o fim da II Guerra Mundial (1945), tempo sinalizado pela bipolarização do sistema internacional entre Estados Unidos e União Soviética (URSS) e o consequente atrito político e ideológico:

A Guerra Fria, período em que o comunismo rompeu o isolamento da União Soviética e tornou-se, de fato, uma força planetária, produziu a intensificação do anticomunismo na sociedade e no Estado norte americano, que empenhou o peso

⁵ O Ministério das Relações Exteriores (ou **Itamaraty**) é o órgão do Poder Executivo responsável pela política externa e pelas relações internacionais do Brasil.

de seu poder e sua riqueza na sustentação dos grupos dispostos a enfrentar o “inimigo” oferecendo-lhes suporte ideológico, político e material. O desconforto e o medo provocados pela expansão do “perigo vermelho”, associado ao receio de que América Latina escapasse a sua órbita de influência a partir do exemplo cubano, tiveram implicações nas relações exteriores dos EUA, que passou a buscar nos países vizinhos apoio para um esforço comum de contenção do comunismo no hemisfério, o que resultou em ações como a assinatura do Tratado Interamericano de Assistência recíproca (TIAR, 1947), a criação da Organização dos Estados Americanos (OEA, 1948) e a realização das Reuniões de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas (a partir de 1939) (BUENO; CERVO, 2006).

Tais eventos ganharam destaque e aumentaram os argumentos liberais de mobilização anticomunista. Os liberais recusavam o comunismo por interpretar que ele ia contra o liberalismo político e econômico, abafando a liberdade e pondo em prática o autoritarismo político, além de destruir o direito à propriedade por intermédio da estatização dos bens particulares.

Adrianna Cristina Lopes Setemy, cita que:

[...] no Brasil o anticomunismo decorreu da interação de três correntes básicas: o cristianismo, mais precisamente o catolicismo; o nacionalismo e o liberalismo, sendo que este último foi o que encontrou acolhida menos entusiástica. Aqui, os valores religiosos católicos constituíram-se a base principal da mobilização anticomunista, relegando outras motivações a posições secundárias, ainda que os argumentos das três “matrizes doutrinárias” aparecessem frequentemente combinados ou mesclados. Tanto a retórica de viés liberal que condenava o comunismo internacional, reverberada pela diplomacia brasileira nas reuniões internacionais, como a alegação de independência ideológica em relação aos países que adotavam orientação socialista, podem ser interpretadas como estratégias pragmáticas para obter, simultaneamente, investimentos norte-americanos que viabilizassem o desenvolvimento nacional, como também a ampliação dos mercados junto aos países do bloco socialista (SETEMY, 2013)

No Brasil, a partir de 1935, com o levante comunista liderado por Luís Carlos Prestes, o comunismo tornou-se de fato um suposto inimigo da nação. Tomou maior importância com a decretação do Estado Novo, em 1937, e teve maior destaque através do golpe militar em 1964:

Apesar das rupturas institucionais que significaram, respectivamente, o golpe de Estado de 1937, que deu início à ditadura do Estado Novo (1937-1945), e o golpe de 1964, que deu início à ditadura militar (1964-1985), encontra-se que, no que diz respeito à ação pública inspirada pela convicção de ser imperioso o combate à “ameaça do comunismo”, os anos entre 1935 e 1964 configuram-se como um processo continuado e não entrecortado ou interrompido, durante os quais se concretizou a construção progressiva de uma lógica político-repressiva centrada na eliminação do comunismo. Portanto, trata-se de um período marcado por continuidades e permanências em termos de práticas estatais repressivas e de circulação de discursos políticos relacionados ao problema do comunismo enquanto um mal a ser eliminado, por representar desde uma forma criminosa contra a sociedade até uma forma de ameaça à “segurança nacional” (SETEMY, 2013).

A trajetória de Bebel nos faz pensar não só na efemeridade da televisão bem como na fragilidade do homem contemporâneo, fracionado, dividido, inserido numa sociedade com características marcantes de humilhações e de plena superficialidade.

Ana Paula Sversuti Gongora Bortolotto, discorre sobre a obra *Bebel que a cidade comeu* e ressalva o que vem a ser o tema de destaque da literatura de Ignácio de Loyola Brandão: a cidade e o papel que esta exerce no comportamento de seus habitantes. Estes romances demonstram as contradições e os problemas do mundo moderno, que se destacam e ganham força no espaço da megalópole:

Em *Bebel que a cidade comeu* (1968), o nome do romance já sugere a personificação do espaço urbano: a cidade é o grande personagem, que tem vida própria, que “engole” os que nela vivem, provocando neles um vazio existencial e

uma angústia profunda, como demonstram os personagens Bernardo e Bebel. Nas palavras de Bebel a cidade é “algo monstruoso”, é a vilã que não se importa com sua gente, que odeia seus habitantes. Entretanto, mesmo com toda a carga negativa que atribuem à grande São Paulo, os personagens não conseguem deixá-la, estão intimamente ligados a ela. E, assim, pode-se perceber a dinâmica contraditória que o texto de Loyola Brandão explora, pois a cidade é o lugar que atrai e, ao mesmo tempo, afasta as pessoas. (BORTOLOTTI, 2012, p.1).

Em *Bebel que a cidade comeu* a cidade sufoca e aprisiona pois a cidade é o lugar que atrai e também afasta as pessoas.

2 DITADURA, MEMÓRIA E AS REPRESENTAÇÕES DO PERÍODO NA OBRA

2.1 A DITADURA: CONTEXTO E CONOTAÇÃO HISTÓRICA NA OBRA EM ANÁLISE

A ditadura quis nos silenciar. A gente achou que, pela literatura, podia mudar toda a mentalidade do País. E não é assim. A arte muda as coisas, mas tem um tempo. O que a gente queria com o livro era uma arma na mão. Era um sonho.

Ignácio de Loyola Brandão

O Brasil já teve dois grandes momentos em que liberdades civis foram restringidas, com perseguição e tortura de cidadãos e o fechamento do Congresso.

Foram dois períodos de ditadura: o Estado Novo (1937-1945) e o Regime Militar (1964-1985). Conforme Ana Rita Cunha (2010): “Nesses dois momentos, ditadores tiveram amplos poderes, suprimiram liberdades, reprimiram violentamente opositores e dissolveram ou limitaram os poderes Legislativo e Judiciário”.

Há defensores dos patrimônios supostamente positivos deixados nesses dois períodos e que criticam a utilização do termo ditadura. Também tentam minimizar o autoritarismo dos líderes dessas épocas como forma de esquecimento e desvirtuamento das mazelas desse período.

A palavra ditadura tem origem na *dictatura* romana. Nos tempos da Roma antiga, caracterizava um regime temporário, com limitação de poder e de duração de um governo. De acordo com Norberto Bobbio:

A Ditadura romana era um órgão extraordinário que poderia ser ativado conforme processos e dentro de limites constitucionalmente definidos, para fazer frente a uma situação de emergência. O ditador era nomeado por um ou por ambos os cônsules, em consequência de uma proposta do Senado, ao qual cabia julgar se a situação de perigo fazia realmente necessário o recurso à Ditadura. O cônsul não podia autonear-se ditador, nem este último podia declarar o estado de emergência. O fim para o qual se nomeava um ditador era claramente definido e o ditador a ele deveria ater-se. Geralmente, tratava-se da condução de uma guerra (*dictatura rei*

gerendae causa), ou da solução de uma crise interna (*dictatura seditionis sedandae et rei gerendae causa*). Os poderes do ditador eram muito amplos: exercia o pleno comando militar; os cônsules eram a ele subordinados; seus atos não eram submetidos à intercessio dos tribunos; gozava do *jus edicendi* e, durante o período no qual exercia o cargo, seus decretos tinham o valor de lei; e, finalmente, contra suas sentenças penais, o cidadão não podia apelar (BOBBIO, 1998, p. 368).

Modernamente a ditadura pode ser definida como todos os regimes antidemocráticos ou não democráticos, bem diferente da definição de ditadura romana.

“O ponto de coincidência entre os dois fenômenos é a concentração e o caráter absoluto do poder. Mas a Ditadura moderna não é autorizada por regras constitucionais: se instaura de fato ou, em todo o caso, subverte a ordem política preexistente” (ibid., p. 368).

O poder ditatorial não tem predeterminação na constituição vigente e não tem limites jurídicos.

Apesar das ditaduras modernas se auto apresentarem como um período de tempo definido, não tem antecipadamente sua duração definida e como outro regime político qualquer, dependem da volubilidade da história.

Normalmente consistem em uma grande concentração de poder e um determinado órgão constitucional do Estado, com a possibilidade de suspensão da liberdade e dos direitos dos cidadãos apesar de serem mantidas normas jurídicas observando esses direitos de liberdade, contudo invariavelmente não são seguidas.

A hierarquia do poder é de cima para baixo, com os detentores do poder localizando-se em uma hierarquia superior, com poder ilimitado, não havendo leis, pois uma ditadura se coloca acima delas. O poder está concentrado na pessoa de um chefe ou de um regime não autocrático e também concentrando-se nas mãos de um pequeno grupo de poder.

Esse grupo instala-se como representante da mobilização de uma parte grande da sociedade, mas, subjungando a outra parte com violência e cerceamento dos direitos civis. Tal grupo apresenta-se como representante legítimo dos interesses e de proteção do povo. Contudo, suas regras de sucessão são bastante precárias, quando não existentes.

A história do Regime Militar no Brasil é complexa. O discurso de Luiz Ruffato sobre a Ditadura em 1964 é pertinente:

Sob o argumento de ‘evitar o caos político-econômico-social e a guerra civil, que ameaçava o país’, os militares, liderados pelo general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Região Militar, sediada em Juiz de Fora (MG), depuseram o presidente João Goulart na madrugada de 31 de março para 1 de abril, inaugurando um dos períodos mais tenebrosos da história brasileira. Foram vinte e um anos até a eleição indireta de Tancredo Neves, em 15 de janeiro de 1985, conquistada após um amplo movimento da sociedade civil pelo fim da intervenção das forças armadas. O legado deste período de desmandos, repressão e censura foi a desorganização dos sistemas de educação e saúde, a expansão dos círculos de corrupção, o aprofundamento do fosso entre as camadas mais ricas e mais pobres da sociedade, a propagação da violência urbana e principalmente a perda de confiança nas instituições. (RUFFATO, citado em SOUZA, 2016, p. 6).

Para Luiz Inácio de Loyola Brandão, vítima desse silenciamento, repressão e censura, a literatura ajudou a contornar tais fatos. De acordo com ele, os escritores não estavam na sociedade apenas para contar histórias. Não se pode esquecer que literatura também é uma maneira de formação de pensamento crítico na medida em que pode modificar a visão do indivíduo no que se refere a algo que circunda sua esfera social. Desta maneira é primordial que a entendamos. Conforme Antonio de Pádua Dias da Silva:

[...] censura além da ideia de interdição redutora, ou seja, aquela que só vê a censura na relação com o implícito quando na realidade a censura é um processo

que trabalha apenas a divisão entre dizer e não dizer, mas aquela que impede o sujeito de elaborar a sua história de sentidos; a censura é, então, entendida como o processo pelo qual se procura não deixar o sentido ser elaborado historicamente para ele não adquirir força identitária, realidade social. (SILVA, 2008, p. 37)

Apesar da censura, Ignácio de Loyola Brandão demonstra que o livro pode ser considerado uma força na história. Um livro pode ser usado como um elemento provocador de questionamentos, capaz de problematizar sua época e sociedade, alimentando sentimentos de repulsa ou de aprovação. O escritor foi testemunha pessoal de um ato de resistência, pois a partir da proibição de *Zero*, seu romance que mostra a violência da tortura e o caos em que se encontrava o Brasil no período ditatorial, notou que nenhuma proibição retém um livro. As pessoas tiravam cópias, datilografavam e passavam para dezenas de mãos para ter acesso a esse livro.

O escritor encontra-se cercado por um grande dilema, pois não sabe sobre o que escrever e como escrever. As razões que o levam a esta preocupação e inquietação são várias. Todavia, duas tem maior destaque: a censura às produções e a obrigatoriedade imposta pela função literária em produzir obras engajadas na resistência à ditadura. Como um escritor que passou e enfrentou essa onda avassaladora, Ignácio de Loyola Brandão diz:

Ao nos sentarmos, estávamos de antemão possuídos por duas dúvidas grandes: estou fazendo o que devo, do modo como deve ser feito? O que estou fazendo vai chegar ao público? Assim escrever era a dor e sofrimento, mas também o exercício contínuo da indignação, a maneira de lutar, desabafar, resistir, informar ao futuro o que estava se passando em nossa época. (BRANDÃO, 2002, p.80)

Desta forma, evidencia-se a preocupação dos escritores, que viveram naquele cenário político, em relação às temáticas de suas obras. Esta preocupação estava diretamente ligada à censura pela qual passava toda a classe artística

daquele período. Um verdadeiro dilema enfrentado pelos escritores em busca de uma saída para que suas ideias fossem expostas por intermédio da literatura.

É pertinente destacar que essa forma de escape buscada pelos escritores não se trata apenas às questões políticas, ou seja, preocupações de engajamento político-social de sua obra, mas também uma preocupação em relação à condição literária, às formas de narração, à busca de novas veredas, condições e técnicas de escrita.

Conforme Ignácio de Loyola Brandão, determinados escritores se auto questionavam se estavam, no seu texto literário, escrevendo aquilo que deveriam escrever, e da maneira como deveriam fazer, ou se naquele momento estavam a exercer a autocensura.

Os escritores sabiam que o menor descuido poderia ocasionar a proibição da publicação de suas obras. Este não era o objetivo de escritor algum, ter sua obra nas mãos de um censor.

Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira, falam sobre a ditadura e o curto período da história política do Brasil: da crise da renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, até o golpe civil militar de 1964 e a preocupação demonstrada pelos escritores da época:

No entanto, as dimensões sociais, econômicas e culturais se entrelaçam à narrativa quer no detalhamento das lutas sindicais e de setores da sociedade civil, quer nas tensas negociações das estratégias econômicas, quer nas campanhas da UNE e de defensores de uma reforma educacional ampla, entre outros aspectos abordados. A narrativa das histórias, eventos e acontecimentos associados à reprodução das notícias de jornais, discursos, declarações, entrevistas se constitui em uma das marcas indelévels do livro. Os autores, ao recuperarem e atualizarem essa arte de contar, por meio de um estilo que atende a modulações próprias dos múltiplos embates sociais, políticos e econômicos, trilhados ao longo do texto, não

se furtam ao desafio metodológico próprio do fazer historiográfico (GOMES; FERREIRA, 2014, p. 2).

Jacques Le Goff discorre sobre as relações entre passado e presente e também memória e história, onde pode-se ver as variantes de sua análise e desenvolvimento de seu pensamento a esse respeito, principalmente onde faz uma reflexão a respeito das sociedades em termos de poder:

Tal como as relações entre memória e história, também as relações entre passado e presente não devem levar à confusão e ao ceticismo. Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. Compete ao historiador fazer um estudo "objetivo" do passado sob a sua dupla forma. Comprometido na história, não atingirá certamente a verdadeira "objetividade", mas nenhuma outra história é possível. O historiador fará ainda progressos na compreensão da história, esforçando-se por pôr em causa, no seu processo de análise, tal como um observador científico tem em conta as modificações que eventualmente introduz no seu objeto de observação. Sabemos bem, por exemplo, que os progressos da democracia nos levam a procurar mais o lugar dos "pequenos" na história, a colocarmo-nos ao nível da vida cotidiana, e isso impõe-se segundo várias modalidades, a todos os historiadores. Sabemos também que a evolução do mundo nos leva a pôr a análise das sociedades em termos de poder e esta problemática entrou assim na história (LE GOFF, 1924, p. 42).

Os países e as sociedades do mundo eram na época da escrita da obra classificados politicamente em três categorias, primeiro mundo, segundo mundo e terceiro mundo. De acordo com Eric Hobsbawm, Primeiro Mundo é o nome usado no período da Guerra Fria para designar um conjunto de países capitalistas de economias desenvolvidas.

A guerra consiste não só na batalha, ou no ato de lutar: mas num período de tempo em que a vontade de disputar pela batalha é suficientemente conhecida, a Guerra Fria entre EUA e URSS, que dominou o cenário internacional na segunda metade do século XX, foi sem dúvida um desses períodos (HOBBSAWM, 1994, p. 178).

Diversos estados pós-coloniais surgidos após a Segunda Guerra Mundial, além da maior parte da América Latina, que também pertencia às regiões dependentes no velho mundo imperial e industrial, foram reunidos no que se chama o Terceiro Mundo — diz-se que o termo foi cunhado em 1952 conforme Harris (citado em HOBBSAWM, 1994, p. 18), em contrapartida com os países desenvolvidos capitalistas denominados de Primeiro Mundo.

O Segundo Mundo é a denominação dada aos países desenvolvidos comunistas, baseados nos sistemas socialistas modelados na União Soviética.

Ao longo da história, mudanças estruturais podiam levar os países do Terceiro Mundo em direção ao Primeiro Mundo.

Conforme Valor Econômico:

O termo Terceiro Mundo foi oficialmente adotado pela primeira vez durante a reunião de países asiáticos e africanos, em abril de 1955, na Conferência de Bandung, em Java, na Indonésia. Ele definia os países que se pretendiam não-alinhados às duas superpotências da época: EUA e URSS. A origem do nome está na ideia do demógrafo francês Alfred Sauvy, que propunha a ideia de um Terceiro Mundo, inspirado na ideia do Terceiro Estado, usada na revolução francesa. Os países do chamado Terceiro Mundo deveriam se unir e revolucionar a Terra, como fizeram os burgueses e revolucionários na França. Os chamados Primeiro Mundo e Segundo Mundo surgiram de uma interpretação errônea por parte principalmente da mídia. Assim, convencionou-se que o Primeiro Mundo seria o dos países capitalistas desenvolvidos, enquanto o Segundo Mundo seria o dos países socialistas industrializados. Restariam no Terceiro Mundo os países capitalistas

economicamente subdesenvolvidos e geopoliticamente não-alinhados (VALOR ECONÔMICO)⁶.

Esperava-se, muito provavelmente, que os países do terceiro mundo, muitos deles em processo de recente industrialização, criassem classes operárias industriais que exigissem direitos trabalhistas e sindicatos, como observado no Brasil e na Coréia do Sul, assim como fizeram os países da Europa Oriental.

Não necessitavam criar partidos trabalhistas populares reminiscentes dos movimentos socialdemocratas de massa da Europa pré 1914. Contudo, no Brasil há a geração justamente de um desses bem-sucedidos partidos nacionais na década de 1980, o Partido dos Trabalhadores (PT), calcado na tradição do movimento trabalhista representado pelos operários da indústria automobilística de São Paulo, o qual era uma combinação de leis trabalhistas e militância comunista nas fábricas, dos intelectuais de tendência esquerdista e a ideologia do clero católico, cujo apoio ajudou a construí-lo (HOBBSAWM, 1994, p. 287).

Analisando as mudanças ocorridas no Terceiro Mundo e sua gradual decomposição e fissão pode-se dizer que ele se diferenciava do Primeiro Mundo em um aspecto primordial. O Terceiro Mundo constituía uma zona mundial de revolução, seja ela recém-realizada, iminente ou possível.

O Primeiro Mundo era política e socialmente estável quando do início da Guerra Fria global.

Qualquer fato de maior gravidade que acontecesse no Segundo Mundo, era abafado pelo poder do partido e da potencial intervenção militar soviética.

Por outro lado, pouquíssimos Estados do Terceiro Mundo, de qualquer tamanho que fossem, atravessaram o período a partir de 1950, ou desde a data de

⁶ Jornal VALOR ECONÔMICO, 15/04/2010, Internacional, p. A13.

sua fundação, sem revolução, golpes militares para suprimir, impedir ou promover revolução, ou alguma outra forma de conflito armado interno. (HOBSBAWM, 1994, p.334).

Os Estados Unidos julgavam-se protetores do *status quo* mundial e qualquer instabilidade que houvesse, responsabilizavam e identificavam como sendo provocada pelo comunismo soviético. Julgavam que essas instabilidades poderiam ser uma potencial vantagem ao comunismo, o outro lado da luta pela supremacia global.

Os Estados Unidos utilizaram todos os meios para combater esse iminente perigo, quase desde o início da Guerra Fria, seja pela ajuda econômica, a propaganda ideológica ou até guerra. Utilizavam para tal combate uma intervenção militar oficial e até mesmo não oficial, indireta, fazendo alianças com um regime local amigo ou comprado. Em caso extremo não se importaram até mesmo em não obter apoio local.

Estes fatos mantiveram o Terceiro Mundo durante a guerra fria como uma zona de guerra enquanto na Primeira e Segunda Guerras Mundiais se mantiveram em total era de paz desde o século XIX (HOBSBAWM, 1994, p. 335).

Essa divisão geopolítica não é mais considerada atual, mas é de suma importância para se ter a compreensão e o entendimento das diferenciações entre a ordem mundial da Guerra Fria e o contexto geopolítico mundial. Era mais utilizada para explicar a correlação internacional econômica entre os anos de 1945 e 1990.

A Nova Ordem Mundial – ou Nova Ordem Geopolítica Mundial – significa o plano geopolítico internacional das correlações de poder e força entre os Estados Nacionais após o final da Guerra Fria (PENA, 2021).

A partir de então, divide-se o mundo em países do Norte (desenvolvidos) e países do Sul (subdesenvolvidos), determinando uma linha imaginária que não obedece totalmente à divisão norte-sul cartográfica.

Os países do norte são aqueles considerados desenvolvidos ou politicamente influentes, como a Rússia. Apesar dos termos, nem todos os países que fazem parte dessa classificação encontram-se, de fato, no norte geográfico do planeta, a exemplo da Austrália e da Nova Zelândia. Os países do sul, conseqüentemente, referem-se aos não desenvolvidos, de modo que se encontram, quase todos, na porção sul do planeta. Por ser muito abrangente, costuma-se dividir essa frente em países emergentes e países subdesenvolvidos. Os primeiros são aqueles países cujas economias apresentaram melhorias relativas nos últimos anos, com avançada industrialização e Produto Interno Bruto (PIB) elevado, tais como os BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), o México, a Turquia, a Indonésia e outros. Os segundos são aqueles países de desenvolvimento recente, com grandes problemas sociais e acentuada dependência econômica. É o caso de um grande grupo de países na América Latina, na África Subsaariana e na Ásia. (PENA, 2021).

No Brasil, transformações estruturais estavam sendo anunciadas pelo governo, considerado nacionalista, de João Goulart. A instituição de uma ditadura militar no Brasil foi uma resposta das classes mais abastadas a essas transformações. O fascismo na América Latina se erguera de forma consciente sendo contrário a quaisquer movimentos populares de contestação da ordem, taxados como subversivos e revolucionários.

Dessa maneira, a postura considerada mais progressista, que pode ser identificada no Governo João Goulart, converteu-se um dos principais motes da oposição ao seu governo. Porém, os objetivos reais do golpe contra tal governo – impedir um movimento que, de acordo com a ideologia militar, conforme Hélio Contreiras, tinha “sinais revolucionários evidentes” (CONTREIRAS, 2005, p. 42) e

manter o *status quo* da minoria privilegiada – foram mascarados pela ideia da ameaça comunista. Assim, para livrar o Brasil do fantasma do comunismo, foi necessária a doutrinação da população brasileira mediante uma ideologia de segurança interna.

A investida dos EUA contra regimes democráticos foi feita a partir da morte do presidente John Kennedy, em 1963 a qual também representou uma inflexão na política externa dos Estados Unidos. O então secretário assistente de Estado para Negócios Interamericanos dos EUA, Thomas Mann, declararia, já em março de 1964, que "os Estados Unidos não mais procurariam punir as juntas militares por derrubarem regimes democráticos". Com o apoio dado pelos norte-americanos, estava dada a partida e a senha para que o golpe contra João Goulart fosse realizado.

Deste modo, uma vez instalada a ideia de um suposto inimigo interno, o general Olímpio Mourão Filho, em 31 de março de 1964, pôs as tropas nas ruas, rebelando-se contra João Goulart, o presidente à época.

Saiu do estado de Minas Gerais a caminho do Rio de Janeiro, onde o presidente encontrava-se, com a anuência de Magalhães Pinto, governador do estado de Minas Gerais.

O golpe militar se consolidou na madrugada de 1º para 2 de abril. A partir de então, o país teve cinco presidentes militares e permaneceu 21 anos sob uma ditadura de acordo com a matéria da Folha de São Paulo⁷.

Havia se instaurado no Brasil uma incipiente democracia em 1945 com o fim da dita Era Vargas. O movimento estimulado pelo general Olímpio colocou fim a essa democracia.

⁷ Jornal Folha de São Paulo (2019)

De acordo com Hobsbawm:

As Forças Armadas tomaram o poder no Brasil em 1964 contra um inimigo bastante semelhante: os herdeiros do grande líder populista brasileiro Getúlio Vargas (1883-1954), que se deslocavam para a esquerda no início da década de 1960 e ofereciam democratização, reforma agrária e ceticismo em relação à política americana. As pequenas tentativas de guerrilha de fins da década, que proporcionaram uma desculpa para a implacável repressão do regime, jamais representaram um verdadeiro desafio a ele; mas deve-se dizer que após o início da década de 1970 o regime começou a relaxar e devolveu o país a um governo civil em 1985 (HOBBSAWM, 1994).

Para se entender como foi atingida essa ruptura institucional deve-se apreender como ocorreu, no pós-segunda guerra mundial, o desenvolvimento do ocidente e as particularidades da sociedade brasileira nesse período.

As relações internacionais pós 1945 foram polarizadas entre Estados Unidos e a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na chamada Guerra Fria.

O governo dos Estados Unidos entrou em alerta para evitar a expansão do comunismo na América Latina logo após a bem sucedida Revolução Cubana em 1959, liderada por Fidel Castro.

Os Estados Unidos promoveram diversas tentativas de derrubá-lo. Havia a preocupação deste governo em eliminar ou conter o governo castrista para evitar que governos latino-americanos pendessem para o lado soviético.

A tática utilizada era baseada na concessão de empréstimos monetários e a ingerência da Agência de Inteligência Norte Americana (CIA) em atividades de monitoramento e perseguição a pessoas ou movimentos comunistas, ao menos pelo ponto de vista desta agência.

Para Napolitano (2015, p. 48), pesquisas mostraram que o governo norte americano financiou e colaborou com a conspiração contra o governo de João Goulart por intermédio da CIA, fomentando campanhas contrárias a este presidente utilizando para tal o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

Após a Revolução Cubana as pressões da Guerra Fria se tornaram mais evidentes, contudo, o anticomunismo no Brasil vem de tempos mais antigos com a fundação em 1922 do partido comunista.

Depoimentos de militares citam que a Intentona Comunista, uma tentativa de golpe comandada por Luís Carlos Prestes em 1935, em que os participantes eram em sua maioria comunistas militantes, é vista como uma fase em que o comunismo tentou penetrar na caserna militar.

Com isso determinariam a ruptura da disciplina e hierarquia, valores considerados pelos militares como primordiais, com reflexos negativos entre eles até idos de 1964.

No período compreendido entre 1930 e 1964, mudanças radicais ocorreram na sociedade brasileira com a industrialização, início da mudança da população para os centros urbanos, movimentos sociais e criação de sindicatos importantes.

A sociedade brasileira experimentava certa autonomia em especial durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961) marcado, conforme diz Silvestre Gorgulho: “pelo plano de ação ‘Cinquenta anos em cinco’, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil em cinco anos ao invés de cinquenta” (GORGULHO, 2020).

Houve o estreitamento e alinhamento da economia brasileira à norte-americana com a instalação de várias empresas estrangeiras, entre as quais as

automobilísticas Ford e Chrysler, com o objetivo de estimular a venda de carros e outros bens de consumo.

A mudança de perfil de consumo da sociedade fez com que aumentasse a cobrança por reformas de base e sociais, principalmente a Reforma Agrária.

Conforme o Instituto Incra⁸:

Foi no final dos anos 1950, com a industrialização, que a questão fundiária começou a ser debatida pela sociedade brasileira. Surgiram no Nordeste as Ligas Camponesas e, em 1962, o Governo Federal criou a Superintendência de Reforma Agrária (Supra), primeiro órgão público a tratar do tema. Com a edição do Estatuto da Terra, em 1964, foram estabelecidos o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda), em substituição à Supra. No dia 4 de novembro de 1966, o Decreto nº 59.456 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária e, em 9 de julho de 1970, o Decreto-Lei nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

Na verdade, o Brasil estava entrando numa fase em que tinha por meta o combate a histórica desigualdade social com a adoção de uma modernização do modelo econômico corrente e aplicação do exercício da democracia com mais vigor.

Apesar das reformas não terem por objetivo a implantação de um modelo socioeconômico socialista, com o clima de Guerra Fria e o presidente João Goulart ter como base eleitoral o apoio dos movimentos sociais e da esquerda, o conservadorismo tradicional da sociedade brasileira, jornais de grande circulação e empresas de televisão, que se intitulavam liberais, não viam tais fatos com bons olhos e estes eram interpretados como se o presidente estivesse em direção da implantação de uma república sindicalista.

A população inicialmente apoiou o golpe, com a realização de marchas, conforme destacam Jorge Ferreira e Ângela de Castro Gomes:

⁸ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Diante disso, é bom voltar ao dia 2 de abril de 1964, apenas para finalizar. Esse não seria um dia qualquer, pois, mesmo antes de o general Mourão Filho sair de Minas com suas tropas, na Guanabara havia sido planejada a realização da Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Uma versão carioca do que havia se passado em várias cidades do estado de São Paulo. Contudo, com a vitória do golpe civil e militar, a marcha mudou de nome, passando a se chamar de A Marcha da Vitória. A Marcha começou às 16h, com uma multidão concentrada em frente da Igreja da Candelária. Seguiu pela Avenida Rio Branco e, mais adiante, entrou na Avenida Almirante Barroso, com destino à área conhecida como Esplanada do Castelo. Um veículo da Rádio Nacional, posicionado no início do cortejo, irradiava o evento em cadeia pela Agência Nacional. Vinte soldados do Regimento de Cavalaria da Polícia Militar, carregando lanças com flâmulas da corporação, abriam o desfile. Na frente da Marcha, o ex-presidente e marechal Eurico Gaspar Dutra. Mulheres que atuavam na Campanha da Mulher pela Democracia o acompanhavam. O jornal O Globo estimou oitocentas mil pessoas. Em outros cálculos, fala-se de um milhão. Os cartazes empunhados eram sugestivos: “Trabalhador, só na democracia poderás escolher a tua religião” ou “Vermelho bom, só batom”. O que marcou a caminhada foram os grupos religiosos e, claro, as mulheres. Embora a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil não apoiasse oficialmente as Marchas, nada impedia que padres e bispos, por sua própria convicção pessoal, participassem do evento. Mas estiveram presentes também fiéis das igrejas protestantes, rabinos, espíritas kardecistas e umbandistas. Estudantes universitários caminhavam ao lado deles, como os da Pontifícia Universidade Católica, da Universidade Santa Úrsula, da Universidade do Estado da Guanabara (atual UERJ) e da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Em seus cartazes, os estudantes diziam: “Verde e amarelo, sem foice e sem martelo” ou “Estudantes autênticos saúdam a UNE desejando-lhe felicidade nas profundezas do inferno” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 273).

Conforme Carlos Fico, com essa conjectura, os sindicatos eram mobilizados antes mesmo do presidente obter maioria no Congresso e o presidente procurava mobilizar os sindicatos para que estes coagissem o Legislativo com a finalidade de aprovação dos projetos do Executivo. Para os opositores da época, essa república sindicalista teria tudo para se transformar logo em comunista (FICO, 2016, p.51).

A atuação política dúbia do presidente, ora acenando para a esquerda e ora acenando para a direita gerou críticas vindas dessas duas correntes políticas.

Pela direita era considerado incompetente e muito esquerdista. Pelo lado mais radical da esquerda era tachado de não ter capacidade de implantar as reformas prometidas.

Para alguns ele apenas não sabia o que fazer, sem atitudes convictas e para outros apenas queria agradar a todos e encontrar qual das tendências, esquerda ou direita, deveria seguir.

A implantação da ditadura foi descrita por Dalmo Dallari:

Os fatos que vieram logo em seguida à deposição do Presidente constitucional João Goulart, que no dia 1º de Abril de 1964 teve de buscar refúgio fora do Brasil para não ser preso, deixaram evidente, mesmo para os mais ingênuos e menos informados, que se tinha implantado no Brasil, pura e simplesmente, uma ditadura, um poder arbitrário, com todo o cortejo de violências e corrupção que fazem parte de todos os sistemas dessa natureza. Apesar das cautelas adotadas pelos agentes da ditadura, pretendendo mascarar a verdadeira natureza do golpe de Estado chamando-o de “revolução redentora” ou “revolução de 31 de Março”, a realidade da ditadura ficou logo muito evidente, apesar da censura da imprensa e das tentativas de ocultar o que se passava nos quartéis e nos presídios políticos. (DALLARI, 1998).

Militares que se autoproclamavam anticomunistas, fato que lhes davam prestígio e apoio perante a sociedade, construíram o golpe militar.

Havia expectativas de que fosse implantada uma reforma agrária, com a distribuição de terras devolutas, criação de sistemas de proteção social e a regulamentação das relações de trabalho desagradando grande parte da elite da sociedade civil.

Os militares golpistas enxergavam a necessidade de se eliminar o serviço público e as atividades políticas dos ditos comunistas.

Contudo, queriam dar aos seus atos um viés de legalidade democrática, utilizando-se para isto que ações do Comando Supremo da Revolução fossem decididas via congresso nacional, mesmo com este privado de personalidades políticas contrárias ao golpe.

O general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito presidente pelo congresso por meio da utilização de atos institucionais que na realidade eram puramente ditatoriais.

Assumiu o cargo prometendo somente terminar o mandato iniciado por Jânio Quadros em 1961.

Teve inicialmente apoio de políticos e civis que tinham a intenção de participarem e concorrerem a cargos políticos na eleição prevista para 1966 em que a princípio ocorreria a devolução do poder aos civis.

Essa conotação do governo Castelo Branco como sendo democrático teve curta duração, pois logo houve a instauração de investigações contra pessoas consideradas subversivas, O governo passou a agir com violência, executando a represália de manifestações públicas. Por este motivo, setores que antes apoiavam o golpe, inclusive alas da igreja católica, passaram a criticá-lo e considerá-lo ilegítimo.

Gaspari fala sobre essas críticas da igreja a ditadura:

No fim de julho de 1969 reuniu-se a X Assembleia Geral da CNBB. Eram quase duzentos bispos. Viera até mesmo o secretário-geral do Concílio, cardeal Pericle Felici. No plenário circulava um documento intitulado Relações entre a Igreja e o Estado no Brasil. Denunciava a expulsão e a prisão de padres. Foi rejeitado por 135 votos contra sessenta. Falando pelo episcopado, d. Agnello informou que “a CNBB

repudia os assaltos e atos terroristas que têm resultado até mesmo em perdas de vidas”. A reunião encerrou-se sem que fosse divulgado nenhum documento, e d. Helder Câmara voltou para o Recife sem dizer uma só palavra à imprensa. A reunião da CNBB foi o apogeu do conservadorismo. Superou muito a reviravolta de 1964 porque se cinco anos antes os bispos aplaudiram uma insurreição militar vitoriosa havia meses, em 1969 guardaram respeitoso silêncio diante de uma ditadura que passara a valer-se da tortura como política de Estado. Não se tratava apenas de uma beata inibição, existiam mesmo ingredientes de apoio à utopia ditatorial. Um documento interno produzido por d. José Gonçalves, ex-secretário geral da CNBB, argumentava que “o modelo de democracia convencional [...] aparece cada vez mais incompatível com a rapidez e eficiência do processo decisório que deve se acomodar a um ritmo acelerado de mudança”. Em apenas sete meses a Igreja brasileira dera um dos maiores saltos para trás de sua história. Em fevereiro de 1969, na declaração da comissão central (organismo colegiado, de representatividade e poderes inferiores à assembleia), defendera os direitos humanos e fizera uma astuciosa citação da encíclica com ardente preocupação, na qual Pio XI procurara dissociar a Igreja católica do nazismo, em 1937 (GASPARI, 2002b).

A consolidação da ditadura e do tempo de permanência de militares no poder deve-se ao fato de haver dentro das Forças Armadas militares contra Castelo Branco, a exemplo de Costa e Silva. Este liderava um grupo de militares denominado Linha Dura da Ditadura Militar, que defendia a permanência maior no poder para que se pudesse aprofundar a caça aos subversivos.

Contudo, nem sempre houve harmonia nos poderes internos da ditadura. Um caso típico é a demissão do ministro Frota, realizada bruscamente pelo presidente Geisel, após um tempo de manobras políticas, como sempre, entre eles.

Gaspari descreve essa situação:

O ministro vinha de um período em que a carreira de um oficial era construída com menores riscos políticos. À cabeceira da grande mesa de reuniões de seu gabinete, com um retrato de d. Pedro I às costas, Geisel abriu a conversa:

— Frota, nós não estamos mais nos entendendo. A sua administração no ministério não está seguindo o que combinamos. Além disso você é candidato a presidente e está em campanha. Eu não acho isso certo. Por isso preciso que você peça demissão.

— Eu não peço demissão — respondeu Frota.

— Bem, então vou demiti-lo. O cargo de ministro é meu, e não deposito mais em você a confiança necessária para mantê-lo. Se você não vai pedir demissão, vou exonerá-lo. Em menos de cinco minutos a audiência estava encerrada. Frota levantou-se, ficou em posição de sentido por um instante e saiu sem cumprimentar o presidente. Aqueles dois homens haviam jogado nos últimos meses uma partida em que procuraram se destruir pelas regras sutis da ditadura, sem que o resto do país percebesse o tamanho das manobras de cada um. Começava naquele momento o jogo bruto, público.

Frota ainda estava na antessala do gabinete presidencial, quando Geisel mandou chamar seu chefe do Gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva. E veio o Bruxo. (GASPARI, 2002a, p.24).

Na obra em análise vê-se momentos em que se fala da ditadura:

A Era da Grande Locupletação veio logo depois dos Abertos Oitenta que tinham se sucedido a uma ditadura grotesca. A imprensa tinha se acostumado a tratar dos assuntos livremente, a denunciar e apontar. Incomodava. O Círculo dos Ministros Embriagados sentiu-se ofendido, exigiu reparações. [...] Mais agora. Tudo começou na grande ditadura com as reformas de ensino, as dificuldades para estudar, o analfabetismo grassando. Tentou-se consertar a situação nos Abertos Oitenta. Nem deu tempo para respirar. Quando vimos, tinham se acabado. Estava instalada a Era da Grande Locupletação. — Fecharam nossos olhos durante os anos abertos. (BRANDÃO, 2008, p. 36-37, 63).

A ditadura foi um período macabro na história recente do Brasil e até hoje produz reflexos na vida dos brasileiros.

2.2 CONSEQUÊNCIAS HISTÓRICAS DA DITADURA MILITAR

Por meio do uso de dispositivos tais como os Atos Institucionais que cancelaram eleições, fecharam o Congresso, censuraram a imprensa e perseguiram opositores o poder foi instaurado.

Os cinco presidentes efetivos do período (Castelo Branco, Costa e Silva, Médici, Geisel e João Figueiredo) governaram em muitos momentos sem o aval do Congresso Nacional.

Após assumir o poder em 1967, Artur da Costa e Silva, o Marechal Costa e Silva, decretou em 1968 o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que na prática, e em termos políticos, dava poderes ilimitados ao presidente.

Mas quais foram os resultados da ditadura exacerbada pelo AI-5 para a sociedade brasileira? As mais nefastas possíveis (CONTREIRAS, 2005).

Na prática, o AI-5, o quinto ato assinado pelo marechal Costa e Silva, determinou o fechamento imediato e por tempo indeterminado do Congresso Nacional e das assembleias nos estados, a exceção de São Paulo.

Também determinou plenos poderes ao presidente para que pudesse cassar mandatos e suspender direitos políticos de maneira definitiva.

Revogou a garantia do *habeas corpus* em casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e a economia popular.

Para o Jornal Folha de São Paulo, os principais efeitos do AI-5 na política foram:

Quais foram os efeitos do AI-5 na política? O AI-5 inaugurou a fase mais repressiva dos 21 anos de ditadura militar. Nos primeiros dois dias de vigência da medida, presos políticos processados nas auditorias da Justiça Militar denunciaram mais de 2.200 casos de tortura. Foram punidas, com perda de direitos políticos, cassação de mandato, aposentadoria e demissão, 4.841 pessoas — 513 deputados,

senadores e vereadores perderam os mandatos. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade, apresentado em 2014, afirmou que 423 pessoas foram mortas ou desapareceram no período que vai de 1964 a 1985. Segundo a comissão, que iniciou os trabalhos em 2012, os crimes foram resultado de uma política de Estado, com diretrizes definidas pelos cinco presidentes militares e seus ministros, e não abusos cometidos por agentes isolados. A comissão pediu a punição de 377 pessoas pelos crimes cometidos pelo regime militar.

As consequências para a imprensa e para a cultura foram a instituição da censura prévia dos veículos de comunicação. Foram designados censores do governo para atuarem dentro das redações e eram eles os responsáveis pela aprovação e liberação de pautas dos jornais.

O censor também analisava materiais e obras possivelmente subversivos ou que atentassem contra a moral e os bons costumes no teatro, cinema, televisão, mídia e música, sendo submetidos à censura prévia todos esses meios.

O AI-5 somente foi revogado em 1º de janeiro de 1979, quando a emenda constitucional aprovada no ano anterior pelo presidente Ernesto Geisel entrou em vigor.

Mesmo com o claro desgaste do regime, alguns militares radicais, acostumados ao poder arbitrário do AI-5 comentavam que o Brasil não podia abrir mão de um “instrumento capaz de garantir salvaguardas ao Estado” (CONTREIRAS, 2005, p. 226-227). Era a tentativa de perpetuação de uma situação totalmente inóspita.

Para alguns pesquisadores, a Ditadura Militar ocorreu apenas no período de 1964 a 1979, quando cessou a validade do AI-5.

Ainda seguindo essa linha de pesquisa, entre 1979 e 1988 teria havido um período de transição democrática, ainda tendo-se em conta que a chapa política Tancredo Neves e José Sarney foi eleita indiretamente.

Tem-se que considerar que José Sarney tinha abertamente conhecidas relações com os militares.

O apoio de alguns setores preponderantes da época deu respaldo aos militares. De acordo com Fico (2016) compreende-se o período de governos militares (1964 a 1985) marcado pela existência de prisões autoritárias que demonstravam não mais existir o Estado de Direito, a exoneração de funcionários públicos; o controle da agenda política sempre feito pelos militares, inclusive com a escolha e postergação da devolução aos civis do poder político.

Sobre as relações entre política, poder e ditadura, José Arthur Giannotti descreve:

Vale a pena refletir sobre o sentido da política numa ditadura que vai perdendo o apoio da população, conforme deixa de cumprir as promessas de um Brasil grande e de um desenvolvimento sustentável, de sorte que só perdura enquanto mantém seus mecanismos de repressão. Não é porque a guerra é a continuação da política que esta se resolve naquela. Ao ocuparem o terreno da política, os militares passam a tomar seus adversários como inimigos a serem liquidados ou, pelo menos, a serem definitivamente expulsos do jogo. Em vista disso, um mecanismo como o AI-5 termina por produzir efeitos opostos àqueles visados no momento de sua instalação. Se no início serve para mandar os “casacas” para casa e reprimir violentamente os movimentos de esquerda, aos poucos vem a ser arma da luta interna entre os militares, entre aqueles que acreditam ou não acreditam na perenidade da ditadura. Não que eles se cassem entre si, mas o ato de exceção se torna arma política na medida em que um grupo acusa o outro de não aplicá-lo com a violência devida. E, nessa luta, o inimigo comunista e subversivo é ressuscitado, mesmo quando já está à beira do esgotamento. Geisel e Golbery alimentavam o sonho de – a longo prazo, quando a população soubesse efetivamente votar – conduzir o país a uma democracia. Para isso, mais do que enfrentar as manobras da oposição alinhavada no MDB, precisavam lidar com a “tigrada” radical, cuja sobrevivência dependia da repressão direta, às vezes assassina. Não pensavam em abrir mão do AI-5 enquanto não estivessem seguros da manutenção do poder, sobretudo do controle da sucessão, mas não podiam usá-lo além do limite a partir

do qual eles mesmos seriam confundidos com seus próprios adversários militares. Fechada nessa redoma, que o voto popular só poderia corroer pelas bordas, a política se resolvia na luta pelo controle da repressão legítima, vale dizer, das posições estratégicas ocupadas pelas Forças Armadas. Cada general, cada almirante, cada brigadeiro carregava em si mesmo a semente de um partido político, capaz de aglutinar militares e civis (GIANNOTTI, 2004).

Elio Gaspari, em sua obra *A ditadura escancarada*, fala sobre os métodos de tortura ocorridos na ditadura:

O Centro de Informações do Exército produziu uma apostila intitulada Interrogatório. Suas 49 páginas permitem o exame dessa ambiguidade no seu nível mais baixo, o operacional. Ela informava que “a liberdade de atuação dos interrogadores deverá estar subordinada ao prescrito em leis e regulamentos, e delimitada por diretrizes emanadas das autoridades responsáveis pela Segurança Interna”. Se os interrogadores deviam respeitar as leis, pouca importância teriam as diretrizes. O trabalho do CIE é um diálogo da ambiguidade: No cravo: “Uma agência de contrainformações não é um Tribunal de Justiça. [...] Deve ser decidido pelo governo qual a prioridade a ser dada à utilização dos elementos capturados ou presos, isto é, se dirigida ao processamento judicial, ou seja, voltada para os interesses das informações”. Na ferradura: “Os princípios básicos para o tratamento de pessoas sob prisão ou detenção, durante as operações de segurança interna, estão contidos no artigo 3 da Convenção de Genebra. Estes princípios devem ser observados”. “[...] O uso da tortura é uma técnica de interrogatório ineficiente.” E no cravo: “Será necessário, frequentemente, recorrer a métodos de interrogatório que, legalmente, constituem violência. [...] Se o prisioneiro tiver de ser apresentado a um tribunal para julgamento, tem de ser tratado de forma a não apresentar evidências de ter sofrido coação em suas confissões” (GASPARI, 2002b. p. 18-19).

Jean Paul Sartre diz que a tortura é filha do poder, não da malvadeza, e alegou que “A tortura não é desumana; é simplesmente um crime ignóbil, crapuloso, cometido por homens [...]. O desumano não existe, salvo nos pesadelos que o medo engendra.” (SARTRE, citado em GASPARI, 2002b, p. 17).

A natureza imoral da tortura e dos suplícios some sob a perspectiva dos que os fazem funcionar, inicialmente com razões de Estado e depois com a qualidade do desempenho e resultado que dá às investigações.

Na obra em análise há momentos com a presença de elementos de tortura:

Quanto tempo vamos ficar aqui? Será que se esqueceram? Ou é cilada? Algo para nos quebrar, amolecer. Besteira. Para eles somos dois arruaceiros, nada mais. Nenhuma conotação política em nossa prisão. Meu medo é que esta viatura seja pouco utilizada. Preciso comer, a dor de cabeça começa, daqui a pouco virão as tonturas, vou passar mal (BRANDÃO, 2008, p. 188).

Michel Foucault fala sobre os processos de tortura e interrogatórios:

Pode-se a partir daí encontrar o funcionamento do interrogatório como suplício da verdade. Em primeiro lugar, o interrogatório não é uma maneira de arrancar a verdade a qualquer preço; não é absolutamente a louca tortura dos interrogatórios modernos; é cruel, certamente, mas não selvagem. Trata-se de uma prática regulamentada, que obedece a um procedimento bem definido, com momentos, duração, instrumentos utilizados, comprimentos das cordas, peso dos chumbos, número de cunhas, intervenções do magistrado que interroga, tudo segundo os diferentes hábitos, cuidadosamente codificado. A tortura é um jogo judiciário estrito. E a esse título, mais longe do que às técnicas da Inquisição, ela se liga às antigas provas que se utilizavam nos processos acusatórios: ordálias, duelos judiciais, julgamentos divinos. Entre o juiz que ordena a tortura e o suspeito que é torturado, há ainda como uma espécie de justa: o “paciente” — é o termo pelo qual é designado o supliciado — é submetido a uma série de provas, de severidade graduada e que ele ganha “aguentando”, ou perde confessando. Mas o juiz não impõe a tortura sem, por seu lado, correr riscos (e não é só o perigo de ver morrer o suspeito); ele põe alguma coisa em jogo no torneio, que são os elementos de prova que já reuniu; pois a regra diz que, se o condenado “aguenta” e não confessa, o magistrado é obrigado a abandonar as acusações. O supliciado ganhou. (FOUCAULT, 1987, p. 59).

O fenômeno da tortura ocorre em dois planos. Num primeiro plano há a narrativa da vítima, descrevendo seus sofrimentos e agruras. No outro, há o plano do poder, com sua rotina de métodos de tortura e a convicção da certeza de sucesso. Para presidentes, ministros, generais e torcionários, o crime não se encontra na tortura, mas na conduta do prisioneiro.

- Para que mais? Você está ficando histérico dentro de casa. Precisa sair, tomar ar. Por que não vai para a cidade? Tem ficha de circulação, permissão especial para o ônibus.
- Fico mais abalado na cidade que em casa.
- A casa não é mais casa, é uma prisão.
- Gosto da minha casa, me sinto bem. (BRANDÃO, 2008, p. 124).

Uma das passagens mais tristes e sombrias da ditadura brasileira foi o suposto suicídio do jornalista Vladimir Herzog. Ele tinha ingressado na TV Cultura no início de setembro de 1975. Dias depois, a emissora transmitiu um documentário sobre o chefe vietnamita Ho Chi Minh. A primeira reação não veio da censura oficial do regime, mas dos "cães de guarda" da imprensa. O jornalista Cláudio Marques, responsável pela seção "Coluna Um" no jornal Shopping News, prontamente comentou: "Eu acho que o pessoal do PC da TV Cultura pensa que isto aqui virou o fio..." (citado por GASPARI, 2004, p.172).

Embora informado de que passara a fazer parte de uma lista de suspeitos, Herzog continuou sua vida de maneira regular. No dia 24 de outubro de 1975, foram à emissora para prendê-lo. Pediu tempo para concluir um telejornal e se prontificou a comparecer ao DOI-CODI⁹ na manhã seguinte. E assim dessa maneira procedeu, para, segundo conforme pensava, prestar esclarecimentos. Conforme descreve Gaspari:

⁹ Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna

Foi acareado com dois colegas. Negou que pertencesse ao PCB¹⁰ e ficou a sós com um interrogador numa sala do andar térreo. Os dois colegas, num corredor contíguo, ouviram seus gritos e a ordem para que fosse trazida a máquina de choques elétricos. Um rádio, em volume alto, abafava os sons. A certa altura, o noticiário informou que o generalíssimo Francisco Franco, ditador da Espanha desde 1936, recebera a extrema-unção. ... No meio da tarde fez-se um grande silêncio na carceragem. (GASPARI, 2004, p.174).

Vlado, apelido pelo qual o jornalista era conhecido, estava morto. De acordo com a Agência Oficial do Serviço Nacional de Informações (SNI), tinha se suicidado. "Era o 38º suicida, o 18º a enforcar-se, dessa vez com uma 'tira de pano'" (GASPARI, 2004, p. 174). E Gaspari prossegue afirmando:

Horas depois da confirmação de sua morte, começou um daqueles processos em que reações individuais e desarticuladas desembocam em comportamentos que, sem coordenação ou planejamento, constroem os grandes fatos históricos. Em todos os casos, teve-se de decidir por onde passava a linha a partir da qual o medo reprime a revolta. O medo era tanto que foi desafiado. (GASPARI, 2004, p.176).

Em relação a tortura praticada durante a ditadura, Gaspari também diz sobre estes fatos:

Numa cartilha preparada pelo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) paulista em 1973, o verbete "Torturadores" tinha a seguinte definição: "Expressão utilizada pela subversão para designar todos aqueles que se empenham ou colaboram na prisão de subversivos terroristas". Documento de circulação interna, a cartilha preocupava-se em insinuar que os torturadores não seriam só aqueles que espancavam presos, mas "todos" os que colaboravam no combate à subversão (GASPARI, 2002b. p. 22).

Ainda segundo Gaspari, "Existiu uma identidade, uma relação e um conflito entre o regime instalado em 1964 e a manifestação mais crua da essência

¹⁰ Partido Comunista Brasileiro

repressiva que o Estado assumiu na sua obsessão desmobilizadora da sociedade: a tortura” (GASPARI, 2002a, p. 133).

Foucault fala a respeito da tortura e a confissão de culpa do inquirido:

Sob a aparente pesquisa intensa de uma verdade urgente, encontramos na tortura clássica o mecanismo regulamentado de uma prova; um desafio físico que deve decidir sobre a verdade; se o paciente é culpado, os sofrimentos impostos pela verdade não são injustos; mas ela é também uma prova de desculpa se ele for inocente. Sofrimento, confronto e verdade estão ligados uns aos outros na prática da tortura; trabalham em comum o corpo do paciente. A investigação da verdade pelo suplício do “interrogatório” é realmente uma maneira de fazer aparecer um indício, o mais grave de todos — a confissão do culpado; mas é também a batalha, é a vitória de um adversário sobre o outro que “produz” ritualmente a verdade. A tortura para fazer confessar tem alguma coisa de inquirido, mas tem também de duelo. (FOUCAULT, 1987, p. 65).

É falsa a suposição segundo a qual a tortura é praticada em defesa da sociedade. Ela é um instrumento do Estado, não da lei. Pertence ao episódio ocasional do poder dos governantes e da noção que eles têm do mundo, e especialmente de seus povos.

2.3 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

Pode-se definir memória tanto no seu aspecto neurofisiológico, quanto nas diversas abordagens psicanalíticas. Pode-se abordá-la como um fenômeno social, de expressão individual ou coletiva. Pode ser entendida como a capacidade de conservar determinadas informações.

Conforme Lucas Mascarenhas de Miranda (2019), esta habilidade humana possui consequências que extrapolam muito os seus próprios conceitos e exerce influência sobre a história (da sociedade e de cada indivíduo), a política, a linguagem, a cultura e a construção da identidade de um espaço urbano.

É um dos elementos que caracteriza os indivíduos e a própria sociedade como humanos.

O sociólogo Maurice Halbwachs, no século XX, trouxe uma expressiva ruptura com a ideia que se tinha de memória até aquele momento, em que acreditava-se que o indivíduo era o único responsável pelo resgate de seu próprio passado, que a memória era regida exclusivamente por leis biológicas.

De forma inusitada, os trabalhos de Halbwachs trouxeram o fator social ao estudo da memória, demonstrando a existência de uma relação entre o individual e o coletivo.

Ao se recordar de determinado acontecimento, faz-se o uso da memória. Ao se fazer tal exercício, a impressão intuitiva que se tem é de que aquilo que se está recordando faz parte do eu, “da minha própria memória”, das observações do indivíduo e permanecerão consigo. Contudo, o que deve ser lembrado é que parte significativa das lembranças do indivíduo é alusiva a momentos e fatos compartilhados com outros, em ambiente familiar, numa escola, no trabalho ou até mesmo de um bairro, cidade, chegando até a um país.

Dessa maneira, pode-se dizer que a memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva. Se boa parte das lembranças que temos é relativa a momentos em que a memória é compartilhada, ainda existe uma parcela de momentos que foram experimentados por uma pessoa somente. Até mesmo esses momentos individuais possuem relações com o coletivo? (HALBWACHS, 1968, p. 14).

Qualquer ser humano é resultado das interações sociais que vivenciou. A memória individual está baseada em inúmeros pontos de referência como sons, paisagens, sentimentos, elementos do espaço que se encontra, etc.

Mesmo não envolvendo diretamente nenhuma pessoa, a lembrança individual obrigatoriamente faz parte do contexto do espaço e de lembranças de diversas outras pessoas, podendo materializar-se por intermédio da linguagem, que também é uma construção social.

Feita a compreensão da memória individual, deve-se definir o que é a memória coletiva, a que ela se refere.

Uma lembrança que foi experimentada por uma pessoa, ou transmitida para ela, e que diz respeito a um grupo ou a uma comunidade, vai se tornando um patrimônio daquela comunidade.

As informações mais relevantes dessas lembranças vão sendo repassadas de pessoa à pessoa e vão formando a história oral de um determinado lugar, ou grupo.

Conforme Halbwachs:

Fazemos apelo aos testemunhos para fortalecer ou debilitar, mas também para completar, o que sabemos de um evento do qual já estamos informados de alguma forma, embora muitas circunstâncias nos permaneçam obscuras. Ora, a primeira testemunha, à qual podemos sempre apelar, é a nós próprios. Quando uma pessoa diz: “eu não creio em meus olhos”, ela sente que há nela dois seres: um, o ser sensível, é como uma testemunha que vem depor sobre aquilo que viu, diante do “eu” que não viu atualmente, mas que talvez tenha visto no passado e, talvez, tenha feito uma opinião apoiando-se nos depoimentos dos outros (HALBWACHS (1968, p.24)

A existência dos lugares de memória e os constantes esforços pela sua perenidade são um reflexo da possibilidade do esquecimento.

Compreende-se que há uma memória coletiva que representa um repositório abstrato de informações referentes a uma comunidade, se constitui a partir de memórias individuais, se expressa materialmente, fixa-se nos lugares de memória.

Definidos esses conceitos, tornam-se mais claras as implicações do regime ditatorial ocorrido no Brasil relativas a sua memória, e de acordo com Halbwachs:

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. Quando encontramos um amigo do qual a vida nos separou temos alguma dificuldade, primeiramente em retomar contato com ele. Mas, logo, quando evocamos juntos diversas circunstâncias, de que cada um de nós se lembra, e que não são mais as mesmas, ainda que elas se relacionem aos mesmos eventos; não conseguimos nos pôr a pensar e a lembrar em comum, e os fatos passados não tem mais o mesmo relevo, não acreditamos revivê-los com mais intensidade, porque não estamos mais sós para representá-los, como os vemos agora, como os vimos outrora, quando só olhávamos ao mesmo tempo com nossos olhos e os de um outro? Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1968, p.24).

De acordo com Jacques Le Goff, da mesma maneira que relações entre memória e história, também as relações entre passado e presente não devem levar à confusão e ao ceticismo:

Pode-se dizer agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. (LE GOFF, 1924, p.19).

O esquecimento é a suspensão de uma memória que se possuía. É uma ação onde se procura não mais abrigar na memória informações anteriormente adquiridas

Paul Ricoeur descreve “esquecimento comandado” como sendo a memória obrigada resultante da anistia, por intermédio de um mecanismo político que tem como objetivo, permitir a interrupção dos processos em andamento, através do perdão e esquecimento de crimes cometidos pelos agentes do Estado autoritário, tudo isto em nome da paz cívica. Contudo, a anistia possui uma relação com a amnésia já que permite o apagamento dos rastros do passado, “dos crimes suscetíveis de proteger o futuro das faltas do passado” (RICOEUR, 2007, p. 462).

Para quebrar a continuidade da violência que atinge a ordem política e paz civil, utiliza-se o mecanismo da anistia, com a conseqüente produção de um estratagema o qual produz uma espécie de estratégia emergencial, dificultando que a verdade seja contada em sua plenitude. Com o fim da punibilidade, apaga-se a memória e passa-se a se comportar tal qual como se nada tivesse acontecido. “Mas a anistia, enquanto esquecimento institucional, toca nas próprias raízes do político e, através deste, na relação mais profunda e mais dissimulada com um passado declarado proibido” (RICOEUR, 2007, p. 460).

No entanto, a lei aprovada pelo Congresso Nacional, em 28 de agosto de 1979, no governo do último presidente militar João Figueiredo, selava o esquecimento comandado, como pensa Ricoeur. Isso se deve ao fato de a lei ser elaborada antes da extinção do regime, quando os militares preparavam uma transição para um governo civil. O texto da Lei silencia a busca pela verdade, justiça e dificulta a reparação às vítimas e parentes pelos danos causados pelo Estado repressivo.

É possível inferir que no primeiro artigo da Lei havia uma clara menção ao que denomina de “abusos do esquecimento”: o anúncio da anistia aos crimes políticos e a polêmica conectividade aos crimes correlatos. Esses tipos penais são relacionados uns aos outros na sua causa e efeito. Além disso, os denominados

“crimes de sangue”, ou seja, a luta armada contra a ditadura não foi anistiada. Havia no Brasil, cerca de 200 pessoas presas por esses crimes que acabaram sendo absolvidas, não em decorrência da lei de anistia, mas em razão de outros recursos jurídicos, como revisões de pena ou indulto (PEDROZA, 2021).

De acordo com Pedroza:

Pelo contrário, ocorreu no Brasil, após a ditadura, a imposição do esquecimento do tema ditadura nas esferas jurídicas e simbólicas, já que esse processo se deu como uma alternativa para “cicatriz” as feridas do passado doloroso, servindo de argumento para “esquecer” a memória política do país (PEDROZA, 2021).

Tal esquecimento comandado é dado pela atuação de agentes que querem silenciar e apagar o passado de repressão, nascido de uma tal necessidade de promover e permitir a conciliação, fazendo com que assim a memória política do país caia no esquecimento. Ainda hoje, no Brasil, tenta-se impor o esquecimento dos fatos e deturpação destes fatos como meio de se apagar as agruras da ditadura.

2.4 AS REPRESENTAÇÕES DA MEMÓRIA E DO PERÍODO DITATORIAL NA OBRA *NÃO VERÁS PAÍS NENHUM*

A agonia da memória é mostrada no cenário de *Não verás país nenhum* o qual transcende o dos regimes totalitários modernos, uma vez que no Esquema, um órgão que exercia o poder e era composto por Civiltares, muito semelhante aos militares do período de ditadura no Brasil, uma espécie de força ditatorial muito semelhante àquela de 1964 que houve no país, não há mais o culto à personalidade. No livro há a ausência de um líder definido. Os Civiltares eram policiais temidos pela excelente pontaria e rapidez.

Literatura e história são caminhos que se entrecruzam na tarefa de guardar a memória, de modo a salvar cacoc e estilhaços do passado.

O sistema se faz por si só, tal como uma máquina a qual não é necessário que alguém a coloque em movimento. Assim, a ausência de subjetividade, quer seja no nível da atomização do cidadão comum, quer seja no mais alto escalão governamental, traduz a marca da morte da memória coletiva, que passa a não mais existir.

Maria Rita Kehl, fala sobre o esquecimento, a negação da violência com a negativa da memória:

O “esquecimento” da tortura produz, a meu ver, a naturalização da violência como grave sintoma social no Brasil. [...] a polícia brasileira é a única na América Latina que comete mais assassinatos e crimes de tortura na atualidade do que durante o período da ditadura militar. A impunidade não produz apenas a repetição da barbárie: tende a provocar uma sinistra escalada de práticas abusivas por parte dos poderes públicos, que deveriam proteger os cidadãos e garantir a paz. (KEHL, 2010, p. 6).

A despersonalização é o último estágio de um regime que trabalha por si, que funciona como um moto contínuo, um rolo compressor responsável por construir um presente eterno, destruir o passado e qualquer possibilidade de futuro.

Na obra há a efemeridade do tempo, sem definição exata dos acontecimentos. Sobre a concepção temporal de Adelaide, a esposa do protagonista Souza, é dito:

Não é preciso marcar o tempo, basta abandoná-lo, ela me disse uma vez. De que adianta saber que dia é hoje? As horas, sim, são importantes. O dia é bem dividido. Cada hora uma coisa certa. Melhor viver um dia só, sem fim. O que tiver de acontecer, é dentro dele. (BRANDÃO, 2008, p.6)

O caminho de Souza ao longo do romance é o de recuperar, através da memória, a sua identidade fragmentada pelo Esquema. A todo tempo, ele se depara

com as falhas do seu percurso, com os momentos em que poderia ter se rebelado, onde poderia ter feito alguma intervenção.

A todo instante ele tenta buscar, nas suas lembranças, a memória coletiva do que restou do seu país e as encontra somente sob a forma de fragmentos.

Nem chego, às vezes, a saber quantos anos carrego. Também, pode ser qualquer idade. O tempo agora é regido por uma duração própria, a contagem não mais por dias, semanas, meses e anos, e sim por etapas vencidas. As etapas têm significado e temporalidade relativos a cada um. (BRANDÃO, 2008, p.94).

O Esquema segue a tradição de que somente os vencedores podem escrever a história e que, aos vencidos, nem mesmo o silêncio lhes resta.

Em *Não verás país nenhum*, os documentos, quando existentes, são inacessíveis, os meios de comunicação reiteram fórmulas vazias de significação, os homens estão totalmente vazios de si mesmos e a memória se perde deliberadamente:

— Julgamento da história? Chego a acreditar que aqueles homens pretenderam deliberadamente eliminar a história, tentando apagar o futuro. Para que não se lembrem como novos Átilas, os devastadores. Se acreditaram tão poderosos que julgaram poder cancelar a memória do povo. — Ao menos, fizeram tudo. Quem penetra no prédio da Memória Nacional? — Até que dá para penetrar. Mas quem garante o que está lá? Não será um prédio vazio?

— Nem os bárbaros causaram tanto estrago.

— Os bárbaros não tocavam nos templos. E as bibliotecas, os manuscritos, estavam nos templos. Eles tinham medo dos deuses e não violavam os santuários. As escolas dos sacerdotes continuaram funcionando. Mais agora. Tudo começou na grande ditadura com as reformas de ensino, as dificuldades para estudar, o analfabetismo grassando. Tentou-se consertar a situação nos Abertos Oitenta. Nem deu tempo para respirar. Quando vimos, tinham se acabado. Estava instalada a Era da Grande Locupletação. — Fecharam nossos olhos durante os anos abertos (BRANDÃO, 2008. p. 63).

Le Goff fala a respeito da história de uma sociedade e a memória envolvida nesses processos de construção de poder:

Quer se trate de documentos conscientes ou inconscientes (traços deixados pelos homens sem a mínima intenção de legar um testemunho à posteridade), as condições de produção do documento devem ser minuciosamente estudadas. As estruturas do poder de uma sociedade compreendem o poder das categorias sociais e dos grupos dominantes ao deixarem, voluntariamente ou não, testemunhos suscetíveis de orientar a história num ou noutro sentido; o poder sobre a memória futura, o poder de perpetuação deve ser reconhecido e desmontado pelo historiador. Nenhum documento é inocente. Deve ser analisado. Todo o documento é um monumento que deve ser desestruturado, desmontado. (LE GOFF, 1924, p. 91).

Há, por parte do escritor/jornalista, o desejo de compor um documento de época a partir de sua literatura. Enfatiza o seu compromisso com a história, outorgando-se testemunha de um período marcado pelo autoritarismo, repressão e política predatória (VIEIRA, 2011).

É encontrado na obra um desejo de memória e sentimento de verdade como parte de um processo de ruptura e superação da memória oficial. São disputas de memória que informam relações complexas e conflitantes presentes na sociedade.

De acordo com Gaspari, houve uma grande repressão as universidades, professores e pensadores e isto causou um recrudescimento da aniquilação da voz destes:

O governo acreditava em bruxas, elas efetivamente existiam, e ele se dispunha a caçá-las, mas o problema não estava nas bruxas, e sim na maneira como as caçavam. Para purgar o ensino infiltrado por esquerdistas, policializou-se a universidade. Quatro reitores de universidades estaduais foram depostos. Na direção da Universidade de Minas Gerais colocou-se um interventor militar. Na de Brasília, um civil. Nela, puseram-se nove professores na rua como se fossem vendedores de loteria, pois nem sequer o ritual das investigações sumárias lhes foi

concedido. Na Universidade de São Paulo, uma comissão secreta formada por iniciativa do reitor Luís Antonio da Gama e Silva produziu um documento em que propunha a punição de 44 professores e concluía “serem realmente impressionantes as infiltrações de ideias marxistas nos vários setores universitários, cumprindo sejam afastados daí os seus doutrinadores e os agentes dos processos subversivos”. O sociólogo Florestan Fernandes, arrolado no IPM da USP, escreveu uma carta de protesto ao tenente coronel que o chefiava na qual bradava: “Não somos um bando de malfeitores”. Como resposta, foi preso. Um de seus assistentes, Fernando Henrique Cardoso, era considerado “marxista violentíssimo”, fugira para o Guarujá e de lá para Buenos Aires e Santiago. Outros dois professores, da faculdade de medicina, denunciados por colegas, foram encarcerados no navio-presídio Raul Soares, fundeado ao largo de Santos. Um deles teve a filha de seis meses proibida de entrar na creche do hospital das Clínicas. Expulsaram-se alunos no Instituto Tecnológico da Aeronáutica e nas faculdades nacionais de Direito e Filosofia. (GASPARI, 2002a, p. 231).

Tais fatos podem ser vistos na obra em questão, em que Souza é sumariamente afastado de suas atividades de professor:

Lembranças. Você é a última pessoa deste país que fala em lembranças. O que elas podem acrescentar?

— Uma visão de mim mesmo. O que fui e o que vou ser.

— Se o mundo ainda seguisse um ciclo normal. Você é um ex-professor de história, devia saber disto. Durante séculos as coordenadas históricas e sociais funcionaram. No entanto, de uns trinta anos para cá, tudo o que temos são descoordenadas. A aceleração histórica prejudicou tudo, a dinâmica se assumiu em sua concepção total, ou seja, contínua transformação, a cada instante, hora, dia.

— Essa nova ordem tem um nome. Caos.

— Não. Caos é muito forte. Implica na desorganização completa, anarquia. Existe confusão, mas não é o caos. Acho que a palavra é apenas desarranjo. Alteração de lugar das situações. Desordenação dos fatos. Como alguém que desmontou um motor, espalhou as peças no chão, em aparente desorganização (BRANDÃO, 2008, p. 112).

O escritor Ignácio de Loyola Brandão ao fazer um cruzamento entre jornalismo e literatura por meio de sua experiência de vida pessoal, por intermédio de narrativas tais como romances, crônicas, diários de viagem, além de publicações diversas em jornais e revistas tem essa conjectura de produção textual híbrida marcada em seus escritos.

Os enredos formados por tempo, cidades, história, memória, têm papel determinante na criação de sua escrita política e de criação de subjetividades e sensibilidades ao redor do espaço urbano, além de apreender, testemunhar e registrar o tempo.

Compreende-se dessa maneira que todo discurso é responsável por uma ação.

A interinidade produzida por temporalidades de memória e história, espacializada pela vivência de diversas paisagens, principalmente pelas cidades em que viveu, como Araraquara, São Paulo e posteriormente Berlim, além de outras, é entrelaçada com a produção de suas narrativas.

Os registros são utilizados para enredar tanto aspectos referentes à memória e materiais históricos, bem como a percepção do tempo relativos à sua experiência urbana.

Para realizar seu processo criativo, o escritor no papel do colecionador, estimula processos de reinvenção e reconstrução do passado, rememoração, utiliza-se da história e de sua memória artifícios afetivos, símbolos e recursos materiais criando assim um exercício de entendimento político e intelectual.

Salles (1990) afirma em sua tese de doutorado que qualquer tentativa de rotular o escritor é ao mesmo tempo rígida e frágil.

Com o princípio de que noções de tempo, história e memória estabelecem o cerne das narrativas do escritor, por meio de um compartilhamento entre enunciados e discurso que provoca sentidos, o autor apresenta uma configuração de sentimentos que remetem diretamente à experiência urbana, por intermédio de três faces: o narrador/contador de histórias, o colecionador/trapeiro e o andarilho (VIEIRA, 2017, p. 13).

Palavras com inicial maiúscula além de outras tais como Acampamentos Paupérrimos, Esquema, Era da Grande Locupletação, Civiltares, Militecnos, são encontradas nas páginas do romance. Elas representam o aparelhamento de controle social, como forma de poder, demonstrando uma fase obscura e enigmática da história brasileira.

Mesmo o prédio que a princípio poderia ser considerado como um prédio extremamente valioso, Casa dos Vidros de Água, tem letras maiúsculas somente para que seja lembrado como um memorial que visa rememorar a finitude da vida:

Às 14 horas de hoje, o Museu dos Rios Brasileiros, conhecido popularmente pela designação de a Casa dos Vidros de Água, localizado no que antigamente foi o Largo do Arouche, recebeu uma afluência fora do comum. De repente, para espanto dos vigilantes, centenas de pessoas começaram a entrar e a se espalhar. Aparentemente, queriam apenas olhar os milhares de litros que continham as águas dos rios, riachos, ribeirões, nascentes, lagos, lagoas, fontes e olhos de água de todo o Brasil. A Casa dos Vidros de Água foi o mais completo e admirado museu hidrográfico do mundo, apreciado por especialistas do universo inteiro que ali sempre fizeram suas pesquisas hídricas. Organizado na década de oitenta por cientistas da Universidade de São Paulo, do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo e da Paraíba, teve a colaboração de pesquisadores de todo o país. A cooperação popular foi grande. Levou-se doze anos para se atingir a perfeição atual. Em dezenas de salas, cada uma abrangendo uma região, podia-se ver os litros, de colorações diferentes, além de gravuras, fotos, mapas, gráficos, legendas. A biblioteca e a filmoteca completavam o conjunto. A discoteca guardava relíquias,

como o ruído das cachoeiras, principalmente da Foz do Iguaçu, o som da extinta pororoca (BRANDÃO, 2008, p. 101).

A investigação de suas configurações, tais como o andarilho, representado pelo próprio narrador Souza, por meio da sua observação da cidade e participando de uma maneira voraz em suas tensões, dessa maneira é que o andarilho recolhe em suas viagens, itinerários, percursos e na figura do colecionador/trapeiro, recursos materiais, memórias, cidades, sentimentos afetivos, simbólicos, tempos vividos que penetram no processo de criação do narrador/contador de histórias.

As cidades são temas recorrentes e centrais nas histórias de Ignácio de Loyola Brandão, por muitas vezes demonstradas por sua afetividade em relação a elas.

Suas memórias pessoais e coletivas, histórias e cidades se interconectam como uma parte significativa de suas preocupações.

Cidades contraditórias, diversificadas, dúbias, imprecisas numa visão que as revela, assimilando vivências de outras épocas, são tornados meios de reflexão, encadeando memórias como essência, além de unir-se à história relembrando fatos da história do Brasil. O autor demonstra apurada preocupação com as mudanças da sensibilidade coletiva e individual.

Ignácio de Loyola Brandão ao observar as formas da cidade com suas ruínas e mudanças radicais elabora sua preocupação e discernimento sobre o tempo em questão.

À medida que caminho, noto mudanças nos prédios. As diferenças entre edifícios são marcantes, quase limites. Passei faz tempo pela região de ar condicionado. Por aqui, se vê apenas buracos para os aparelhos. Vazios ou tapados por placas de plástico. Para a frente, fachadas arruinadas. São prédios antigos, de uma época em que ainda não havia a necessidade do ar, em cada

casa. O meu apartamento vem de uma era posterior, quando as construções ficavam caras, por causa da refrigeração central. Nada mais de aparelhos individuais, situados embaixo das janelas (BRANDÃO, 2008, p. 210-211).

A passagem do tempo e a finitude da vida são sensibilizados pelos traços, falas e fisionomias dos personagens.

[...] Aquilo me assustou realmente. O homem era um desconhecido, invasor de minha casa. Porém tínhamos nos ligado, nos poucos dias em que convivemos. Nem era ligação, mais um hábito. Alguém com quem falar, se eu quisesse falar. Ouvir, quando ele queria falar. E era falastrão. De repente, estoura como balão em festa de criança, bem à minha frente. Há coisas que não dá para aceitar. Esta é uma delas. Me recuso a admiti-la como normal. Sei que se eu repetisse continuamente: tudo bem, assim é que é! Acabaria aceitando, não levaria um choque. Você já viu uma cabeça se liquefazer? Foi a primeira. Entrou em mim, gravado em câmera lenta. O objeto emitindo uma claridade violenta. Engraçado, não percebi nenhum som. Talvez por estar tão espantado que conservei apenas a imagem, a se repetir como *tape* em *replay*. A claridade se desprende do objeto, bomba, granada, sei lá o que, nunca mexi com esses troços. Iluminou o rosto e começou a comer a pele, os olhos, o nariz. Expulsava os dentes que se esparramavam pelo ar, estilhaçados. Roía os ossos, reduzia tudo a pasta, massa, poeira. E então, ossos, dentes, carne, pele, massa, pareceram se juntar de novo, transformando-se em poeira. Soprada por um vento, que nada mais era que o próprio ar deslocado pela claridade. Não sei se me entendem, foi assim que vi, naquele breve espaço em que o tempo estancou. [...] Pela manhã, muitos estarão mortos. As mudanças de temperatura são rápidas. Assim que o dia esquentar, vamos jogar os cadáveres ao sol, para que sejam incinerados pela luz. Tais coisas fazem parte de nosso dia a dia. O horror deixa de ser, quando se transforma em cotidiano (BRANDÃO, 2008, p. 168, 210-211).

O escritor tem não só um interesse pelo conhecimento da história, mas, além disso pela escrita dela, objetivando haver o restabelecimento da verdade, principalmente de momentos difíceis em que ela foi destruída.

Esta relação refere-se aos anos pós 1964, de extrema repressão, realçando a capacidade da escrita literária em tempos difíceis de indagar e de suplantar a memória e história oficiais.

A literatura tem a capacidade de não permitir a distorção dos momentos históricos. Isto decorre do fato de se os militares resolverem reescrever a história eles o fariam sob o seu ponto de vista, bem diferente do ponto de vista dos escritores que registraram esses momentos de ditadura.

A realidade deve estabelecer-se por uma relação clara entre discursos e fatos, num compromisso estabelecido entre político e ético.

As manipulações da memória se dão, principalmente, através do fenômeno da ideologia. Desta maneira, para Paul Ricoeur, estas manipulações “devem-se à intervenção de um fator inquietante e multiforme que se intercala entre a reivindicação de identidade e as expressões públicas da memória”. (RICOEUR, citado em DOURADO, 2017, p. 3). Sobretudo são nos costumes das sociedades tradicionais que existe uma coerção silenciosa na memória do povo.

É por intermédio da função narrativa que a memória se incorpora na identidade de um povo. Dessa maneira, Ricoeur explana que, pelos recursos de variação oferecidos através do trabalho de configuração narrativa é que se torna possível a ideologização da memória.

É no nível em que a ideologia opera como discurso justificador do poder, da dominação, que se veem mobilizados os recursos de manipulação que a narrativa oferece. A dominação não se limita à coerção física. Até o tirano precisa de um retórico, de um sofismo, para transformar em discurso sua empreitada de sedução e intimidação. [...] Torna-se possível vincular os abusos expressos da memória aos efeitos de distorção que dependem do nível fenomenal da ideologia. Nesse nível aparente, a memória imposta está armada por uma história ela mesma “autorizada”,

a história oficial, a história aprendida e celebrada publicamente (RICOEUR, citado em DOURADO, 2017, p. 4).

O esquecimento da memória muitas vezes é feito de forma proposital, para que as futuras gerações não se lembrem e nem revivam os fatos acontecidos no passado.

O narrador Souza apreende os contornos autoritários da sociedade em que está inserido. A violência do contexto em que está absorvido pode ser compreendida por meio do entendimento do período histórico; há uma sincronia entre a história de vida pessoal e a do país através de uma proximidade entre a sociedade e o indivíduo.

Souza chega a enxergar esperança numa situação em que consegue construir uma articulação crítica. Apesar de estar tomado pela negatividade é uma conquista, mesmo que pequena, para um personagem que vivia angustiado.

A voz monocórdia tenta mostrar excessiva animação, pedindo a atenção para importante comunicado: As autoridades do Esquema acham-se preocupadas com o clima que está se instalando em nosso país. Dentro de alguns dias, em sua fala de fim de ano, o chefe do governo abordará a importante questão. Pesquisas elaboradas com critério mostram que os índices de Pessimismo mostram-se levemente perturbadores. Pela primeira vez em muitos anos, oscila a intensa alta em que se encontravam os índices de Otimismo, conseguidos pelo Esquema no final dos Abertos Oitenta. Tais índices, considerados os melhores do planeta por uma comissão internacional que se mostrou admirada com o trabalho do Esquema, registraram ligeiro declínio. Está sendo providenciada uma grande pesquisa para saber as razões, uma vez que não existe nenhum motivo para Pessimismo. O Esquema pede a compreensão geral no caso de ser necessária uma campanha para erguer os ânimos. Sabe-se o quão importante é para todos nós a elevação dos índices de Otimismo, sem o qual o país não poderá prosseguir em sua Escalada de Desenvolvimento. Essa compreensão deverá se traduzir num imposto a curto prazo, dividido em seis parcelas mensais, para financiar uma campanha promocional, a fim de que o otimismo seja recuperado. Ou seja, trata-se de um

empreendimento em seu próprio benefício, uma vez que o Pessimismo gera descontentamento, tristeza, depressão, compulsões maníaco-suicidas, derrotista. Não queira se sentir um derrotado, colabore para o Otimismo coletivo. (BRANDÃO, 2008, p. 175).

Dentro de um contexto de caos ambiental e repressão política, as melhores opções de emprego são aquelas em que o sujeito adere ao regime, passando a ser um burocrata ou um militar.

Melhor ainda se for adepto do Esquema, referência explícita aos tecnocratas de nosso país dos anos 1970, sendo um Militecno, as duas coisas simultaneamente, atuando nas empresas estatais e cargos de direção do Estado.

O narrador e contestador Souza tem um grande desapontamento pois um de seus familiares, seu sobrinho, é um deles.

O papel executado para espionagem, repressão e patrulhamento é feito pelos Civiltares, que nada mais são do que tropas civis militares, suportadas pelo Estado e alguns grupos de apoio privados.

Tem um caráter paramilitar e esse aspecto lhes dá a oportunidade de atuarem às margens da lei, com poder ilimitado e indiscriminatório. “Se bem que, com os Civiltares, nunca se saiba, criminosos ou não, vão pegando, prendendo, batendo. Não querem saber” (BRANDÃO, 2008, p. 195).

Na cidade de São Paulo o autor esmiúça em detalhes a construção do período ditatorial vigente. Nela as pessoas habitam confinadas em seus bairros. Há a necessidade de posse de bilhetes para se locomoverem por ela. Sem a posse destes podem ficar presas no local em que estiverem no momento, sem a permissão nem mesmo para o retorno de seus lares.

Cada um recebe sua ficha e está autorizado a penetrar em área determinada. As Bocas de Distrito controlam o tráfego. Só entra na região quem

tiver a ficha correspondente. Deste modo foi possível diminuir o fluxo. Mesmo assim, as filas nas calçadas tiveram de ser organizadas. Não há outra possibilidade, se quisermos chegar a algum lugar. Toma-se a fila e, com paciência, caminha-se. Ao menos, as pessoas aprenderam a ser pacientes. Não adianta rebelar-se, brigar. Aliás é perigoso. Alterações por filas e lugares podem significar apreensão da ficha. As áreas determinadas são razoavelmente extensas e possuem o necessário: restaurante, lojas, lanchonetes, farmácias, bancos, divertimentos. A ideia desta setorização nasceu em fins da década de 50, com a fundação de Brasília. A diferença é que hoje está altamente desenvolvida. Estudando as cidades mais antigas, os esquemas governantes descobriram que o homem circulava sempre dentro de certos limites. Raramente ultrapassava um número estabelecido de ruas e locais. "Portanto, a proibição não vai afetar o sentido de liberdade que o homem goza", concluíram (BRANDÃO, 2008, p. 22).

Assim, o Esquema por intermédio de permissão controlada da movimentação por espaços reduzidos, dá ao povo uma sensação de liberdade, mesmo que seja falsa, com o objetivo de manipular os recursos públicos e também há o controle da censura.

O Esquema, um governo medíocre, domina uma população cercada pela falta de água, num contexto em que a Amazônia tornou-se um deserto, as grandes cidades padecem com o grande calor e a falta de água, há a falta de comida e moradia para a população que está fragmentada em castas e desprovida de recursos. As cidades estão com superpopulação. É necessário que seja designado sentidos e direção de movimentação pelas calçadas.

As manifestações populares são refreadas com violência, bem como diversas palavras e expressões são suprimidas, desaprovadas a todo instante pois fiscais do governo, os Civitares, podem estar caminhando ao lado de qualquer transeunte a qualquer momento. O povo, manipulado, segue sua vida sem sentido.

Por meio do ponto de vista do narrador Souza, um professor de história, que carrega culpas em seu interior e um intelectual sufocado pelo regime, Ignácio de Loyola Brandão desenvolveu seu romance.

Tal estratégia é extremamente válida, pois possibilita que pessoas no futuro possam ver como foi a ditadura nos anos 1960 aos 1980.

Estando na faixa dos 50 anos, Souza era ex-professor de História, trabalhava em uma universidade em São Paulo e foi obrigatoriamente aposentado no começo da era da grande Locupletação, fase em que um sistema totalitário controlou o país por intermédio de propaganda e violência como forma de minar as massas.

Além dele, diversos outros trabalhadores das mais diversas categorias profissionais foram também compulsoriamente removidos do local onde trabalhavam, sendo obrigados a se aposentar por determinação do novo sistema vigente.

É difícil acreditar que seja professor de história. Que tenha sido. O senhor está parado no tempo, impassível, não dá para imaginar que algum dia tenha provocado uma compulsória. Não consigo vê-lo fazendo qualquer coisa que desagrade ao Esquema e o obrigue a agir com violência. O que aconteceu? O que foi que o levou a se transformar desse jeito? (BRANDÃO, 2008, p. 105).

Ao invés do personagem tentar mudar o mundo ao se movimentar dentro dele, o mundo transforma e impulsiona o narrador.

Em *Não verás país nenhum*, o tempo disforme é demonstrado através de uma memória das transformações atravessadas pelos personagens, uma memória que é também uma ferramenta de transgressão e transformação.

Para Souza, a memória é uma ferramenta contra o esquecimento de uma história que não pode ser contada, uma história fundamentada na alegoria, uma alegoria que se constrói de ruínas.

A crítica presente em *Não verás país nenhum* é baseada no caos político.

O trauma e as angústias causadas pelo regime ditatorial têm representação nas palavras de Ignácio de Loyola Brandão. A memória da opressão está gravada em seus livros do período.

Pode-se distinguir a memória como sendo artificial e natural. O filósofo francês Paul Ricoeur, detém-se mais na segunda, apesar de que se encontra o excesso da *ars memoriae*¹¹ é na memória artificial. São apresentados, pois, três planos da memória natural, a saber: o patológico-terapêutico, o propriamente prático e o ético-político. De acordo com Ricoeur:

No plano patológico-terapêutico serão evidenciados os distúrbios de uma memória impedida; no plano propriamente prático, os da memória manipulada; no plano ético-político, os de uma memória abusivamente convocada, quando comemoração rima com rememoração. Essas múltiplas formas do abuso salientam a vulnerabilidade fundamental da memória, que resulta da relação entre a ausência da coisa lembrada e sua presença na forma da representação. A alta problematização dessa relação representativa com o passado é essencialmente evidenciada por todos os abusos da memória (RICOEUR, citado em DOURADO, 2017, p. 2).

A experiência do autor é transferida para sua literatura e essa experiência é marcada pela convivência diária com notícias que não podiam ser veiculadas, como o fechamento do jornal em que trabalhava na época do golpe e na censura de *Zero* e *Não verás país nenhum* logo após o lançamento no Brasil.

¹¹ Arte da memória

O golpe militar tinha sido vitorioso. No dia 1º de abril de 1964 o jornal Última Hora, onde eu trabalhava, foi fechado no início da noite por uma tropa de choque da Força Pública de São Paulo, hoje Polícia Militar. Não me lembro se prenderam alguém. Também não houve violência, os soldados entraram e foram aconselhando as pessoas a se retirarem. Em frente ao jornal, no Anhangabaú, havia ostentação de força com jipes e brucutus – lançavam jatos de areia ou de água gelada sobre os manifestantes, e gente fortemente armada, como se fossem para a guerra. Dos nossos, uns foram para casa, outros para os cinemas, alguns se esconderam, muitos ficaram de sobreaviso. O Última Hora sempre estivera ao lado de Jango Goulart, o presidente deposto, e éramos visados. Duas semanas depois o jornal foi reaberto. Muita gente ausente. Uns presos, outros exilados (como o fundador e diretor Samuel Wainer), outros permaneciam escondidos em algum ponto. Nessa reabertura estávamos atônitos, tinha havido um golpe, mas não parecia ter havido nada, a cidade continuava a funcionar normalmente, um presidente nem parecia ter sido deposto, um regime mudado a força (BRANDÃO, 2010, p. 13).

O que resta da ditadura? Como esse passado ainda assusta e afeta o presente? Deve-se lembrar que o Brasil é o único país sul-americano em que torturadores jamais foram julgados, para que houvesse a devida justiça de transição. Jamais o Exército fez uma confissão, um *mea culpa*¹² de suas pendências golpistas.

Ainda hoje é possível ouvir oficiais na ativa e na reserva tecerem elogios inacreditáveis e absurdos à ditadura militar. Ainda convive-se com o ocultamento de cadáveres, daqueles que morreram nas mãos das Forças Armadas. Há a negação da memória do período do regime ditatorial.

Deve-se ressaltar que na década de 1970, foi promulgada no Brasil, a Lei de Anistia Política (Lei nº 6.683/79). Esta concedeu anistia a um grupo seletivo que não deveria ser escolhido pela coletividade.

Concedeu anistia a todos que cometeram crimes políticos ou conexos com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos

¹² Minha culpa

servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares.

Partindo do pressuposto que a anistia encobre as mazelas humilhantes sofridas pelo povo, esta pode ser aclamada como abusos do esquecimento, uma forma de camuflar o que deveria ser posto em evidência.

Diversos são os legados políticos e sociais, negativos sempre, do período repressivo que perseveram em toda sua crueldade, visto que se conservam as práticas ao mesmo tempo que se visa transformar a memória do que se passou em algo longínquo, como se a sociedade não houvesse sequer participado:

Mas se vítimas de torturadores, apesar da resistência geral, não se recusaram a elaborar publicamente sua experiência, de que lado está o argumento da memória que produz a repetição automática da violência institucional brasileira? A resposta é imediata: do lado dos remanescentes do próprio regime militar, seja qual for a posição de poder que ainda ocupam. São estes os que se recusam a enfrentar o debate público – com a espantosa conviência da maioria silenciosa, a mesma que escolheu permanecer alheia aos abusos cometidos no país, sobretudo no período pós AI-5. Muita gente ainda insiste em pensar que a prática da tortura teria sido (ou ainda é) uma espécie de mal necessário imposto pelas condições excepcionais de regimes autocráticos, e que sob um regime democrático não precisamos mais nos ocupar daqueles deslizes do passado (KEHL, 2010, p. 8).

O ato de torturar as pessoas lamentavelmente foi muito utilizado no período ditatorial como maneira de se tentar legitimizar as confissões e conseguí-las.

3 A DETERIOÇÃO DA VIDA E DA NATUREZA (ECOCRÍTICA) E A DISTOPIA NA OBRA (A ATUALIDADE DA OBRA COMO DISTOPIA)

3.1 A ECOCRITICA

Em *As Três Ecologias* (2001) de Félix Guattari, o autor clarifica a criticidade da situação do planeta em que vivemos. Indica as profundas alterações ocorridas no âmbito do convívio social com o avanço tecnológico, sendo que em primeira instância deveria ajudar as pessoas no exercício de suas funções, no aperfeiçoamento de técnicas e na melhoria da qualidade de vida. Contudo, quando mal controlado, termina por criar um ambiente de angústia e desemprego.

Apresenta a ecosofia, uma associação ética e política entre os registros ecológicos do meio ambiente, das relações sociais e da subjetividade humana.

As instâncias executivas e as formações políticas aparentemente são incapazes de apreender essa problemática no todo de suas implicações.

Ainda assim, ao estarem de forma incipiente, tomando uma consciência parcial dos perigos mais claros que ameaçam o meio ambiente natural das sociedades, elas geralmente se satisfazem em interpelar o campo dos danos industriais e, mesmo assim, unicamente numa perspectiva tecnocrática, ao passo que só uma articulação ético-política, a ecosofia, entre os três registros ecológicos (o do meio ambiente, o das relações sociais e o da subjetividade humana) é que poderia elucidar de maneira convincente tais questões.

A ecosofia constitui-se no desenvolvimento de práticas que objetivam a mudança e melhoria do modo de ser, a concepção do ser humano, do meio ambiente e da sociedade.

A ecologia ambiental, segundo Guattari é a qual tudo pode acontecer, falando das evoluções flexíveis e também das tenebrosas catástrofes ambientais, que paulatinamente, necessitam de maior intervenção humana.

A conotação da ecologia deveria deixar de ser vinculada à imagem de uma pequena minoria de amantes da natureza ou de especialistas diplomados (GUATTARI, 2001, p. 18).

A questão da subjetividade humana é colocada como alguma coisa que pode mostrar-se a qualquer momento, em todo o lugar, independentemente de ser na ordem individual ou coletiva.

Mas a época contemporânea, exacerbando a produção de bens materiais e imateriais em detrimento da consistência de Territórios existenciais individuais e de grupo, engendrou um imenso vazio na subjetividade que tende a se tornar cada vez mais absurda e sem recursos. Não só não constatamos nenhuma relação de causa e efeito entre o crescimento dos recursos técnico-científicos e o desenvolvimento dos progressos sociais e culturais, como parece evidente que assistimos a uma degradação irreversível dos operadores tradicionais de regulação social. (GUATTARI, 2001, p. 15).

Pensar a essência da violência requer uma reflexão sobre a própria natureza humana ou até mesmo sobre os aspectos do homem que o afastam da natureza; enfim, é preciso discorrer sobre o tópico talvez mais abordado na história da filosofia: a separação entre homem e natureza.

Este assunto, primordial ao ser humano para se pensar na origem e também no seu lugar no mundo, torna-se atualmente muito importante.

Atualmente, vive-se um momento em que um profundo distanciamento da natureza está proporcionando consequências radicais.

O dia nublado. Se ao menos fosse chuva. Fico com a boca seca de pensar na possibilidade de uma chuva. Uma garoinha leve que molhasse tudo, umedecesse a terra, me encharcasse. As secas definitivas vieram logo após o grande deserto amazônico. Um ano sem gota de água e as represas de São Paulo esgotaram. Apavorado, o povo fazia promessas, enchia as igrejas. Organizavam procissões, novenas, romarias. Inúteis. Poços artesianos começaram a ser abertos às pressas,

às centenas. Por muito tempo, a secretaria de obras trabalhou em poços. Todas as verbas foram desviadas para os programas de água. Cada estado contou consigo, não havia possibilidade de ajudar o outro. O problema era igual para todos, estavam à beira da calamidade. Charlatões, fazedores de chuva, enriqueceram. As chuvas não vieram. De nada adiantaram procissões, rezas, trezenas, missas, macumbas. (BRANDÃO, 2008, p. 70)

Queimadas de grande extensão sem controle, com devastação total do ambiente atingido, estiagens de longa duração, aquecimento global, enchentes, tufões, furacões, tempestades tropicais, poluição, maus tratos com animais, destruição de ecossistemas; a trilha de dominação escolhida pelo homem delinea-se como a trilha da destruição do planeta.

O princípio particular à ecologia ambiental é o de que tudo é possível tanto as piores catástrofes quanto as evoluções flexíveis. Cada vez mais, os equilíbrios naturais dependerão das intervenções humanas. Um tempo virá em que será necessário empreender imensos programas para regular as relações entre o oxigênio, o ozônio e o gás carbônico na atmosfera terrestre. Poderíamos perfeitamente requalificar a ecologia ambiental de ecologia maquínica já que, tanto do lado do cosmos quanto das práxis humanas, a questão é sempre de máquinas e eu ousaria até dizer de máquinas de guerra. Desde sempre a "natureza" esteve em guerra contra a vida! Mas a aceleração dos "progressos" técnico-científicos conjugada ao enorme crescimento demográfico faz com que se deva empreender, sem tardar, uma espécie de corrida para dominar a mecosfera. No futuro a questão não será apenas a da defesa da natureza, mas a de uma ofensiva para reparar o pulmão amazônico, para fazer reflorescer o Saara. A criação de novas espécies vivas, vegetais e animais, está inelutavelmente em nosso horizonte e torna urgente não apenas a adoção de uma ética ecosófica adaptada a essa situação, ao mesmo tempo terrificante e fascinante, mas também de uma política focalizada no destino da humanidade (GUATTARI, 2001, p. 51-52).

Guattari expõe os três conceitos de ecologias (ambiental, social e mental) com as quais pode-se potencializar o entendimento da obra *Não verás pais nenhum*.

Guattari traz a problemática ambiental, social e dos processos de subjetivação para que a vida possa ser repensada ao alertar sobre os modos de vida na contemporaneidade:

É conhecido que a velocidade nas mudanças tecnológicas, os excessos de informações a que se estamos sendo submetidos diariamente, os impasses nas relações humanas, as degradações ambientais e nas produções de subjetividade, na grande maioria das vezes, provocam medo, solidão e insegurança.

Importante destacar que a provocação que se faz a partir da “ecosofia” não revela uma resolução das problemáticas ecológicas, pontualmente pelo viés físico. O alerta vai ao encontro de outros registros também ditos como ecológicos.

O que está em questão é a maneira de viver daqui em diante sobre esse planeta, no contexto da aceleração das mutações técnico-científicas e do considerável crescimento demográfico. Em função do contínuo desenvolvimento do trabalho maquínico redobrado pela revolução informática, as forças produtivas vão tornar disponível uma quantidade cada vez maior do tempo de atividade humana potencial. Mas com que finalidade? A do desemprego, da marginalidade opressiva, da solidão, da ociosidade, da angústia, da neurose, ou a da cultura, da criação, da pesquisa, da reinvenção do meio ambiente, do enriquecimento dos modos de vida e de sensibilidade? (GUATTARI, 2001, p. 7-8).

A ecocrítica se desenvolveu como uma área de análise científico-literária a partir da década de 1990, com a fundação da Associação para o Estudo da Literatura e do Meio Ambiente em 1992. Ela “[...] foi formada a partir do estudo da literatura ocidental americana, realizando conferências bienais que cresceram rapidamente em escala no restante da década” Conforme Garrard (2006), é um movimento que se dedica a análise da constituição dos discursos e das ideias que surgiram como reação da sociedade à crise ambiental.

Nesse panorama, ao longo dos séculos XIX e XX, acentuaram-se as discussões e as produções científicas e literárias acerca da crise ambiental, identificada com a evolução da ciência ecológica. Moldaram-se ideias que conduziram a publicação de livros, à criação de movimentos e de campanhas de proteção à natureza.

É importante salientar que a ecocrítica, conforme Garrard (2006, p. 14), “é o estudo da relação entre a literatura e o ambiente físico”, e se dispõe na análise das representações da natureza e do ambiente compostas ao longo da história.

Glotfelt (citado em GARRARD, 2006) demonstra questões abordadas pela ecocrítica, por exemplo: “como é representada a natureza nesse soneto?” e “como se modificou o conceito de mundo natural ao longo do tempo?”.

Além do mais, a ecocrítica inclina-se sobre o ambientalismo sendo que as principais questões mostradas são: “qual é a fecundação cruzada possível entre os estudos literários e o discurso ambientalista?” e “como o ambientalismo construiu seu discurso ecológico?” (GARRARD, 2006, p. 14).

Em *Não verás país nenhum*, em diversos momentos vê-se a crítica ambiental com as consequências impostas à população:

Continuamos parados, a olhar para baixo. Gostaria de descer, não há como. À direita, estende-se o valo seco do antigo Tietê. O rio era mais raso do que eu pensava. Como fedia, grosso, coalhado de detritos. Até que foi bom secar, não passava de um estéril caudal de imundície, intestino pobre da cidade. (BRANDÃO, 2008, p. 75).

A ecocrítica constitui-se também num movimento político e filosófico e Garrard (2006, p. 14) reitera que é “uma modalidade de análise confessadamente política”, e que os ecocríticos “costumam vincular explicitamente suas análises

culturais a um projeto moral e político ‘verde’”, avizinhandose desta maneira da orientação dos movimentos ecologista e ambientalista.

Ela contribui para uma análise mais detalhada do ambientalismo e da relação entre os seres humanos e a natureza, bem ao contrário da visão anterior que era mais superficial e que se tornou comum em quase todos os âmbitos da sociedade.

— Tudo. O país despedaçado, os brasileiros expulsos de suas terras, as árvores esgotadas, o deserto lá em cima.

— Belíssimo deserto. Nona maravilha.

— Maravilha. E os rios? Cadê os rios, menino?

— Agora vai pôr a culpa no Esquema dos rios terem secado? Do calor? Seja razoável, tio. O mundo mudou. O senhor sabe, é professor de história. A culpa foi dos governos que fizeram experiências nucleares, transformaram a atmosfera. (BRANDÃO, 2008, p. 47).

A ecocrítica não relaciona-se unicamente a uma análise literal e fundamentalista desses processos impressos em fontes históricas, mas no seu envolvimento com o contexto em que estão inseridos e na sua relação com a cultura, com as representações e ideias.

Fez-se impossível não relacionar a sociedade humana ao mundo natural, a partir da segunda metade do século XX, todavia, pode-se observar que entre os historiadores há a resistência quanto a sua utilização, devido ao fato de, ao longo de muito tempo, a história ter considerado serem relevantes apenas os documentos escritos e oficiais, que abordavam grandes acontecimentos e feitos de personalidades importantes.

Na década de 1970, nessa circunstância, surge a história ambiental, no cenário das transformações que ocorriam entre a relação homem e natureza e o

aumento dos debates relativos a necessidade de preservação do meio ambiente e ao respeito da consciência ambiental.

Pode-se definir a ecocrítica como sendo o estudo da relação entre a literatura e o ambiente físico. “A ecocrítica singulariza-se com as teorias literárias e culturais contemporâneas, por sua estreita relação com a ciência da ecologia” (GARRARD, 2006, p. 16).

Do mesmo jeito que a crítica feminista investiga a língua e a literatura sob um ponto de vista consciente dos gêneros, e a crítica marxista faz pela sua interpretação dos textos uma consciência dos modos de produção e das classes econômicas, a ecocrítica adota uma abordagem dos estudos literários centrada na Terra conforme Glotfelty (citado em GARRARD, 1996, p. 19).

Garrard expõe seu ponto de vista sobre os ecocríticos:

A interpretação e a crítica das várias visões de habitação da terra constituem uma tarefa fundamental para os ecocríticos interessados num projeto predominantemente político, e não moral ou espiritual, de crítica cultural, capas de nos levar além da pastoral e da literatura sobre a natureza, passando das paisagens de lazer para o campo desnivelado do trabalho verdadeiro (GARRARD, 1996, p. 191).

Os estudos recentes que abrangem literatura e ecologia têm se fundamentado numa reorientação e interpretação da natureza como orgânica e espontânea.

Tal fato pode causar estranheza uma vez que os estudos ambientais dedicavam-se, durante um longo período, somente a observar os apontamentos do ambiente, não se preocupando com a relação deste com os seres humanos.

— Lá em cima, no Nordeste, nas zonas não tomadas pelas Reservas das Multinter, que era onde podíamos circular, tudo que se via era a terra calcinada, nenhuma

vegetação, o chão juncado de esqueletos de animais, empoeirados, se desfazendo ao sol. Também nós quase nos desfazíamos, era só ficar algum tempo ao sol.

— De rachar a cuca, como se dizia antigamente?

— Rachava a cuca, moía os ossos, dissolvia a pele.

— Também não é tanto assim.

— Não? Pois te conto. (BRANDÃO, 2008, p. 125).

Desta maneira, ainda há uma diferença expressiva entre os problemas relativos à ecologia e aos problemas ecológicos. No caso dos problemas relativos a ecologia, refere-se a “questões propriamente científicas, a serem resolvidas pela formulação e verificação de hipóteses em experimentos ecológicos (GARRARD, 2006, p. 17).

Referindo-se aos problemas ecológicos: são os aspectos de nossa sociedade provenientes de nossas maneiras de lidar com a natureza, dos quais gostaríamos de nos livrar e que não vemos como consequências inevitáveis do que há de bom nesta sociedade” conforme Passmore (citado em GARRARD, 2006, p. 17).

Esta diferenciação permite um grande campo de observação, em que o estudo entre ecologia e literatura possibilita “transformar um problema (científico) da ecologia num problema ecológico amplamente percebido, que foi então contestado nos planos político e jurídico, nos meios de comunicação e na cultura popular” (GARRARD, 2006, p. 18).

Por ser um movimento um tanto novo nos estudos culturais, a ecocrítica tem passado ao longe de críticas teóricas internas. Debates sobre ênfases e lacunas tem havido, entretanto tais fatos não reduziram a percepção de quem concebeu o movimento.

De maneira oposta, esses debates mostram novas direções para a pesquisa em campos variados, tais como: ecofeminismo, textos tóxicos, natureza urbana,

darwinismo, literaturas étnicas, justiça ambiental e ambientes virtuais. “À minha frente, o deserto, e daqui a pouco, do meio desta terra seca e calcinada que recobre o prédio, surgirão larvas, casulos, amebas, novas espécies, adaptadas ao sol, calor, *secura*”. (BRANDÃO, 2008, p. 123-124).

A ecocrítica apresenta uma ênfase na interdisciplinaridade e afirma que as humanidades e as ciências devem dialogar e que seus debates devem ser informados igualmente pela atividade crítica e criativa.

Ignácio de Loyola Brandão expõe em muitos momentos a aspereza da natureza na obra em análise:

Sinto o pó seco envolver o meu rosto. O vento parece muito quente, e parado. É, vento parado. Pode sim! Importa é que ele existe, para mim. Duvide quem quiser. Não é um delírio final. Só para ter mais certeza, cutuco meu companheiro moreno. Estava cochilando, acordou sobressaltado, pisca muito os olhos. "Está sentindo?", pergunto. Ele dá um tempo, a observar, depois grita.

— É vento, vento. Vento, putaqueopariu!

— Então, é mesmo. Não é possível duas pessoas sonharem a mesma coisa.

— E cheira chuva, não cheira?

— Isso já é exagero.

— Cheira chuva, preste atenção.

— Nem me lembro mais do cheiro de chuva.

— Ah, isso não se esquece. É como nadar, andar de bicicleta, trepar.

— Tomara não seja a chuva ácida.

— O que é isso? A chuva ácida fedia. Nossa, como fedia! Pouco antes, ninguém aguentava, a gente fechava portas, janelas, calafetava. Ou morria pelo nariz. Esse cheiro é bom. Terra molhada. Mesmo que não cheire, me deixo envolver inteiramente por esta sensação. E me penetro dela. E vem até mim este vento fresco, longamente desaparecido. E desejado. Junto ao cheiro de terra seca, esse vento que a gente reconhecia. Era o que trazia a chuva. Vento prenunciador.

— Estamos delirando, amigo?

Se for delírio, que mal faz? Há muito tempo prefiro viver no delírio. Não dormi, fiquei alerta, elétrico à espera dessa chuva prometida. Era certeza que viria. Mais hora, menos hora. Viria. Pode ser que estivesse ainda longe, mas caminhava em

nossa direção. Com a atmosfera rarefeita, os sons e os cheiros chegam mais rápido, são espantosamente velozes. Como a luz das estrelas. Quando ela nos atinge, brilhava há muito tempo, às vezes há milhares de anos. Pode ser que este cheiro molhado venha de um ponto tão remoto, que vai demorar muito a chegar. Aposto tudo que é chuva. Alguém sabe se está chovendo por aí? (BRANDÃO, 2008, p. 243).

3.2 UTOPIA E DISTOPIA: DUAS FACES DE UMA MESMA NARRATIVA

3.2.1 Utopia

Antes de se falar sobre a distopia torna-se necessário falar sobre a utopia pois esta é o apoio para o surgimento da distopia.

Estudos direcionados à utopia datam de séculos. Principalmente o século IV a.C., através de *A República*, de Platão. Este foi um dos precursores em se tratando de ideias sobre este conceito, mesmo não sendo de uso corrente naquela época.

Conforme Hilário (2013), a criação e o uso do termo utopia só tem início em 1516 como principais fontes de divulgação das ideias utópicas através de Thomas More ao nomear seu livro de *A utopia*, motivado pelas ideias exteriorizadas por Platão.

Uma outra definição para utopia foi dada por Darko Suvin onde diz que:

A construção de uma comunidade singular onde instituições sociopolíticas, normas e relações entre as pessoas estão organizadas de acordo com um princípio radicalmente diferente que o da comunidade do autor (SUVIN, 2003).

Na idade moderna, com a utopia considerada como um estado de completa felicidade, um local ou situação ideal, de completa paridade entre os indivíduos, moldou-se o aparecimento de agitações ao redor desse conceito, tal como a utopia satírica, criada e conduzida por críticas direcionadas ao pensamento distópico.

Os termos utopia e distopia tem os mesmos princípios cruciais, valendo para a utilização também de termos tais como sátira utópica e utopia negativa.

3.2.2 Distopia

Quando se pensa na palavra distopia, etimologicamente falando, pensa-se em dois morfemas, fragmentos mínimos capazes de expressar significado ou a menor unidade significativa que se pode identificar.

O primeiro é o prefixo *dis*, oriundo do grego *dýs*, com significado de mau estado, mal, dificuldade. Também oriundo do grego tem-se *topos*, que significa lugar.

Conforme Leomir Cardoso Hilário (2013), o sentido literal da palavra distopia tem o significado de “forma distorcida de um lugar”, referindo-se a uma ocorrência anormal e inesperada de fatos que constituem uma certa forma social.

Segundo ainda Hilário (ibid., p.206): “a distopia não é o contrário da utopia, não se configurando enquanto antiutopia”.

A utopia por ser considerada como um local perfeito e necessita para sua composição uma igualdade absoluta e harmonia.

Para tanto, requer que a sociedade tenha uma estruturação diferente, uma vez que necessita harmonizar por meio da intervenção do estado a vida em sociedade.

Em sua narrativa, Carolina Dantas de Figueiredo, afirma que “O controle nas utopias não é visto como algo opressivo, totalitário, mas como uma segunda natureza, visto que o controle é absolutamente internalizado”.

Nesse sentido, um dos maiores problemas decorrentes é a atenuação das liberdades visto que “Quanto maior a igualdade, menor a liberdade individual, ou,

pelo menos, menor o número de decisões que o indivíduo deve tomar sozinho, ou o número de opções disponíveis” (FIGUEIREDO, 2009, p. 355).

O controle pelo Estado produzindo uma mesma estrutura de poder leva a se considerar que distopia e utopia tenham a mesma faceta.

Para a distopia considera-se que o controle incondicional não surge de maneira interiorizada, pois há a necessidade de alguém ou algo que vá ameaçar a estrutura e afrontar a forma autoritária de poder.

O que orienta a forma distópica se reflete para o desequilíbrio social.

Para esclarecer essa afirmação, Hilário discorre que:

O objetivo das distopias é analisar as sombras produzidas pelas luzes utópicas, as quais iluminam completamente o presente na mesma medida em que ofuscam o futuro. Elas não possuem um fundamento normativo, mas detêm um horizonte ético-político que lhes permite produzir efeitos de análise sobre a sociedade (HILÁRIO, 2013).

As distopias ou também chamadas de utopias negativas expressam o sentimento de impotência e desesperança do homem moderno assim como as utopias antigas expressavam o sentimento de autoconfiança e esperança do homem pós-medieval (ibid., p. 205).

Enquanto a utopia apresenta para o ser um sentimento de autoconfiança e esperança, a distopia apresenta o oposto, um sentimento de impotência e desesperança.

Parecem conceitualmente opostas não analisando-as semanticamente, contudo apresentam uma estruturação ético-política equivalente, oriunda nos sistemas de controle.

Até mesmo afirma-se que o objetivo das distopias é analisar as sombras produzidas pelas luzes utópicas, que a distopia frisa os rastros obscuros que as

utopias deixam, tal como a aniquilação de algo tão vital para o ser humano, suas liberdades individuais.

De acordo com José Bezerra de Souza e José Vilian Manguiera, estruturalmente a distopia pode ser analisada, como:

O mundo distópico é desequilibrado, uma vez que, por exemplo, organiza sua sociedade em grupos com características comuns; muda constantemente, pois está sempre “eliminando” aquilo que impede o controle absoluto; é composto por elementos desproporcionais, sejam eles sociais, econômicos e/ou culturais; e, definitivamente, evolui à medida que o tempo passa, quer dizer, o jogo de poder/controla aumenta. O modo “desequilibrado” pelo qual o mundo distópico é caracterizado apresenta traços de uma sociedade com algumas particularidades, como o pequeno grupo de pessoas que tem o controle total sobre os demais, tornando a vivência “desproporcional”, visto que a população não tem participação política (SOUZA; MANGUEIRA, 2016, p. 19).

Num mundo distópico há o desequilíbrio das relações de poder.

3.3 A DISTOPIA PRESENTE EM *NÃO VERÁS PAÍS NENHUM*

Na análise do mundo distópico de *Não verás país nenhum*, a hipótese é a de que a distopia é usada pelo autor como um subterfúgio literário para falar de problemas políticos e socioculturais exacerbados na realidade trazida por ele, pois resguarda-se a ideia de que a literatura pode ser potencialmente um meio de denúncia social.

Conforme Ruth Levitas (1990), o termo utopia compreende em sua base três aspectos semânticos, ou seja, pode-se entendê-lo como um conteúdo, como uma forma ou como uma função.

Ao valer-se do conceito de utopia como um subgênero literário, ela o analisa à luz de sua nuance mais próxima, a *dystopia*, termo que não faz oposição ao

primeiro, mas sobrevive simbioticamente em função dele, daí o caráter dúbio no qual esse conceito se envolve, pois, de acordo com Levitas:

*The relationship between utopian and dystopian writing in the first half of the twentieth century; these forms are not fundamentally opposed but mutually dependent. Dystopia (or anti-utopia) represents the fear of what the future may hold if we do not act to avert catastrophe, whereas utopia encapsulates the hope of what might be*¹³ (LEVITAS 1990, p. 165).

A partir do pequeno sinal do que pode vir a ser distopia literária, conforme discorre Levitas “é possível visualizar uma literatura ou um subgênero literário baseado em pressupostos humanitários, justos, de equidade entre os sujeitos e seres (a utopia)”, bem como pode-se imaginar a distopia literária como um subgênero que não se distancia da utopia, mas aguça a relação entre os seus personagens representados, cercando-os num clima social em que o futuro se torna ameaçador uma vez que é inesperado.

Os vínculos sociais entre os sujeitos não são atenuados nas distopias literárias, não são debatidas sob a ótica da justiça, mas sim interpelados sob um ponto de vista que pode indicar uma maior injustiça do que realmente aparece na verdade, visto que tolhem as esperanças dos sujeitos, deixando-os apenas como simples condescendentes aos fatos em que estão na condição de impotência, pois “*Dystopia, rather anti-utopia, is used for negative images*”¹⁴, de acordo com Sargent (citado em LEVITAS, 1990, p.167).

Entre os diversos caminhos de estudos possíveis no campo literário, a distopia tem sua devida importância, pois nela pode-se fazer um exame em relação

¹³ A relação entre escrita utópica e distópica na primeira metade do século XX; essas formas não são fundamentalmente opostas, mas mutuamente dependentes. A distopia (ou anti-utopia) representa o medo do que o futuro pode conter se não agirmos para evitar a catástrofe, enquanto a utopia encapsula a esperança do que pode ser.

¹⁴ Distopia, bastante anti-utopia, é usada para imagens negativas.

à política e suas incertezas como elemento principal para a compreensão sobre a reunião de textos e leituras, que carrega em si diversos pontos de discussão referentes a questões sociais de diferentes ordens.

Engenharias sociais embasadas em artifícios de controle de comportamento, atos e pensamentos dos seus membros, com dispositivos de repressão da confrontação, garantindo um consenso totalitário é o que se apresenta em um romance distópico.

Os romances distópicos usualmente sucedem em um tempo futuro e ambientes inexistentes, a despeito de poderem ter uma conotação com territórios presentes.

Ao tentar demonstrar como convenções sociais vigentes, extrapolação dos conhecimentos científicos ao extremo, podem levar a castração dos indivíduos e de status de humanidade nas sociedades em que estão inseridos, os romances distópicos assim se apresentam.

O romance *Não verás país nenhum* é parte constituinte da literatura contemporânea, visto que foi publicado quase no término do regime militar e da ditadura, fase com a característica de tolhimento da liberdade de expressão.

Posto esse cenário, o romance nos apresenta como seria a continuação da ditadura, representando um Brasil num futuro piorado, configurando assim uma distopia.

Para se entender essa distopia no romance parte-se da hipótese de que ela é utilizada como um recurso literário que permite ver e viver o panorama de um Brasil num futuro com acirramento de problemas socioculturais, políticos e ambientais.

A literatura, por intermédio da distopia, pode ser um dispositivo de denúncia social, pois projeta no futuro os problemas do passado de maneira agravada.

Desse modo busca-se compreender o contexto político e o ambiente, por intermédio de aspectos internos tais como o discurso dos personagens, o significado da distopia como maneira de se criticar a realidade brasileira.

Também permite análises sobre polêmicas que compõem o universo distópico do romance, com a devida importância política e cuidados com o meio ambiente.

Procura-se mostrar contextos onde há situações distópicas na obra, com o narrador Souza envolvido em sérios problemas de ordem política, econômica, social e ambiental em que pode-se comparar a realidade experimental com a realidade da ficção.

O uso do poder possibilitado a um grupo de anônimos, no caso da obra os que pertencem ao Esquema, gera um desequilíbrio, uma distopia.

O Esquema surge como um grupo de representantes do país, anônimos, que instaurou o governo totalitário.

Tem uma feição criminoso, contam com o respaldo da população e do governo, apoiados pela máquina de propaganda e lavagem cerebral, suportados pelo deslumbramento social, na qual uma sociedade tem a tendência de aceitar uma pessoa pelo que ela pretende ser, confiando que suas propostas mirabolantes serão realizadas, fascinando pessoas intelectualmente menos favorecidas

As narrativas distópicas têm momentos de entrelaçamento entre narrativas apocalípticas e pós-apocalípticas quando se diz respeito a propostas advindas de estudos sobre a distopia.

Semelhanças podem ser notadas na obra tais como o descuido do ambiente e o perigo da vivência na sociedade, a distopia possui uma sucessão a mais de elementos, como a instituição do regime e controle.

O romance *Não verás país nenhum* possui várias referências que a sustentam sob o universo distópico, como por exemplo a inversão de valores, a propagação de notícias falsas, a limitação e amedrontamento feito pelo governo.

Ignácio de Loyola Brandão apresenta um mundo restrito, sem perspectiva de futuro, no qual a sátira está presente do início ao fim, qual uma crítica voltada ao Esquema; este, que exprime um governo totalitário com a intenção de controlar a seu favor os recursos e o povo:

— Não gosto do Esquema, não posso gostar. Tudo que está aí foi por causa dele.

— Tudo o que está aí?

— Tudo. O país despedaçado, os brasileiros expulsos de suas terras, as árvores esgotadas, o deserto lá em cima.

— Belíssimo deserto. Nona maravilha.

— Maravilha. E os rios? Cadê os rios, menino?

— Agora vai pôr a culpa no Esquema dos rios terem secado? Do calor? Seja razoável, tio. O mundo mudou. O senhor sabe, é professor de história. A culpa foi dos governos que fizeram experiências nucleares, transformaram a atmosfera.

— Repete a propaganda oficial, repete.

— Foram coisas que aprendi no Curso Infinito da Guerra, tio. Pena que seja um curso limitado a oficiais. Seria bom para todo o povo saber.

— Me responde? Onde está o país?

— Aí, em volta da gente.

— Aí, onde?

— Aqui, ali, tudo em volta.

— Deste tamanhinho? Pensa um pouco, raciocina. Quando eu era jovem, o país tinha 8 milhões e meio de quilômetros quadrados. Sabe quanto tem agora?

— De cabeça, não. Posso consultar.

— Consulta. E quando souber a resposta, vem me contar. Está pouco maior que a palma da minha mão. — Tio, os conceitos de nação mudaram. (BRANDÃO, 2008, p. 47)

A construção da São Paulo, cidade onde é ambientada a narrativa, é subdividida em áreas chamadas de bairros, onde somente determinadas pessoas para as quais são concedidas fichas o acesso é permitido.

O poder é representado pelo Esquema. Os meios de controle são efetuados pelos Militecnos e Civiltares.

— Pois para mim parece ficção científica. São Paulo fechado, dividido em Distritos, permissões para circular, fichas magnetizadas para água, uma superpolícia como os Civiltares, comidas produzidas em laboratórios, a vida metodizada, racionalizada (BRANDÃO, 2008, p. 65).

O romance *Não verás país nenhum* apresenta uma narrativa na qual se configura uma hiper-realidade, uma simulação. Foi escrito num dado presente mesmo representando um tempo futuro, numa época de descrença, criando perspectivas para acirramento da visão distópica do país num período de privação da utopia.

O contexto político-social que se passava na época de ditadura, demonstra claramente como se manifesta a visão de que maneira as coisas poderiam acontecer na iminência de um futuro no mundo representado.

Hilário discorre a respeito desse olhar, pela narrativa distópica:

A narrativa distópica não se configura, deste modo, apenas como visão futurista ou ficção, mas também como uma previsão a qual é preciso combater no presente. Ela busca fazer soar o alarme que consiste em avisar que se as forças opressoras que compõem o presente continuarem vencendo, nosso futuro se direcionará à catástrofe e barbárie (HILÁRIO, 2013, p. 206-207).

A narrativa também demonstra uma espécie de previsão, servindo de alento e de combate ao presente, contemplando forças arbitrárias que podem estar operando atualmente, mesmo que de maneira discreta, pois podem ganhar ânimo e crescerem no futuro.

Cândido (citado em HILÁRIO, 2013), fala “nada mais eficaz para chamar a atenção sobre uma verdade do que exagerá-la”, e a narrativa distópica procura potencializar, num futuro próximo, as forças do presente que estão vencendo.

Dessa maneira, a ocorrência e a divulgação nesse período de ditadura encaminha a uma exclamação da liberdade, buscando a atenção necessária e atenuando o sentido de urgência por uma denúncia, caracterizando também um movimento de resistência aos sistemas opressivos em movimento.

Num cenário identificado como a cidade de São Paulo, no romance *Não verás país nenhum*, devido à má gestão e corrupção de políticos, há um tom de catástrofe ecológica e de apocalipse. São descritas as consequências de uma má política ambiental.

Contudo, pode-se ver uma atualidade nessa obra, em que tais valores são apresentados. Conforme Estela Pereira dos Santos:

O que há muito assustador na obra distópica de Brandão é que, hoje, ela é muito atual. A começar, por exemplo, pela escassez de água e as secas. Principalmente, no que diz respeito à cidade de São Paulo, que já passou por vários momentos de escassez. Apenas teve acesso abundante à água quem tinha condições financeiras para comprá-la, o que não se aplica à grande parte da população. Além disso, outro fato ambiental é o desmatamento. Em *Não verás país nenhum*, a falta de preservação do meio ambiente gerou tanto a inexistência de alimentos, os quais passaram a ser feitos em laboratórios, quanto a ausência de chuvas, calor insuportável e a escassez de água. (SANTOS, 2018a).

Distopia pode ser considerada como um lugar ou estado imaginário em que se vive sob condições de privação de direitos, opressão e desespero. As distopias são geralmente caracterizadas pelo totalitarismo, autoritarismo, opressão em relação a toda a sociedade. Nos romances distópicos, usualmente são contados sob a ótica de um personagem consciente mergulhado na estupidez coletiva. Recursos como a repressão moral e física, exclusividade no conhecimento, recursos, sempre com o objetivo de contenção social.

Na obra analisada há a presença de uma literatura distópica, em que pode-se ver conforme Ana Lúcia Santana:

A distopia, também conhecida como antiutopia, é um conceito filosófico adotado por vários autores e expresso em suas criações ficcionais, nas quais eles retratam uma sociedade construída no sentido oposto ao da utopia, que por sua vez prevê um sistema perfeito, um estado ideal, onde vigora a máxima felicidade e a total concórdia entre seus cidadãos. A literatura distópica também pode representar um regime utópico que na prática destoa da teoria. As comunidades regidas pela distopia normalmente apresentam governos totalitários, ditatoriais, os quais exercem um poder tirânico e um domínio ilimitado sobre o grupo social. (SANTANA, 2018).

No romance em análise, a cidade de São Paulo apesar de ser explanada no futuro, apresenta uma série de elementos que remetem a uma violência brutal, quer seja simbólica, objetiva ou subjetiva.

A obra pode ser debatida pela tendência da ecocrítica, uma vez que a literatura de ficção representa atualmente um forte instrumento de análise dos papéis das sociedades vigentes sobre a sua atualidade e o seu futuro próximo, no qual que o *habitat* humano está em processo de degradação e revitalização constantes.

Também porque as sociedades amparadas por economias capitalistas, baseadas na tecnocracia, tem gasto suas forças e recursos na construção de espaços físicos não voltados ao processo de bem-estar humano no que se refere aos elementos da natureza.

O elemento da ecocrítica encontrado na narrativa baseia-se em imagens reveladoras e assustadoras, referindo-se tanto com a preocupação com o ambiente ecológico quanto com o sujeito humano enredado no ecossistema mal gerenciado.

Ignácio de Loyola Brandão apresenta um contexto em que não se encontram mais recursos naturais, a população sobrevive numa circunstância caótica em busca de meios de subsistência. Há a falta de recursos, que por ocasiões tem como consequência mortes e a briga por alimentos, moradia e mesmo até emprego.

Lutei para pagar a casa, aceitei a troca pelo apartamento, briguei para arranjar emprego, aceitei o que me deram, apavorado com a perspectiva de não futuro. E foi exatamente ao não presente que cheguei. Olhando para trás, vejo que vivi dentro de um não passado. E a conclusão é simplesmente terrível (BRANDÃO, 2008, p. 120).

Sob a perspectiva de inexistência de condições mínimas e dignas de vida, pessoas sedentas, famintas e enlouquecidas, que por vezes fariam de tudo para obter água e alimento, invadem estabelecimentos e residências são tomadas a força:

- Legumes?
- É. Verduras. Alface, tomate abobrinha. Nunca ouviu falar?
- Fresquinhos? Ou factícios?
- Ora, Souza. Comida factícia só serve para envenenar.
- É mas se não fosse ela, estávamos mortos.
- Você tem ideia da grande jogada por trás da comida factícia?
- Poder econômico?

— Também. Só que neste caso não é o mais importante.

— O que é então?

— É a química que eles misturam. Os aditivos tranquilizantes. Doses mínimas, homeopáticas que vão minando o organismo. Corroendo a vontade, acomodando (BRANDÃO, 2008, p, 75).

Pessoas paupérrimas não conseguem adquirir nem os alimentos factícios, pois os reais não existem mais, nem fichas de água. Por este motivo cometem furtos e chegam a matar para conseguir esses insumos, chegam a morrer de sede ou de fome, pelo fato de não se hidratarem ou se alimentarem devidamente.

Na obra há a descrição de pessoas que ficaram totalmente desfiguradas ou doentes, mulheres ficaram estéreis devido as experiências realizadas com os alimentos ou as radiações.

Nossos organismos estavam decompostos com as comidas fertilizadas, os alimentos factícios. Evacuamos dia a dia pedaços do estômago, do fígado, dos intestinos, tossimos pulmões esbranquiçados, fragmentos de faringe. Que não pareciam tecidos humanos e sim fragmentos de plástico, apodrecidos. (BRANDÃO, 2008, p. 234).

Por um pouco de água e comida pessoas trocam seu trabalho. Perdeu-se o direito de livremente ir e vir. As pessoas passaram a beber urina reciclada.

O autor, pela voz do narrador Souza, nos diz crer que a inexistência de animais, plantas, água, o sol escaldante, ou seja, a crise ambiental, é culpa do Esquema, por ter explorado em excesso todos os recursos naturais e também por ter vendido quando possível todos esses recursos, gerando na cidade uma catástrofe ambiental, tornando-a um ambiente de ausência de direitos humanos e de extrema violência. Antonio de Pádua Dias da Silva fala a respeito:

A degradação ambiental do espaço urbano de São Paulo metaforizado nesta ficção é um elemento fundante da abordagem crítica apontada pelo autor da obra, que chama a atenção de leitores para problemas humanos e sociais de várias ordens, canalizando todo um potencial linguístico de que é feita a obra para a “conscientização” de uma causa que é manchete de jornais em todo o planeta, há várias décadas (SILVA, 2008).

Em *Não verás país nenhum* pode-se constatar, além da complexa representação de problemas ambientais, a perda da memória coletiva e individual e das tradições culturais e, no plano pessoal, a perda de laços afetivos estáveis.

Havia antigamente, e nem sei que tempo é esse antigamente, a possibilidade de divisão. Dor e alegria eram repartidas, porque se vivia em comunidade. Estávamos juntos, podíamos contar uns com os outros, e isto tornava tudo mais fácil, suportável. Bastava abrir a porta, tocar campainhas, correr a um portão, tocar um telefone, as pessoas se juntavam, partilhavam. Adelaide percebeu a perda de tudo isto bem antes de mim. O sentimento de solidão era menor, não estávamos encerrados atrás de quatro paredes, portas trancadas, corredores vazios. Os ruídos exteriores eram normais, não traziam medo. As pessoas podiam se olhar, cara a cara, enfrentar-se sem receios, a língua seca, o coração disparado. (BRANDÃO, 2008, p. 114).

Tais condições são acompanhadas também pela intensificação e banalização da violência, a paranoia causada pela constante vigilância da vida privada e por uma exagerada segregação racial e econômica, entre outros problemas.

Esses elementos são comuns em distopias e propiciam instigantes reflexões sobre como a degradação ambiental é parte constitutiva de todos os sintomas que sinalizam o temido colapso da humanidade (SANTOS; LIBANORI, 2018b).

3.4 A ATUALIDADE DA OBRA COMO UMA DISTOPIA

No ano de 2021, passados 40 anos da primeira publicação de *Não verás país nenhum* a obra ainda é uma distopia. Várias versões corroboram essa afirmativa.

A base conceitual que denota o romance em análise é a postura político-ideológica exercida pelo escritor que engloba, em sua escrita, ideias que procuram buscar as injustiças sociais da realidade vigente e as orienta, para uma outra realidade carregada de elementos futurísticos e violadores da ordenação linear dos fatos da realidade empírica.

Essas características situam o problema da São Paulo atual (à época em que a obra foi lançada, que continua atualizada nos problemas descritos no texto literário) numa relação entre arte, utopia e realidade, exigindo do leitor do romance uma interpretação além dos limites da realidade aparente. (SILVA, 2008).

Santos, para o periódico *Homo Literatus*, fala a respeito da atualidade da distopia na obra de Ignácio de Loyola Brandão:

O que há muito assustador na obra distópica de Brandão é que, hoje, ela é muito atual. A começar, por exemplo, pela escassez de água e as secas. Principalmente, no que diz respeito à cidade de São Paulo, que já passou por vários momentos de escassez. Apenas teve acesso abundante à água quem tinha condições financeiras para comprá-la, o que não se aplica à grande parte da população. Além disso, outro fato ambiental é o desmatamento. Em *Não verás país nenhum*, a falta de preservação do meio ambiente gerou tanto a inexistência de alimentos, os quais passaram a ser feitos em laboratórios, quanto a ausência de chuvas, calor insuportável e a escassez de água. Na obra, o que não foi desmatado, foi vendido para outros países, como é o caso da Amazônia. Esta, sabemos, tem ido pelo mesmo caminho, tem sido frequentemente desmatada, fatiada e entregue a outras mãos. O calor no livro é insuportável. Não há mais chuvas há anos. Não podemos dizer que atualmente, em nossa realidade, isso acontece. No entanto, não podemos negar que nossa camada de ozônio está a cada dia mais obstruída e que, por isso,

está cada vez mais calor e cada vez menos frequentes dias chuvosos ou frios. Outra questão, por fim, é o autoritarismo militar. Muitas vezes já presenciamos situações de violência policial, ou tomamos conhecimento por meio de notícias, nas quais imperam a opressão e uma carga de autoritarismo, seja nos protestos ou nas favelas. A polícia brasileira, hoje, é considerada uma das mais violentas do mundo. Diante disso, a população brasileira tem estado, cada vez mais, insegura diante a polícia, o que deveria ser o contrário (SANTOS, 2008a).

Ignácio de Loyola Brandão em entrevista concedida a Daniel de Mesquita Benevides, repórter da revista Cult UOL, trata de um futuro distópico e de como *Não verás país nenhum* pode ainda ser inserida nesse contexto:

É curioso ver a coincidência do Não verás..., em que o sobrinho do personagem central é um capitão ligado a “milícias” e tem uma bolsa com intestino para fora, que foi mais ou menos o que aconteceu com o Bolsonaro. - Eu tinha até esquecido isso. Agora me arrepiei. Olha a arte, como é interessante. A vida põe pontos assim, não tem acaso nem coincidência. Põe os pontos e depois ela liga. Vai ligando e pronto. Coisa bonita. Gente, meu deus. (BENEVIDES, 2019).

Ignácio de Loyola Brandão em entrevista a Bertha Maakaroun, do jornal Estado de Minas, fala sobre colapso ecológico, governos autoritários e escassez de recursos. Brandão afirma “escrevi como se fosse futuro, mas já é o presente”:

ILB: Não antecipei nada. Só exagerei à época as notícias que estavam diante de mim. Já se falava do desmatamento, do problema da água, os cientistas previam na década de 1970 o aquecimento global. Eu fui descobrindo pequenas notícias e, como ficcionista, exagerei: tinha quatro mil recortes de livros, jornais, revistas que deram lastro ao livro”. (...) “A realidade hoje é tão absurda que tem de trabalhar com a ficção e a fantasia, a distopia. Não dá para fazer um livro realista, então você tem que fazer uma metáfora”. (...) “Escrevi o livro como se fosse no futuro, mas agora é o nosso presente. Está tudo aí”.

M: Como *Não verás país nenhum* dialoga, 40 anos depois, com a realidade brasileira?

ILB: O aquecimento global está aí, ainda que alguns digam que não exista. E veja que Karl Marx jamais escreveu sobre mudanças climáticas. Inclusive, há um

documentário emblemático, chamado Quentura, e uma jovem chamada Mari Corrêa (Instituto Catitu). Ela percorreu três regiões amazônicas colhendo depoimentos e mostrando a realidade de mulheres de três etnias. Todas constatam o mesmo: o clima mudou, está quente demais, já não se sabe mais quando é verão. Incêndios florestais duram meses seguidos. Áreas ricas em biodiversidade são destruídas. Peixes estão escassos. Esse documentário mostra a agricultura completamente desmantelada e destruída com as mudanças do clima provocadas pela devastação da floresta e queimadas. Pois antes o índio plantava em determinada época e colhia em determinada época. Essas épocas desapareceram. Para mim, basta esse pequeno exemplo para mostrar as mudanças climáticas. Apesar disso, os delírios estão na base do governo Bolsonaro, falando que o aquecimento global seria um problema de marxismo, comandados por um guru, astrólogo, de fora. Estamos diante de algo que nunca vi em minha vida. (MAAKAROUN, 2019).

Márcia Cristina Mendes Marques, professora titular de Ecologia e Conservação da Universidade Federal do Paraná, UFPR, analisa o alcance de *Não verás país nenhum* e também compactua com a atualidade da mesma em relação à distopia:

Há os que dizem que a arte imita a vida, mas o contrário também é verdadeiro. O livro “*Não verás país nenhum*”, de 1981, do escritor paulista Ignácio de Loyola Brandão, é uma distopia brasileira ambientada em uma São Paulo futurista, onde a falta d’água, o calor insuportável, a poluição e o desmatamento são o pano de fundo de uma sociedade governada por políticos medíocres, autoritários e corruptos. Junto com a descrição dramática e envolvente do autor, surge um sentimento de terror e medo em nós leitores, e uma reflexão sobre os caminhos que podemos escolher para o nosso país. Como pensar em uma verdadeira nação com tamanho caos ambiental e social? Da ficção de Loyola Brandão para o mundo real de 2019, é inevitável a analogia. As notícias do Brasil e do mundo mostram que o ano que está se encerrando foi qualquer coisa, menos irrelevante para a história ambiental recente. Acompanhamos, no cenário brasileiro, ascender um governo inexperiente e avesso ao diálogo, que se alinhou automaticamente aos maiores poluidores do mundo, desprezou os alertas da ciência sobre as queimadas e desmatamentos, acusou e criminalizou ambientalistas e indígenas, apoiou grileiros e desmatadores. O que dizer de um ministro condenado por fraude ambiental,

assumir o Ministério do Meio Ambiente? Entre suas ações no ano, um repertório de maldades que incluíram o desmantelamento financeiro e a descaracterização dos órgãos ambientais federais, acompanhados da imposição de uma lei da mordaza e demissões aos seus gestores, a impunidade sobre os que transgrediram as leis ambientais (incluindo o próprio presidente), as reiteradas tentativas de reduzir a área das unidades de conservação e a polêmica suspensão do Fundo Amazônia, apoio financeiro de países europeus que vinha amparando importantes programas para a sustentabilidade da região. No agosto mais desafortunado dos últimos anos, vimos a Amazônia arder em chamas, reflexo do aumento dos níveis de desmatamento que atingiu mais de 9.000 km², a maior área perdida em mais de uma década. São Paulo sentiu a névoa escura das cinzas das queimadas e a Amazônia ficou mais próxima do resto do Brasil do que já se imaginara. No Ministério da Agricultura, mais de 400 agrotóxicos foram liberados automaticamente, com critérios dúbios, colocando em risco a saúde humana e ambiental. Além disso, a produção de cana-de-açúcar, até então restrita aos espaços já desmatados do Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, recebeu o aval para avançar sobre a Amazônia e o Pantanal. (MARQUES, 2019).

A despeito do que é o futuro, devemos chamar a atenção para que se pense sobre o assunto. Deve-se atentar para o que pode acontecer, caso não cuidemos não só de nosso ambiente, mas também de nossas escolhas políticas, as quais podem eleger governantes autoritários, com pouco ou nenhum interesse em direitos humanos e preservação de recursos naturais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O problema central deste estudo foi o de analisar de que maneira a escrita de Ignácio de Loyola Brandão mostra uma perspectiva histórica na obra *Não verás país nenhum* (1981) e a influência do estado sobre a vida das pessoas na época da escrita do romance.

O romance explana questões relativas ao seu próprio tempo, demonstrando o autoritarismo do regime militar por intermédio da imagem do sistema.

Em alusão ao governo totalitário instalado na degradada cidade de São Paulo, sustentado por Militecnos e Civiltares, em uma clara referência aos militares e ao regime militar, apresenta também temas atuais e distópicos, tais como ecologia, memória e opressão.

Através da análise das relações entre repressão e memória, nota-se que o totalitarismo tenta determinar o seu esquecimento e a substitui através do processo de criação e exaltação de lugares de memória, tal como a Casa dos Vidros de Água e a reserva ambiental.

Observa-se que essa perda da memória coletiva também está diretamente vinculada a degradação ambiental, mostrada pelas lembranças de Souza e pelo significado desses “lugares de memória”, os quais apontam para uma transformação da vida em espaços e alimentos artificiais.

Também há o fato da transformação da natureza apenas em história, por intermédio de propaganda falaciosa do Esquema.

O romance apresenta uma atualidade na sua distopia. Seja pela escassez de água, seca, falta de chuvas, temperaturas elevadas, atualmente enfrentadas por diversas cidades no país.

Refere-se também ao desmatamento, não por coincidência enfrentado atualmente, com uma pauta de preservação da ecologia inexistente

No livro o calor apresentado é insuportável, causando morte imediata a quem se expõe ao sol. Estamos enfrentando a cada ano uma elevação da temperatura do planeta Terra.

Há os questionamentos de Souza, o narrador, a respeito do que é o futuro, nos chamando atenção para o que pode vir a acontecer, caso não cuidemos não só de nosso meio ambiente, mas também de nossas escolhas políticas, que podem determinar a eleição de governantes déspotas e com o menor interesse em direitos humanos e preservação de recursos naturais.

O ser humano não só depende da natureza para sobreviver como também é responsável por sua conservação.

A falta de recursos ambientais pode determinar a fome, sede e violência em busca desses recursos. Contudo, o ser humano efetivamente não tem tomado o devido cuidado com o meio ambiente e diversas catástrofes estão em andamento em decorrência disso.

Também, ao longo dessa dissertação, foi analisada a relação entre distopia, literatura e política. Através da distopia foi possível constatar como a literatura pode enfatizar e denunciar pormenores da realidade.

Foi priorizado na análise o contexto político, que ao apresentar um governo totalitário e opressor, demonstrou como este contribuiu decisivamente para uma destruição e desequilíbrio.

A obra também é parte das relações, agruras e experiências vividas pelo autor durante o período da ditadura militar de 1964 e serve como forma de denúncia social.

A distopia presente no romance auxilia como reflexão por intermédio do que ocorreu no passado e que está ocorrendo no presente.

Torna-se imperativo a participação ativa e presente da população para que a ditadura não mais se repita, pois como se viu, somente trouxe desalento, opressão e sofrimento a ela.

A democracia deve sempre ter o seu respaldo e representatividade.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. **O livro "Não Verás País Nenhum", do Acadêmico Ignácio de Loyola Brandão, vence o prêmio Juca Pato.** Disponível em: <<https://www.academia.org.br/noticias/o-livro-nao-veras-pais-nenhum-do-academico-ignacio-de-loyola-brandao-vence-o-premio-juca>>. Acesso em: 02 Out. 2020.

_____. **Romancista Ignácio de Loyola Brandão é o primeiro vencedor do Prêmio Machado de Assis, em seu novo formato – anuncia a Academia Brasileira de Letras.** Disponível em: <<https://www.academia.org.br/noticias/romancista-ignacio-de-loyola-brandao-e-o-primeiro-vencedor-do-premio-machado-de-assis>>. Acesso em: 02 out. 2020.

ALMEIDA, P. C. S. **O significado da distopia em não verás país nenhum: uma reflexão sobre literatura e política.** 2019. 25 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras Português) - Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2019. Disponível em: <<http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/19998/1/TCC%20-%20PEDRO%20CAIO%20SOUSA%20ALMEIDA.pdf>>. Acesso em: 07 ago. 2020.

ARENDT, H. **Origens do totalitarismo.** Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BAKHTIN, M. **Questões de literatura e estética.** São Paulo: UNESP, 1998

_____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento:** o contexto de François Rabelais. Trad. Yara Frateschi Vieira. 5. ed. São Paulo: Annablume/Hucitec, 2002.

_____. **Estética da criação verbal.** Trad. Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. **Problemas da poética de Dostoievski.** Trad. Paulo Bezerra. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. **Notas sobre literatura,** cultura e ciências humanas. Editora 34. 2017.

_____. **Marxismo e filosofia da linguagem.** Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. Disponível em: <<https://docente.ifrn.edu.br/paulomartins/linguistica/marxismo-e-filosofia-da-linguagem-de-mikhail-bakhtin-voloshinov/view>>. Acesso em: 06 mai. 2020.

BARROS, T. **Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso.** In: BRAITH, B.(org.). Bakhtin, dialogismo e construção do sentido. 2. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2006.

BASTOS, A. **Duas ficções antecipatórias: o insólito Brasil de Bolero e Não verás país nenhum.** In: _____. A história foi assim: o romance político brasileiro nos anos 70/80. Rio de Janeiro: Caetés, 2000.

BARTHOLO, R. S.; OLIVEIRA, M. F. S. **Palavra e memória nos homens-livros de Fahrenheit 451: a literatura de ficção científica e a contemplação das ruínas do futuro.** Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/26916481.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

BENEVIDES, D. M. **Ignácio de Loyola Brandão e as distopias reais.** Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/ignacio-de-loyola-brandao-distopias-reais/>>. Acesso em 02 out. 2020.

BENJAMIM, A. **5 Grandes Romances Distópicos.** Disponível em: <<https://homoliteratus.com/5-grandes-romances-distopicos/>>. Acesso em: 09 jul. 2020.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N; PASQUINO, G. **Dicionário de Política.** 11 ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1998. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2938561/mod_resource/content/1/BOBBIO.%20Dic%20ion%C3%A1rio%20de%20pol%C3%ADtica..pdf>. Acesso em: 09 jul. 2020.

BORTOLOTTI, A. P. S. G. **O percurso da cidade em romances de Ignácio de Loyola Brandão.** Disponível em: <<https://anais.unicentro.br/eppell/pdf/viv1n1/60.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

BRANDÃO, I. L. **Literatura e resistência.** In: SOSNOWSKI, S; SCHWARTZ, J. (Orgs.). Brasil: o trânsito da memória. São Paulo: Edusp, 1994. p. 175-183.

_____. **De onde nascem as histórias.** In: _____. O homem do furo na mão e outras histórias (edição especial). 10. ed. São Paulo: Ática, 2002. p. 72-79.

_____. **Não verás país nenhum.** São Paulo: Global, 2008.

_____. In: **ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras.** São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa282/ignacio-de-loyola-brandao>>. Acesso em: 09 Dez. 2019. Verbetes da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

BRASIL, C.Í. **Ignácio de Loyola Brandão toma posse hoje à noite na ABL.** Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-10/ignacio-de-loyola-brandao-toma-posse-na-academia-brasileira-de-letras>>. Acesso em: 02 out. 2020.

BUENO, C.; CERVO, A. **História da Política exterior do Brasil**. 3 ed. Brasília: UnB, 2006.

CALIL, G. G. **O golpe, a ditadura e a transição segundo Elio Gaspari**. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/comentario2017_10_01_17_57_45.pdf>. Acesso em: 02 out. 2020.

CERIONI, C. 8 livros para entender a Ditadura Militar no Brasil. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/8-livros-para-entender-a-ditadura-militar-no-brasil/>>. Acesso em: 02 out. 2020.

COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Infância roubada**. Disponível em: <<http://comissadaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap4.html>>. Acesso em: 02 out. 2020.

CONTREIRAS, H. **AI-5: a opressão no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CUMIM, F. S. **Diálogo e dialogismo em Mikhail Bakhtin e Paulo Freire: contribuições para a educação a distância**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/edur/v30n3/v30n3a11.pdf>>. Acesso em: 09 dez. 2019.

CUNHA, A. R. **O Brasil já teve ditadura?** Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/12936/o-brasil-ja-teve-ditadura#=_>. Acesso em: 11 jul. 2020.

DALLARI, D. A. **A ditadura brasileira de 1964**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/dalmodallari/dallari_ditadura_brasileira_de_1964.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2020.

D'ARAUJO, M. C. **O AI-5**. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/AI5>>. Acesso em: 04 out. 2020.

DECLERQ, M. **Ficção de Ignácio de Loyola Brandão previu o futuro, mas ele desconversa: “a realidade foi me copiando”**. Disponível em: <<https://tab.uol.com.br/edicao/ignacio-loyola-brandao/#cover>>. Acesso em: 03 out. 2020.

DOURADO, Maria Francysnalda Oliveira. **MEMÓRIA E ESQUECIMENTO EM PAUL RICOEUR: a ideologia política camuflada na anistia**. Disponível em: <<https://revistas.ufpi.br/index.php/pet/article/download/7630/4846>>. Acesso em: 01 fev. 2021.

FARACO, C. A. **Autor e autoria**. In: BRAIT, B. (org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2008

FERNANDES, Nathan. **Universo em desencanto: como a ficção científica explica a realidade**. Disponível em:

<<https://revistagalileu.globo.com/Cultura/noticia/2018/04/universo-em-desencanto-como-ficcao-cientifica-explica-realidade.html?GLBID=1987a3c2fa5e6afa1a6e96755bed792697559507841494c4377725537714e52475939777237746441364559386a72586f6f534363583563384e6541484a767373734355774d437978746575416665676c62357854764e455238614e5142756f376a79547a57673d3d3a303a7575647369303369656e65696c74363832673575>>. Acesso em 01 fev. 2021.

FERREIRA, J; GOMES, A. C. **1964: O golpe que derrubou um presidente e instituiu a ditadura no Brasil**. Disponível em: <<https://lelivros.love/book/baixar-livro-1964-jorge-ferreira-em-pdf-epub-mobi-ou-ler-online/>>. Acesso em: 05 ago. 2020.

FICO, C. **História do Brasil Contemporâneo: Da morte de Vargas aos dias atuais**. São Paulo: Contexto, 2016.

FIGUEIREDO, C. D. **Da utopia à distopia: política e liberdade**. Eutomia: Revista de Literatura e Linguística, Pernambuco, v. 1, n. 3, p.324-362, jul. 2009.

FIORIN, J. L. **O romance e a representação da heterogeneidade constitutiva**. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G (orgs.). Diálogos com Bakhtin. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Entenda o golpe de 1964, o AI-5 e as consequências da ditadura militar no país**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/03/entenda-o-golpe-de-1964-e-as-consequencias-da-ditadura-militar-no-pais.shtml?origin=folha>>. Acesso em: 18 ago. 2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p. Disponível em: < https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf >. Acesso em: 05 nov. 2020.

_____. **As palavras e as coisas. Uma arqueologia das ciências humanas**. Trad. Salma Tannus Muchail. 8 ed. São Paulo. Martins Fontes, 1999.

FRANCO, R. **O romance de resistência nos anos 70**. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Franco.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2020.

GARRARD, G. **Ecocrítica**. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/ThaynGuedes/ecocrtica-greg-garrard?from_action=save>. Acesso em: 01 set. 2020.

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002a.

_____. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia da Letras, 2002b.

_____. **A ditadura derrotada**. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

_____. **A ditadura encurralada**. São Paulo: Companhia da Letras, 2004.

_____. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

_____. **A Ditadura Acabada relata fim do regime militar. Leia trecho**. Disponível em: <<https://exame.com/revista-exame/a-ditadura-acabada-relata-fim-do-regime-militar-leia-trecho/>>. Acesso em: 02 out. 2020.

GIANNOTTI, J. A. **Uma comédia política**. Disponível em: <<https://revistapesquisa.fapesp.br/resenha-a-ditadura-encurralada/>>. Acesso em: 02 out. 2020.

GINWAY, M. E. **Ficção distópica brasileira: protestos contra a repressão**. In: _____. *Ficção científica brasileira: mitos culturais e nacionalidade no país do futuro*. Tradução de Roberto de Sousa Causo. São Paulo: Devir, 2005. p. 93–140.

GIROLDO, R. **“O homem do furo na mão”, de Ignácio de Loyola Brandão, e ficção científica como tendência genérica**. Disponível em: <<https://www.ufjf.br/lefcav/2012/02/29/o-homem-do-furo-da-mao/>> Acesso em: 01 out. 2020.

GODOY, A. S. M. **O dia em que comemoramos o deserto da Amazônia, a nona maravilha do mundo**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2019-jul-28/embargos-culturais-dia-comemoramos-deserto-amazonia>>. Acesso em: 01 out. 2020.

GOMES, Â. C; FERREIRA, J. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752015000100299>. Acesso em: 10 out. 2020.

GORGULHO, S. **JK: sentimento e alma do povo.** Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2020/08/4870044-jk--sentimento-e-alma-do-povo.html>>. Acesso em: 20 ago. 2020.

GUATTARI, F. **As três ecologias.** Disponível em: <<https://escolanomade.org/wp-content/downloads/guattari-as-tres-ecologias.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2020.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf>. Acesso em: 10 set. 2020.

HILÁRIO, L. C. **Teoria Crítica e Literatura: a distopia como ferramenta de análise radical da modernidade.** Anuário de Literatura, Santa Catarina, v. 18, n. 2, p.201-215, 2013.

HOBBSAWM, E. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991.** Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4071685/mod_resource/content/1/Era%20dos%20Extremos%20%281914-1991%29%20-%20Eric%20J.%20Hobsbawm.pdf>. Acesso em 20 set. 2020.

HUXLEY, A. **Admirável Mundo Novo.** Tradução de Vidal de Oliveira. São Paulo: Globo, 2009.

INCRA - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Reforma agrária.** Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/pt/reforma-agraria.html>>. Acesso em: 07 mar. 2020.

JABUTI. **Premiados 2008 – Livro do ano ficção.** Disponível em: <<https://www.premiojabuti.com.br/premiados-por-edicao/premiacao/?ano=2008&categoria=2fa7ded7-c427-e811-a839-000d3ac09c3f>>. Acesso em: 02 out.2020.

KEHL, M. R. **Tortura e sintoma social.** Disponível em: <<https://docero.com.br/doc/n11sx80>>. Acesso em: 21 set. 2020.

KRETSCHMANN, Â. **O que ocorre após o estabelecimento de uma paz perpétua? Um olhar sobre o admirável mundo novo de Aldous Huxley.** Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=admir%C3%A1vel+mundo+novo+alex+husley&btnG=>>. Acesso em: 07 jun. 2020.

LE GOFF, J. **História e memória.** Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5169732/mod_resource/content/1/LE_GOFF_HistoriaEMemoria.pdf>. Acesso em: 21 set.2020.

LEVITAS, R. **The concept of utopia.** Hempstead: Philip Allan, 1990.

MAAKAROUN, B. **"Escrevi como se fosse futuro, mas já é o presente", diz autor de romance sobre devastação da Amazônia.** Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2019/09/27/interna_pensar,1088357/entrevista-ignacio-de-loyola-brandao-fala-sobre-devastacao-da-amazonia.shtml>. Acesso em: 05 set.2020.

MACHADO, I. **Gêneros discursivos.** In: BRAIT, B. Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

MACHADO, T. **Nós.** Disponível em: <<http://www.achadoselidos.com.br/2018/02/21/resenhas/>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

MARQUES, M. C. M. **Que país queremos ver? Uma retrospectiva ambiental do Brasil de 2019.** Disponível em: <<https://www.diariodoaco.com.br/noticia/0074497-que-paas-queremos-ver-uma-retrospectiva-ambiental-do-brasil-de-2019>>. Acesso em 20 set.2020.

MARTINS, W. **Resumo crítico de Não verás país nenhum.** Disponível em: <<http://www.netsaber.com.br/resumos/>>. Acesso em: 02 out. 2020.

MARTONI, A. S. **Lendo ambiências: o reencantamento do mundo pela técnica.** 2015. 267 f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/3104/1/LENDO%20AMBI%C3%84NCIAS%20-%20O%20REENCANTAMENTO%20DO%20MUNDO%20PELA%20T%C3%89CNICA.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

MEDINA, C. A. **Ignácio de Loyola Brandão.** In: _____. **A posse da terra – escritor brasileiro hoje.** Lisboa/São Paulo, Imprensa Nacional/Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 1985. p. 447-454.

MELIM, N. J. F. **A Linguagem em Foucault.** 2007. 515 f. Tese (Doutorado em Filosofia da Linguagem) - Universidade De Lisboa, Lisboa, 2007. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/559/1/16422_A_linguagem_em_Foucault.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MIOTELLO, V. **Ideologia**. In: BRAIT, B. (org.). Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

MIRANDA, L. M. **Memória individual e coletiva**. Disponível em: <<https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/05/27/memoria-individual-e-coletiva>>. Acesso em: 01 out. 2020.

MONTENEGRO, A. T. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752015000100299>. Acesso em 02 out. 2020.

NAPOLITANO, M. **Os historiadores na “Batalha da Memória”: Resistência e transição democrática no Brasil**. In: QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise. História e Memória do Século XX. VL 1. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2015.

_____. **Historiografia, memória e história do regime militar brasileiro**. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782004000200021>. Acesso em 02 out. 2020.

NEVES, T. N. **Livro 1984: representação da modernidade e previsão distópica da pós-modernidade**. 2017. 91f. TCC (Graduação em Jornalismo) - Universidade Federal do Ceará, Instituto Cultura e Arte, Curso de Comunicação Social, Habilitação em Jornalismo, Fortaleza (CE), 2017. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/29790>>. Acesso em 10 ago. 2020.

ONOFRE, J. **País do passado: Não verás país nenhum, de Ignácio de Loyola Brandão**. Veja, edição 690, p. 142, 25 nov. 1981. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em: 02 out. 2020.

PAVLOSKI, E. **1984, a distopia do indivíduo sob controle**. 2005. 243 f. Dissertação (Mestrado em Área de Concentração em Estudos Literários). Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Curitiba, 2005. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Ingles/dissertacoes/1984pavloski.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

PEDROZA, Ellen Natucha. **Lei de Anistia no Brasil: Esquecimento comandado**. Disponível em: <<http://memoriasdasditaduras.com.br/2018/10/24/lei-de-anistia-no-brasil-esquecimento-comandado/>>. Acesso em 10 abr 2021.

PENA, Rodolfo F. Alves. **Teoria dos mundos, Brasil Escola**. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/teoria-dos-mundos.htm>>. Acesso em 04 fev. 2021.

PONSONI, S. **As relações de poder na narrativa fantástica: conceitos e análises**. Disponível em: <http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/volumes/39/v2/EL_V39N3_15.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2020.

PUTTI, A. **Quem foi Marighella e por que ele incomoda tanto o clã Bolsonaro**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/quem-foi-marighella-e-por-que-ele-incomoda-tanto-o-cla-bolsonaro/>>. Acesso em 02 out. 2020.

REIMÃO, S. **Fases do Ciclo Militar e censura a livros – Brasil, 1964-1978**. Disponível em: <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_fases_ciclo_militar.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **"Proíbo a publicação e circulação..." - censura a livros na ditadura militar**. *Estud. av.*, São Paulo v. 28, n. 80, p. 75-90, Apr. 2014 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Out. 2020.

RICOEUR, P. **A memória, a história e o esquecimento**. Trad. Alain François et al. Campinas: Unicamp, 2007.

ROCHA, H. (2015). **A Ditadura Militar (1964-1985) nas narrativas didáticas brasileiras**. *Espacio, Tiempo y Educación*, 2(1), pp. 97-120. doi: <<http://dx.doi.org/10.14516/ete.2015.002.001.006>>

ROVAL, M. G. O; TEIXEIRA, E. A. C. **Batismo de sangue: literatura testemunhal como ferramenta do reconhecimento histórico da dor**. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/LA/article/download/21178/14074>>. Acesso em 02 out. 2020.

SALLES, C. A. **Uma criação em processo: Ignácio de Loyola Brandão e Não verás país nenhum**. 1990. 255 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1990. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13991>>. Acesso em: 07 jul. 2020.

_____. **Gênese da crítica genética**. In: _____. *Crítica Genética: fundamentos dos estudos genéticos sobre o processo de criação artística*. São Paulo, 2008: EdUC, 2008.

(Série Trilhas). p. 11-15. Disponível em: <<http://groups.google.com.br/group/digitalsource>>. Acesso em: 01 out. 2020.

SANTANA, A. L. **Distopia na Literatura**. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/literatura/distopia-na-literatura/>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

SANTOS, E. **Não verás país nenhum, uma distopia brasileira bastante real**. 2018a. Disponível em: <<https://homoliteratus.com/nao-veras-pais-nenhum/>>. Acesso em: 07 dez. 2019.

SANTOS, E. P.; LIBANORI, E. V. **Questões ecológicas em Não verás país nenhum, do escritor Ignácio de Loyola Brandão**. Travessias, Cascavel, v. 12, n. 2, p. 89-104, ago. 2018b. ISSN 1982-5935. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/19650/13115>>. Acesso em: 01 out. 2020.

SETEMY, A. **Sentinelas das fronteiras: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966)**. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2013, p. 12-13. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaclio/article/download/24447/19770>>. Acesso em: 03 nov. 2020.

SILVA, A. P. D. **A cidade deteriorada: distopia literária e ecologia na ficção de Ignácio de Loyola Brandão**. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/terraroja/article/view/24849/18215>>. Acesso em: 25 jun. 2020.

SOBRAL, A. **Ético e estético**. In: BRAIT, B. (org.) Bakhtin: conceitos-chave. São Paulo: Contexto, 2005.

SOUZA, A. P. **O fantástico no romance Não verás país nenhum, de Ignácio de Loyola Brandão**. 2010. 141 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Letras – Estudos Literários). Universidade Federal do Piauí - Centro de Ciências Humanas e Letras. Teresina, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp137160.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2020.

SOUZA, G. N.; SIMONETTI, I. G.; CARVALHO, A. **Leitura literária e ensino da literatura na escola**. Disponível em: < <http://www.filologia.org.br/revista/60sup/108.pdf>>. Acesso em 02 nov. 2020.

SOUZA, J. B.; MANGUEIRA, J. V. **O gênero distopia numa relação ambígua entre 1984 e Harry Potter e as relíquias da morte**. E-escrita, Nova Iguaçu, v. 7, n. 3, p.17-28, set. 2016.

SOUZA, L. F. B. **Zero e Não verás país nenhum e a expressão do regime militar brasileiro na literatura de Ignácio de Loyola Brandão**. Disponível em: <<http://www.ojs.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/5308/3101>>. Acesso em: 25 nov. 2019.

STEPHANOU, A. A, **Censura no regime militar e militarização das artes**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001.

SUVIN, D. **Um breve tratado sobre a Distopia**. Florença: Morus, 2003.

TEZZA, C. **Sobre o autor e o herói** – um roteiro de leitura. In: FARACO, C. A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de (org.). **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: Editora da UFPR, 2001.

UNIANDRADE. **Normas para apresentação de trabalhos acadêmicos**. Disponível em: <<https://www.uniandrade.br/biblioteca3/doc/NORMAS-APRESENTACAO-TRABALHO.doc> >. Acesso em: 01 fev. 2019.

_____. **Projetos de pesquisa e produção docente**. Disponível em: <<https://www.uniandrade.br/mestrado/teoria-literaria/projetos-de-pesquisa-e-producao-docente/>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

VALOR ECONÔMICO. **Para o Banco Mundial, não há mais 'Terceiro Mundo**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/461185/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em: 01 nov. 2020.

VIEIRA, V. L. S. **Ignácio de Loyola Brandão: memória e literatura, a escrita como exercício da indignação**. 2011. 234 f. Dissertação (Mestrado em História e Cultura Social). Universidade Estadual Paulista Júlio De Mesquita Filho - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2011 Disponível em: <<https://www.franca.unesp.br/Home/Pos-graduacao/Historia/VERALUCIASILVAVIEIRA.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2020.

_____. **Poéticas do tempo, da memória e da história: escritas da cidade e seus personagens nos diálogos de Ignácio de Loyola Brandão**. 2017. 270 f. Tese (Doutorado

em História e Cultura Social.) Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Franca, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/151131/vieira_vls_dr_fran.pdf?sequencia=3&isAllowed=y>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. **Literatura e política: a palavra e a imagem nas representações de Ignácio de Loyola Brandão.** Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/emblemas/article/view/12606/8250>>. Acesso em: 03 out. 2020.